

Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília
Departamento de Ciência da Informação

LUCINÉIA DA SILVA BATISTA

**O REDESIGN DO SISTEMA ACCESS TO MEMORY (AtoM) PARA A CURADORIA
DIGITAL DE ACERVOS MUSEOLÓGICOS HETEROGÊNEOS**

**THE REDESIGN OF THE ACCESS TO MEMORY (AtoM) SYSTEM FOR THE DIGITAL
CURATION OF HETEROGENEOUS MUSEOLOGICAL COLLECTIONS**

Marília/SP
2018

LUCINÉIA DA SILVA BATISTA

**O REDESIGN DO SISTEMA ACESS TO MEMORY (AtoM) PARA A CURADORIA
DIGITAL DE ACERVOS MUSEOLÓGICOS HETEROGÊNEOS**

**THE REDESIGN OF THE ACCESS TO MEMORY (AtoM) SYSTEM FOR THE DIGITAL
CURATION OF HETEROGENEOUS MUSEOLOGICAL COLLECTIONS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Campus de Marília, como requisito para defesa do mestrado em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento.

Linha de Pesquisa: Informação e Tecnologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria José Vicentini Jorente.

**Marília/SP
2018**

Batista, Lucinéia da Silva.
B333r O redesign do sistema Acess to Memory (AtoM) para a curadoria digital de acervos museológicos heterogêneos / Lucinéia da Silva Batista. – Marília, 2018.
175 f. ; 30 cm.

Orientador: Maria José Vicentini Jorente.
Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2018.
Bibliografia: f. 157-165

1. Desenho (Projetos). 2. Ciência da informação. 3. Tecnologia da informação. 4. Web 2.0. 5. Curadoria. 6. Direito à informação. I. Título.

CDD 005.73

Dedico ao meu Deus que me tem sustentado todos os dias de minha vida, aos meus pais queridos e a todos as pessoas que na infância pegaram numa enxada e trabalharam na roça, mas foram sonhadores quanto ao seu futuro e lutaram para que se tornasse realidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente por ter realizado os meus sonhos, por me fazer chegar a lugares que jamais pensei que poderia alcançar e por me transformar, nesses anos de academia, em uma pessoa lutadora e sem medo da realidade da vida, pois sei que Ele sempre estará à frente preparando todas as coisas e o melhor caminho para que eu seja feliz.

Não tenho palavras de gratidão para referir a minha mãe. Sempre lutou para que pudéssemos ter o melhor, ainda que aos olhos de outros não fosse. E todo este esforço não foi em vão, foi isto que me motivou a buscar algo além de nossas possibilidades, para que um dia pudesse dar um retorno digno a ela. Ainda que, teve um tempo que achou loucura a minha busca e meu sonho, quando entrei, ela estava sempre ao meu lado torcendo por mim. Então, devo muito a ela, que com paciência me mandava ir estudar para dar conta do recado. Está aqui o resultado de seus conselhos e da sua ajuda.

Expresso meu imenso carinho e gratidão pela minha orientadora, nossa segunda mãe, que um dia acreditou que tinha capacidade de chegar longe, confiou em mim, mesmo com minhas limitações. Acredito que com o passar dos anos, fez como o oleiro que molda o barro e faz dele um lindo vaso. Teve muita paciência para isto, respeitou o meu tempo, e me deu liberdade para fazer minhas pesquisas, mas sempre guiando para que não saísse do propósito. Sou muito agradecida por Deus ter colocado esta grande águia no meu caminho, que viu longe e direcionou-me para a realização de um excelente trabalho.

Agradeço também a minha banca examinadora, a professora Dunia Llanes Padrón e ao professor Edberto Ferneda que contribuíram muito para esta dissertação e que me fizeram refletir bastante sobre assuntos que passariam despercebidos a meu ver, mas que graças às observações me levaram a aprofundar nos meus estudos e adquirir novos conhecimentos.

Por último, não menos importante, aos meus irmãos e amigos, que me auxiliaram ou ajudaram de alguma forma para a conclusão deste trabalho: Marcelo, Andréia, Lucimara, Íris Geovana, Iasmim, Osmar, Natália Nakano, Mariana, João, Nandia e a todos do grupo do LADRI. Ao LADRI especialmente que possibilitou à realização exploratória da pesquisa, ao mesmo tempo, o trabalho em grupo e novas amizades.

RESUMO

Este projeto tem como objeto de estudo e customização o *software* Access to Memory (AtoM), sistema de descrição e representação de acervos arquivísticos aplicado ao setor de documentação de museu histórico. Pretende-se por meio desta aplicação estudar a adaptação e o uso do AtoM na produção documental e representação de objetos em instituições museológicas de acervos diversos e heterogêneos. O sistema AtoM, originário de convenio entre O Conselho Internacional de Arquivos (ICA) e o grupo Artefactual propicia a descrição de acervos memoriais e a conseqüente representação da memória em instituições arquivísticas, propiciando o acesso à informação desses acervos. Nesse projeto, busca-se contribuir com a Ciência da Informação (CI) e com a Museologia no que diz respeito às possibilidades de acesso, de compartilhamento e de interação dos sujeitos com a informação custodiada por essas instituições, pois as novas potencialidades do AtoM no contexto de museus permitem customizar a descrição padronizada dos objetos e a interoperabilidade entre sistemas. A iniciativa justifica-se por sua relevância social, pois *softwares* abertos, livres e customizáveis, como o AtoM, com potencialidades de tratamento horizontal da informação permitem uma espécie de conversação entre os indivíduos atuantes, tornando-os protagonistas de suas histórias. Assim, foi feita uma investigação interdisciplinar entre a CI e a Museologia e, posteriormente, uma compilação dos conceitos e temas elencados para a proposição de otimização do uso do sistema em ambiente museológico, tendo em vista as necessidades representativas dos acervos museológicos no Brasil, em que se dispõe somente de *softwares* proprietários de representação e catalogação. Será realizada também uma exploração participativa no ambiente digital multinível do AtoM com o intuito de entender o funcionamento do sistema aplicado à descrição de um acervo modelar. Para a experiência foi escolhido um acervo pertencente à Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, a UNESP. Foram, para isso, consideradas as necessidades de representação, e registradas em simulacros digitais de fichas descritivas, segundo modelo elaborado pelo CIDOC – com as customizações necessárias para o re-design de campos não atendidos pelo AtoM na Curadoria Digital, com vistas a propiciar a sua representação e disponibilização em ambientes digitais da Web2.0.

Palavras-chave: Design da Informação. Informação e Tecnologia. Web 2.0. AtoM. Curadoria Digital. Acesso à Informação.

ABSTRACT

This project has, as object of study and customization, the software Access to Memory (AtoM), a system for description and representation of archival collections applied to the documentation department of a historical museum. The purpose of this application is to study the adaptation and use of AtoM in documentary production and representation of objects in museological institutions of diverse and heterogeneous collections. The system AtoM, originated from an agreement between the International Council on Archives and the group Artefactual, provides the description of memory collections and their consequent representation in archival institutions, giving information access to these collections. In this project, we seek to contribute to Information Science (IS) and Museology regarding the possibilities of access, sharing and interaction of the subjects with the information kept by these institutions, since the new potentialities of AtoM in the context of museums allow customizing the standardized description of objects and interoperability across systems. The initiative is justified by its social relevance once open, free and customizable software, such as the AtoM, with potentialities of horizontal information treatment allow a type of conversation among individuals, turning them into protagonists of their stories. Thus, an interdisciplinary investigation was carried out between IS and Museology and, then, a compilation of the concepts and themes listed for an optimal use of the system in a museum environment, considering the representative needs of the museum collections in Brazil, which can only count with proprietary software for representation and cataloging. A participatory exploration was also carried out in the AtoM in order to understand the operation of the system applied to the description of the model collection. For the experience, the collection belonging to Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, UNESP, was chosen. The needs for representation recorded in digital representations of descriptive cards - according to the model elaborated by CIDOC - were considered, with the necessary customizations for the re-design of the fields not served by the AtoM in the Digital Curation, aiming to provide its representation and access in Web2.0 digital environments.

Keywords: Information Design. Information and Technology. Web 2.0. AtoM. Digital Curation. Access to information.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Características de Software Internacional de Museus.	21
Quadro 2. Características de Software Internaiconal AtoM.....	23
Quadro 3. Os vínculos institucionais dos cursos de Museologia no Brasil.	49
Quadro 4. Equivalência entre níveis descritivos, agrupamentos documentais e Instrumentos.....	90
Quadro 5. Elementos descritivos do AtoM.	105
Quadro 6. Diretrizes do CIDOC e AtoM.	110
Quadro 7. Comparação do esquema LIDO e do modelo descritivo do AtoM.	124
Quadro 8. Mudança dos nomes utilizados na interface do AtoM.	149
Quadro 9. Categorias da diretriz CIDOC	166
Quadro 10. Hierárquia do Menu do AtoM segundo as funcionalidades.....	171
Quadro 11: Redesign do modelo descritivo do AtoM	173
Quadro 12: Redesign do modelo descritivo de recursos digitais.....	174
Quadro 13: Redesign do modelo descritivo de ligação da descrição ao objeto físico.	175

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Modelo descritivo de objeto digital no AtoM.	105
Figura 2. Recursos do AtoM.	107
Figura 3. Modelo descritivo de taxonomia.	109
Figura 4. Imagem digital com a descrição.	114
Figura 5. Importação de objetos digitais.	115
Figura 6. Ligação ao depósito físico.	117
Figura 7. Identificador alternativo na zona de identificação.	119
Figura 8. Zona de documentação associada.	121
Figura 9. Zona de direitos autorais.	122
Figura 10. Coleção de William Roberto Nava.	133
Figura 11. Visualização da classificação do Museu da Unesp de Marília.....	135
Figura 12. Zona de identificação e de contexto.	136
Figura 13. Ponto de acesso do registro de autoridade.	137
Figura 14. Zona de notas.....	138
Figura 15. Código de referência e data na zona de identificação.	138
Figura 16. Parte a do conjunto Bule, açucareiro e leiteira de louça inglesa.	139
Figura 17. Customização da Área de identificação.	142
Figura 18. Customização da zona de contexto.	144
Figura 19. Customização da zona de Conteúdo e estrutura.	145
Figura 20. Customização da zona de documentação associada.	146
Figura 21. Customização do modelo descritivo da Informação do Recurso.....	147
Figura 22. Customização do modelo descritivo de ligação a objeto físico.	148
Figura 23. Integração dos Museus e a abordagem dos Contextos Sociais Complexos. .	153

LISTA DE SIGLAS

- ADI – American Documentation Institute
- ASIS – Society for Information Science
- ATOM – Acesso to Memory
- CAPES – Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
- CEDHUM – Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília
- CI – Cinência da Informação
- CIDOC – Centro de Documentação
- CNM – Cadastro Nacional de Museus
- CNPq – Centro de Pesquisa
- CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos
- CRM – Conceptual Reference Model (Modelo Conceitual de Referencia)
- EAC-CPF – Encoded Archival Context for Corporate Bodies, Persons, and Families
- EAD – Description Archival Encoded
- FAPESP – Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de São Paulo
- FFC – Faculdade de Filosofia e Ciências
- IA – Inteligência Artificial
- IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus
- ICA – International Council Archive (Conselho Internacional de Arquivos)
- ICA-ATOM – Archives International Council- Acess to Memory
- ICOFOM – Comitê Internacional de Museologia
- ICOM – International Council Museum (Conselho Internacional de Museus)
- IFAP – Programa de Informação para Todos
- ISAAR(CPF) – Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas , Pessoas e Famílias
- ISAD(G) – Norma Internacional de Descrição Arquivística
- ISDF – Norma Internacional para Descrição de Funções
- ISDIAH – Norma Internacional para Descrição de Instituição com Acervo Arquivístico
- ISO – International Standard Organization
- LADRI – Laboratório de Design e Recuperação da Informação
- LAI – Lei de Acesso à Informação

LAM – Library, Archive and Museum (Biblioteca, Arquivos e Museus)
LAM ICOFOM – Comitê Internacional de Museologia da América Latina
LIDO – Lightweight Information Describing Objects
MINC – Ministério da Cultura
MNBA – Museu Nacional de Belas Artes
OIM – Oficina Internacional de Museus
PNC – Plano Nacional de Cultura
PNM – Plano Nacional de Museus
RAD - Rules for Archival Description (Regras para Descrição Arquivística)
RDF – Resource Description Framework
RI – Recuperação da Informação
RIC-CM – Records in Contexts-Concept Model (Registro em Contexto-Modelo Conceitual)
SAA – Sociedade Americana de Arquivistas
TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação
UNESCO – Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura
UNESP – Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Contextualização do tema de pesquisa	15
1.2 Problema e Proposição	24
1.3 Objetivos	25
1.4 Justificativa.....	26
1.5 Procedimentos Metodológicos.....	27
1.6 Estrutura da Dissertação	28
2 MUSEOLOGIA NO CONTEXTO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	30
2.1 A Ciência da Informação e o paradigma do acesso	30
2.2 Contexto econômico e social da Ciência da Informação.....	32
2.3 Interdisciplinaridade da Ciência da Informação	33
2.4 Museologia como ciência independente	38
2.5 Museologia como parte integrante da CI	46
2.6 Síntese do Capítulo	51
3 CONVERGÊNCIAS HISTÓRICAS ENTRE ARQUIVOLOGIA E A MUSEOLOGIA E SEUS RESULTADOS NO TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO EM SEUS CAMPOS CONCEITUAIS.....	54
3.1 Conceito de Arquivo	54
3.2 O desenvolvimento das instituições arquivísticas	56
3.3 Arquivologia como ciência	60
3.4 Transformações no Conceito de Museu	64
3.5 O surgimento dos museus e o conceito de instituição Museológica	67
3.6 A Museologia como ciência	72
3.7 Síntese do capítulo.....	76
4 A DESCRIÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS COMO ESTRATÉGIA DE ACESSO À INFORMAÇÃO	77
4.1 Descrição e representação no contexto Museológico.....	81
4.2 O tratamento da informação no Arquivo	87

4.3 Normas Internacionais de descrição.....	91
4.4 O tratamento da informação no Museu.....	93
4.5 Síntese do Capítulo	99
5 SISTEMA ACESS TO MEMORY (ATOM)	101
5.1 As características do AtoM	101
5.2 Desenvolvimento do Sistema	102
5.3 Interface e funcionamento do AtoM e o processo de descrição	104
5.4 O modelo descritivo das Diretrizes de Informação para Museus do CIDOC e os modelos descritivos do AtoM.....	109
5.5 O modelo descritivo LIDO e o modelo descritivo do AtoM	123
5.6 Síntese do capítulo.....	129
6 A CUSTOMIZAÇÃO DO ATOM PARA MUSEUS	131
6.1 Proposta de Customização do AtoM para Museus	131
6.2 Um Design para a Customização	140
6.3 Síntese do Capítulo	149
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
REFERÊNCIAS.....	157
Anexo	166

1 INTRODUÇÃO

A Museologia, na contemporaneidade, tem buscado superar seu campo teórico limitado ao paradigma custodial/tecnicista com o desenvolvimento de teorias e práticas que abordem a complexidade, novos modelos de instituições, serviços e ações que contribuam para o dinamismo no campo teórico e nas práticas da área.

Nesse cenário, questionamentos sobre um de seus objetos de estudo, o acervo, foram levantadas na reflexão sobre a inserção do patrimônio imaterial, até então não abordado. Também, verifica-se o impacto das tecnologias digitais sobre os museus, reconfigurando tanto o fazer quanto a teorização sobre museu, ampliando-se para os museus virtuais. (ARAÚJO, 2011).

Os museus virtuais, segundo o autor, representam uma ampla fração do campo, com desdobramentos teóricos e práticos que exigem das instituições museológicas novas configurações e concepções museais. “Sem edifício ou coleções, marcos institucionais tradicionais, o museu precisa oferecer novos serviços, por meio de novas práticas e funções. Os usuários também se modificam em termos de ações e possibilidades.” (ARAÚJO, 2011, p. 35).

Com a transposição para os ambientes digitais, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) contribuem para o tratamento e planejamento de exposições do acervo museológico, material ou imaterial, aproximando-se do conceito de sistema de informação. São grandes aliadas para tornar a cultura acessível, proporcionar experiências do internauta com os museus e na criação de base de dados para pesquisa.

Essa ampliação se dá ainda na musealização que além dos processos técnicos que se configuram em adquirir, documentar e exibir um objeto transforma a cultura material e imaterial em testemunho do desenvolvimento científico e artístico ou de uma cultura específica (ARAÚJO, 2011). Nesse sentido, a Museologia volta-se para a cultura imaterial e a constituição de valores museológicos. Percebe-se que, ao incorporar dimensões complexas da realidade social, as fronteiras da Museologia e suas irmãs, Arquivologia e Biblioteconomia, diluem-se, possibilitando um diálogo entre elas, tanto no contexto teórico quanto no prático. A aproximação pode ser identificada no ambiente digital em que há esforço das três áreas na representação e

disponibilização da informação, pois o patrimônio cultural custodiado pelas três em ambientes de custódia, mesmo sendo imaterial, deve ser representado para tornar-se acessível, necessitando, conseqüentemente, de ações de descrição e de padronização para a interoperabilidade informacional entre as instituições biblioteconômicas, arquivísticas e museológicas.

1.1 Contextualização do tema de pesquisa

As TIC ampliam os ambientes tradicionais dos arquivos, bibliotecas e museus com representações no mundo digital ante a nova realidade social pós-industrial em que a informação é um recurso valioso. Esta inovação transformou a sociedade que cada vez mais se insere nos ambientes digitais e exige das instituições de informação, entre elas os museus, esse acompanhamento. No paradigma pós-industrial e pós-moderno, a informação é à base do desenvolvimento intelectual, individual ou coletivo, capaz de gerar conhecimento. Ela necessita que as instituições curadoras, como os museus, facilitem o seu acesso.

A maioria dos museus é composta por objetos que formam as coleções museológicas. Estes objetos são formas de manifestações culturais materializadas pelo homem, compreendidas como testemunhos da existência de uma determinada cultura e sociedade. Partem das convergências entre suporte e informação passíveis de serem acessadas e recuperadas a partir do registro documental, a descrição dos objetos e seu contexto histórico no setor de documentação dos museus. A documentação justifica a preservação do objeto na instituição museológica, pois, sem ela os museus tornar-se-iam armazéns de objetos (ZUBIAUR CARREÑO, 2004).

Neste sentido, as TIC podem auxiliar de duas formas: primeiro, na difusão da informação e segundo, no uso de sistemas descritivos utilizados para o necessário registro documental dos objetos, pois a documentação é um recurso importante para os aspectos de preservação e acesso nas instituições de custódia de objetos e documentos. Nos Museus este sistema facilita nas atividades, na conservação, na exposição e até na luta contra o tráfico ilícito de bens culturais (ZUBIAUR CARREÑO, 2004). Por outro lado, a descrição museológica referente ao acervo é importante porque o inventário não atende às necessidades dos pesquisadores e às expectativas dos internautas na *Web 2.0*; necessidades que buscam ser alcançadas

com o compartilhamento dos catálogos e a representação multimodal, isto é, composta por linguagens de representação convergentes nos objetos museais.

De acordo com Díaz Balerdi (2008, p. 49) “[...] cada vez adquirem maior presença os sistemas indiretos (processos digitais, ambientes imersivos, realidades virtuais) que em teoria contribuem para que a relação entre a obra e o sujeito que com ela interage seja a mais enriquecedora possível”. O autor apresenta as atividades que envolvem a metainformação, sendo o inventário, a catalogação, o banco de dados, as informações periféricas e a bibliografia complementar, os elementos que proporcionam a comunicação imediata entre a obra (objeto) e o internauta, por meio de sistemas digitais.

Os sistemas documentais que visam à realização destas atividades devem ser construídos de maneira sistêmica para considerar a diversidade das facetas culturais refletidas nos objetos, bem como a variedade destas manifestações, porquanto, as culturas não são unívocas, mas sim ricas e variáveis, sendo complexas. Segundo Yassuda (2009, p. 15) “[...] muitos museus não possuem um sistema de documentação adequado, seja por falta de infra-estrutura ou por outras razões”, o que impossibilita uma comunicação eficiente e eficaz dos acervos museológicos. O sistema de documentação museológica é, portanto, um desafio no tocante ao atendimento das necessidades informacionais da instituição e, por ser uma atividade complexa e muito específica de cada museu, necessita de pesquisa, infra-estrutura e investimento (YASSUDA, 2009).

Neste seguimento, o Brasil tem promovido leis voltadas ao acesso, bem como planos nacionais para promoção à cultura e modernização das instituições de cultura. Destaca-se a Lei de Acesso à Informação (LAI)¹, publicada em 2011, que garante à população acesso aos acervos custodiados pelas instituições, de maneira que estas tenham a obrigação legal de informar à sociedade e evidencia-se o Plano Nacional de Cultura (PNC) que aborda questões de preservação e de promoção ao acesso e à cultura nas unidades de informação, compostas de Bibliotecas, Arquivos e Museus.

¹ Lei acesso à informação n. 12.527. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 26 set. 2017.

Houve também fortalecimento nas instituições museológicas com a criação do Plano Nacional de Museus (PNM), lançado em 2003 pelo Ministério da Cultura (MinC) que promoveu a valorização, a preservação e o acesso ao patrimônio museológico brasileiro ao financiar projetos de desenvolvimento e revitalização dos museus. Os programas e ações do PNM são compostos por sete eixos norteadores: 1) gestão e configuração do campo museológico; 2) democratização e acesso aos bens culturais; 3) formação e capacitação de recursos humanos; 4) informatização de museus; 5) modernização de infraestruturas museológicas; 6) financiamento e fomento para museus; 7) aquisição e gerenciamento de acervos museológicos. Segundo a PNM (BRASIL, 2007), cada eixo aborda as seguintes ações:

O primeiro eixo destaca-se a implementação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM) que tem por objetivo facilitar o diálogo entre os museus e a criação de Cadastro Nacional de Museus (CNM).

O segundo eixo volta-se à criação de redes informacionais entre instituições museológicas e os profissionais da área, bem como, a realização de eventos multi-institucionais, a circulação de exposições, as publicações específicas da museologia e a democratização do acesso.

O terceiro eixo refere-se a programas de educação, de formação e de capacitação em museus e museologia e o aumento de cursos de graduação e técnicos da área, oficinas de extensão e estágios nas instituições.

O quarto eixo trabalha-se a informatização dos Museus com a criação de políticas no processo de desenvolvimento de sistemas informatizados de documentação e gestão e o estímulo a projetos para disponibilizar informações sobre museus nas mídias digitais.

O quinto eixo encontra-se a modernização da infraestrutura museológica voltada a melhorias nas instituições físicas, como a manutenção, a adaptação, a climatização, a segurança de imóveis, laboratórios de conservação e restauração. O eixo também engloba o incentivo a projetos de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias de conservação, documentação e comunicação.

O sexto eixo trata-se de assuntos sobre financiamento e fomento aos museus com ênfase na difusão da produção cultural e científica das instituições, na criação

de fundo para amparo ao patrimônio cultural e no desenvolvimento de qualificação de museus junto às agências CNPq e Capes.

O sétimo eixo aborda questões referentes à aquisição e ao gerenciamento de acervos culturais, sendo a criação de programa de políticas integradas de permuta, aquisição, pesquisa, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos da diversidade brasileira e o apoio às instâncias nacionais e internacionais de fiscalização e controle de tráfico ilícito de bens culturais, bem como de ações e dispositivos legais de reconhecimento, salvaguarda e proteção dos bens culturais vinculados à história e à memória social de interesse local, regional ou nacional.

São percebidos em alguns eixos, abordagens voltadas à produção da documentação e de pesquisa no acervo museológico, sendo já detectados por Corsino (2000) entre os três itens prioritários para a revitalização de unidades de museus no PNM (apud YASSUDA, 2009).

O primeiro eixo, em prática desde 2006, possibilitou com o CNM, o mapeamento de 3.500 museus (23 são museus virtuais) existentes no Brasil. Em 2011 foram publicados o “Guia dos Museus Brasileiros”² e o livro “Museus em Números”³. Nessas publicações há dados sobre a localização, o tipo de acervo, o acesso ao público, os serviços oferecidos e a caracterização física de todos os museus.

A partir destas publicações e do uso da ferramenta Mapas Culturais, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) disponibilizou o “Museusbr”⁴ em 2017. Esta plataforma visa incorporar ao serviço público ligado aos museus transparência, uso de dados abertos de *software* livre, descentralização e colaboração.

De acordo com este levantamento, no Estado de São Paulo constam 517 instituições, o que o torna o estado com maior número de museus no Brasil, visto que na região Sudeste há 1.151 museus. Nas demais regiões constam 878 localizados no Sul, 632 no Nordeste, 218 no Centro-Oeste e 146 no Norte. Também

² INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Guia dos museus brasileiros. Brasília: IBRAM, 2011. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/guia-dos-museus-brasileiros/>. Acesso em: 24 set. 2017.

³ INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Museus em números. Brasília: IBRAM, 2011. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/museus-em-numeros/>. Acesso em: 24 set. 2017.

⁴ MuseusBr. Disponível em: <http://renim.museus.gov.br/>. Acesso em: 27 set. 2017.

foi possível realizar uma contagem dos museus que possuem representação em ambientes digitais: a região Sudeste conta com 583 sites, a região Sul com 398 sites, a região Norte com 53 sites, a região Nordeste com 236 sites e a região Centro-Oeste com 82 sites, a partir das informações contidas nos guias.

Contudo, a maioria das instituições museológicas que contém acervos físicos não os disponibilizam no ambiente digital, por falta de investimento, dentre outras razões, já mencionadas no PNM. Esta ação requer das instituições o uso de sistemas digitais voltados à produção documental e descrição dos museus e a inserção das TIC tanto em suas atividades administrativas, quanto na promoção de interação dos espectadores com os acervos. Segundo Zubiaur Carreño (2003, p. 266):

O uso da tecnologia da informação ao serviço da documentação tem sido um grande avanço na possibilidade de armazenar uma grande quantidade de dados, por exemplo, para catalogar os fundos; realizar operações racionais: seleção, dados, etc., e no menor tempo possível, com a possibilidade de acessar automaticamente outros bancos de dados através dos sistemas de comunicação de rede [...].

Dentre os sistemas de informação para disponibilização do acervo, no Brasil, encontram-se softwares como o Donato/SIMBA, desenvolvido pelo Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), idealizado em 1970 e desenvolvido vinte anos depois. O Donato é um *software open source*, gratuito, baseado em *software* de uso livre e pode ser disponibilizado a instituições culturais que tenham interesse e façam o pedido ao MNBA. Contudo, apresenta alguns problemas a serem considerados:

1) é um sistema intranet, o que significa que seu acesso limita-se a pesquisas no ambiente físico do museu e não acessível na Web;

2) no preenchimento do banco de dados virtuais, ao passar as informações para o computador, não há integração das obras, o que dificulta pesquisas específicas, além de problemas com maiúscula e minúscula;

3) não há a possibilidade de inclusão de vídeos, sons e *gifs*. Neste sentido, houve uma proposta para catalogação em museus em 2014 do IBRAM para a construção de um *software* livre sucessor ao Donato, denominado Acervo.

Outro sistema de informação possível de ser utilizado é o Sylloge⁵ de Santa Catarina (Brasil). O Sylloge consiste em um *software* para gerenciamento de acervo com a preservação da informação *online* com escalabilidade, usuários ilimitados, personalização de fichas e atualização. Porém, apesar de todas estas vantagens, não é baseado em *software* livre e a gratuidade do sistema é limitada a: 4000 itens, 07 fichas personalizadas, apenas 10 anexos por objeto e máximo de 20 megabytes de cada anexo. Assim, a instituição museológica fica restrita a possuir apenas 4000 objetos descritos no sistema e dependente do sistema que detém seu banco de dados.

Há também a plataforma Tainacan, lançada no início de 2017 e voltada a acervos digitais, desenvolvida pela Universidade Federal de Goiás em parceria com o MinC e o IBRAM. O sistema é composto por quatro módulos: repositórios, ontologias, documentos e museus. O *software* de suporte é livre, licenciado pelo GLP com seu código aberto. A plataforma Tainacan é recente, o que ainda impossibilita uma posição sobre as facilidades e limitações do sistema, sendo necessária uma pesquisa exploratória.

No contexto internacional, encontram-se alguns *softwares* voltados para instituições museológicas, como *Gallery Systems*, *Museum Software*, *Museo*, *DIGIMUS*, *Collection Space*, etc. O *Collective Access* é um *software* livre, com padrões de metadados e formatos de mídia de código aberto para gerenciar e publicar coleções de museus, arquivos e bibliotecas, utilizados em grandes coleções heterogêneas. Está disponível sob a licença GNU *Public License*, sendo gratuito para baixar e utilizar, bem como para modificar e compartilhar as modificações. Este *software* permite a utilização dos seguintes padrões: *Dublin Core*; *Darwin Core*; *EBU Core*; *PB Core*; *CDWA-Lite/CCO*; *EAD*; *DACS*; *ISAD(G)*; *VRA Core*; e *SPECTRUM* – estrutura criada pela *Collection Trust*, a qual não permite sua utilização em *software* que não seja desenvolvido pela própria empresa, sendo uma forma de evitar concorrência.

A *Collection Space* também é *software* livre e *open source*, mas com seu código aberto somente para leitura e é disponibilizada a versão demo para que

⁵ Disponível em: <<https://www.triscele.com.br/museologia/sylloge-banco-de-dados-para-museus>>. Acesso em: 27 set. 2017.

sejam testados por qualquer internauta e até mesmo baixado e instalado – oferece um *sandbox* privado do *Collective Space* gratuito por 30 dias para teste antes da compra. Sua estrutura tem por base o Modelo Conceitual de Referência do CIDOC⁶ (CRM), mas trata-se de um sistema pago após 30 dias.

Por outro lado, a *Collective Access* é gratuita, mas não se baseia no CRM do CIDOC, não é multilíngue, não há transparência quanto à norma ativada no sistema e a possibilidade de outras opções a serem selecionadas no sistema pelo utilizador. Ressalta-se que as várias normas citadas acima são compatíveis no sistema, contudo, não significa que estejam disponíveis para seleção dentro do sistema. O *Collective Space* apesar de ser um software livre é pago sua licença, não é multilíngue e a exportação e importação para o sistema dependem de empresas credenciadas para a realização destas e outras ações. Por estes motivos estes sistemas não são apropriados para a realidade brasileira.

Quadro 1. Características de Software Internacional de Museus.

Software	Características	Observações
<i>Gallery System</i>	-Pago; -Personalizável; -Multilíngue; -Acesso via Web; -Acesso via aplicativo;	Desenvolvido por <i>Gallery System</i>
Museo	-Licença paga; -Norma CIDOC CRM; -Configurável; -Interoperável; -Acesso via Web; -Open-source;	Desenvolvido por <i>Keep Solution</i>
DIGIMUS	-Utiliza normas LIDO; -Acesso via aplicativo; Acesso via Web; -Multilíngue; -Interoperável; -Importação em LIDO e SKOS; -API de Europeia; -Publicação RDF;	Desenvolvido por <i>DIGIBIS S.L.</i> Não foi encontrada informação sobre gratuidade ou formas de pagamento.
<i>Collective Access</i>	Gratuito; -Software livre; - <i>Open source</i> ; -Acesso via Web; -Beta Perpetuo; Utiliza norma <i>CDWA-Lite/CCO</i> entre outras; Customizável	Necessita estudos mais aprofundados, com análise da apropriação das normas ao contexto brasileiro.
<i>Collection</i>	É disponibilizado por 30 dias sua utilização antes de sua compra. Sistema pago	Desenvolvido por <i>Lyrisis</i> . Se o código é aberto

⁶ Comitê Internacional de Documentação do Conselho Internacional de Museologia.

<i>Space</i>	Utiliza CIDOC CRM; Software Livre; <i>Open Source</i> : Código Aberto para leitura; Importação em XML	somente para leitura, isso pre-supõe a impossibilidade de estudos de customização. Trata-se de um sistema Pago.
--------------	--	---

Fonte: elaborado pela autora.

No contexto de carências de *softwares*, brasileiros ou não, capazes de dar conta das necessidades dos setores de documentação dos museus e pelas semelhanças dos setores de documentação dos museus com a arquivologia, levantamos a hipótese de o AtoM (*Access to Memory*), como um sistema voltado para descrição de documentos arquivísticos possa ser utilizado para a descrição de objetos museais, inclusive os tridimensionais, como o acervo do Museu Histórico da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo⁷, tendo sido tratados no sistema AtoM 164 fundos e coleções.

Além dessa, outra iniciativa que no contexto nacional utiliza o AtoM, um sistema de descrição arquivística adaptado, é a descrição de objetos museológicos salvaguardados e custodiados no laboratório de *Design* e Recuperação de Informação - LADRI⁸, localizado no Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília (CEDHUM) e vinculado à Faculdade de Filosofia e Ciência (FFC) da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Como parte de um todo maior relacionado às coleções de objetuária de naturezas diversas, pertencentes aos diferentes campi da UNESP e o acervo da instituição é composto por objetos variados ainda situados nos diversos Campi: objetos ligados ao ensino, a utensílios pessoais, aos domésticos, a cozinha, a montaria, a religiosos, a guerra, a caça, a iluminação, entre outros.

A iniciativa foi possível, pois no âmbito internacional nossas investigações preliminares localizaram a utilização do AtoM pelo *Archival holdings at the Museum of Anthropology, University of British Columbia*⁹, pelo *Museum of Croydon*

⁷ Museu Histórico da Faculdade de Medicina. Disponível em: <<http://www.pesquisadores.museu.fm.usp.br/>>. Acesso em: 27 set. 2017.

⁸ Museu da Faculdade de Filosofia e Ciências: Disponível em: <<http://atom.marilia.unesp.br/>>. Acesso em: 27 set. 2017.

⁹ Representações arquivísticas don Museu de Antropologia da University of British Columbia. Disponível em: <<http://atom.moa.ubc.ca/index.php/>>. Acesso em: 27 set. 2017.

*Collections*¹⁰ e pelo *Musée Héritage Museum Archives*¹¹ que são compostos por acervos variados.

Quadro 2. Características de Software Internaiconal AtoM.

Software	Características	Observações
AtoM	-Gratuito; -Software Livre; -Open source; -Acesso via Web; -Multilíngue; -Multi-repositório; -Customizável; -Beta Perpetuo; -Voltado a Arquivo; -Interoperável; -Importação e Exportação em Dublin Core, EAD, SKOS, EAC-CPF	Artefactual System

Fonte: elaborado pela autora.

Percebemos, a partir daí, que o AtoM facilita a gestão do acervo; a manutenção dos objetos, os procedimentos de conservação e de restauração; possibilita a classificação e a inserção de taxonomia que otimiza a identificação de Objetos semelhantes e o processo de busca; finalmente, insere as instituições no paradigma pós-custodial ao cumprir com a disponibilização da informação na *Web*, acessada em qualquer tempo e lugar.

Por outro lado, os objetos tridimensionais, quando inseridos no ambiente digital, transformam-se em representações, simulacros, uma imagem bidimensional, um documento que pode ser considerado arquivístico. Percebem-se, no processo, contudo, perdas de informação – mesmo com tecnologia que gire os objetos em 360º graus ou observatório que gire em volta do objeto –, o que demanda um esforço grande para a realização de uma descrição detalhada, referente ao contexto histórico, à forma física, ao estilo e outras informações que permitam representar o objeto de forma eficiente e eficaz.

Destaca-se que, ao empreender o laboratório experimental - usando a metodologia do *Design Thinking* - para o redesign do AtoM para acervos

¹⁰ Museu de Coleções de Croydon. Disponível em: <<http://museumofcroydoncollections.com/catalogues/index.php/museum-of-croydon>>. Acesso em: 27 set. 2017.

¹¹ Museu Heritage. Disponível em: <<https://archives.museeheritage.ca/>>. Acesso em: 27 set. 2017.

museológicos, percebeu-se que, embora no AtoM os objetos possam ser tratados unitariamente, o *software* carece de campos descritivos para atender a maioria das demandas informacionais dos itens das coleções, pois é destinado a Arquivos com adaptações necessárias para dar conta da representação de materiais museológicos. Os acervos da UNESP apresentam ainda outro agravante, já percebido por Yassuda em 2009. A pesquisadora observa a existência de inúmeros perfis de museus (Histórico, Arqueológico, História Natural, Pedagógico, Antropológico e Artes) com características peculiares que exigem tipos específicos de informação, diferentes leituras e valores.

1.2 Problema e Proposição

Perguntou-se, ao considerar o sistema e os modelos descritivos dos acervos museológicos, se o *software* de descrição AtoM atende às necessidades representacionais dos objetos de museus em ambientes digitais.

Percebe-se que o paradigma pós-custodial evidencia o acesso à informação, e propõe a rearticulação dos Arquivos, Bibliotecas e Museus e, principalmente, de sua ampliação para além do ambiente físico, para a *Web* que potencializa as ações destas instituições no mundo digital. Nesse sentido, tanto as bibliotecas quanto os arquivos já contam com sistemas capazes de representar e possibilitar o acesso ao conhecimento que preservam.

Contudo, os museus, especialmente no contexto nacional, por mais que contem com *Websites*, carecem de sistemas voltados à representação e a disponibilização dos objetos museológicos na *Web*.

Os museus, por outro lado, possuem uma heterogeneidade em seus acervos que deve ser considerada no momento de sua representação informacional. Entende-se que no Brasil há confluência cultural de vários povos e culturas, e isto se reflete nos acervos e na produção da sua documentação e na descrição tornando-os ambientes ainda mais complexos do que normalmente são os museus.

Pois é diante dessa complexidade cultural que se situa o AtoM, baseado nas normas arquivísticas internacionais de descrições padronizadas e já utilizado em instituição museológica no Brasil e no exterior e que torna possível a inserção de informação do setor de documentação e dos objetos de museus no contexto *Web*.

O AtoM possibilita que a representação da informação aconteça desde o produtor (instituição, pessoa ou família) até o item documental, pois é multinível e vai do geral para o específico. Como resultado, produz os instrumentos de pesquisa no processo descritivo, tais como, guias, catálogos, inventários e índices. Por ser um sistema multilíngue, permite que o internauta tenha acesso aos acervos de qualquer país, pois os metadados são passíveis de tradução para qualquer língua pré-configurada no sistema. Na representação da informação, permite trabalhar o controle de vocabulário, fator importante para propiciar o acesso à informação.

A representação realizada no AtoM propicia a convergência textual e imagética. Outro recurso é a facilitação de exportação e importação de dados por meio de linguagens como Dublin Core, EAD (*Encoded Archival Description*), EAC-CPF (*Encoded Archival Context – Corporate Bodies, Persons and Families*) e SKOS. O sistema também é interoperável com outros sistemas, o que permite a troca de dados e pode atuar como multirepositório, sendo um agregador de dados.

Levantou-se, nesse trabalho, a hipótese de que o AtoM proporcione a realização da curadoria digital de acervos uma vez convergido com outro sistema produzido pela Artefactual System, o Archivemática, que faz uso de modelos padronizados para preservação dos objetos digitais ou digitalizados. Juntos, o AtoM e o Archivemática podem criar simulacros digitais de acervos museológicos na *Web* – entendidos aqui como uma representação imagética do objeto (informação como coisa).

Há, nesse sentido, uma convergência entre preservação e acesso à informação, questões importantes no conceito da pós-custodialidade e da complexidade reverberada pelas TIC às instituições custodiadoras de informação.

Desta forma, este estudo propõe-se a identificar a possibilidade do AtoM ser utilizado para a descrição dos objetos museológicos, especificamente de museus históricos.

1.3 Objetivos

Objetivo Geral:

Esse projeto tem o objetivo geral estudar o processo de descrição da informação museável no contexto da Ciência da Informação e das novas Tecnologias de Informação e Comunicação.

Objetivos Específicos

- Explicar a relação entre a Museologia e a Ciência da Informação;
- Mostrar as semelhanças e diferenças entre a Arquivologia e a Museologia;
- Analisar o processo de descrição de acervos museológicos.
- Comparar a descrição de informação em Arquivos e Museus na perspectiva do CIDOC e ICA.
- Apresentar as possibilidades de otimização do uso do AtoM para a descrição de documentos museáveis.

1.4 Justificativa

No Brasil, está por se consolidar uma forma equânime para compartilhamento de informações nas instituições custodiadoras de acervos de memória, em que as contribuições das diversas etnias sejam consideradas. Em ambientes digitais abertos, livres e customizáveis, as potencialidades de tratamento horizontal da informação permitem uma espécie de conversação entre os indivíduos atuantes, tornando-os protagonistas de suas histórias.

A Museologia possui pouca literatura que aborde as TIC como meio de acesso aos acervos museológicos. Preocupações nesse sentido puderam ser identificadas, em 2013, em um fórum *AtoM Users* criado na plataforma *Google* e intitulado “*Spectrum standard and ICA-AtoM*”¹², que discutem o uso do AtoM para descrever acervos de museus com o padrão *Sprectrum*, justamente pelo AtoM ser um *software* gratuito e livre, o que contribui para o baixo custo de implementação do sistema em instituições com poucos recursos e que desejem disponibilizar o acesso à informação no ambiente digital.

¹² Disponível em: <<https://groups.google.com/forum/#!topic/ica-atom-users/HJ7eO0kmtmM>>. Acesso em: 25 set. 2017.

A curadoria digital com sistemas livres e abertos facilitará o acesso às coleções tanto por pesquisadores e alunos (público interno da instituição) quanto pela sociedade geral (público externo) no ambiente digital com eficiência e eficácia. Possibilitará também a integração dos acervos em um único ambiente digital, a partir de simulacros digitais - trata-se de simulação do acervo físico no ambiente digital para possibilitar o acesso à informação - mantendo os originais em seus devidos locais de custódia.

Esta pesquisa contribui para discussões referentes à representação informacional dos objetos em ambientes digitais na área da Museologia, que pode ser entendida como uma subárea da CI, – se considerarmos as três Marias definida por Smith (1993), que vê a CI como uma área que agrupa “as três irmãs”, sendo estas a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia.

Em 2013 se iniciou um projeto de pesquisa e extensão no LADRI a partir da explicitação dessa problemática. Relacionava-se inicialmente a um diagnóstico dos acervos e coleções musealizados ou não, pertencentes às instituições UNESP que estão descentralizados nos vários campi da universidade. Desenvolveu-se posteriormente no âmbito do LADRI à proposta da criação de um simulacro digital, de um ambiente que possa ser acessado de forma ubíqua e simultânea no qual as informações se constituirão de simulações agrupadas e convergidas em uma ou mais interfaces de interação, atualizáveis do acervo.

A descrição dos objetos encontra-se em fase final, o que contribuirá tanto para discussões nesta pesquisa, quanto a possível ampliação da utilização do AtoM nos demais acervos museológicos desta instituição e do Brasil. Percebe-se que o acervo da FFC possui um valor histórico por retratar um contexto social de pessoas comuns, de trabalhadores, de comércio, de imigrantes e entre outros, o que favorece a construção de narrativas para recuperar as histórias dessas pessoas que, muitas vezes, estão esquecidas na história ou têm suas histórias distorcidas.

1.5 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa é caracterizada como teórica exploratória e nela se buscou atender aos objetivos propostos da seguinte forma: para alcançar o primeiro objetivo foram extraídas da literatura, conceitos sobre informação, o desenvolvimento da Ciência da Informação e sua relação com a Museologia.

Para responder ao segundo e terceiro objetivos recuperaram-se na literatura, as transformações contemporâneas da Arquivologia e da Museologia, diante da realidade das TIC: as diferenças e semelhanças em seus procedimentos e técnicas e o desenvolvimento de instrumentos descritivo museológico, apresentando as fichas descritivas de museus, normas padrões e o uso da tecnologia para tratamento informacional.

O quarto e quinto objetivos foram atingidos a partir do estudo exploratório participativo e descritivo do AtoM e de sua comparação com o modelo descritivo do CIDOC para a verificação de quais campos descritivos museológicos o sistema atende e quais não atende. Após essa observação, foram apresentados os caminhos possíveis de otimização do uso do AtoM na abordagem da Museologia.

1.6 Estrutura da Dissertação

Esta dissertação é composta em sete capítulos com a finalidade de atender os objetivos do problema exposto. A **introdução** apresenta o problema, a proposição, os objetivos (gerais e específicos), a justificativa do estudo e a metodologia, já descritos.

O **segundo capítulo** apresenta o conceito de informação, o surgimento da Ciência da Informação com o desenvolvimento social e econômico, bem como a interdisciplinaridade desta ciência com outras. Discute-se também, a relação da Museologia com a CI no âmbito nacional, posicionando o estudo em uma das correntes já existentes no âmbito tratado.

O **terceiro capítulo** propõe-se a abordar conceitos da área da Arquivologia e da Museologia, desenvolvimento como instituição e como área de conhecimento desde a Revolução Francesa até os dias atuais, buscam-se semelhanças e diferenças entre as áreas.

O **quarto capítulo** apresenta a mudança de perspectiva no conceito de descrição, apresenta o histórico dos instrumentos de descrição no contexto museológico, o tratamento da informação nos arquivos e museus e a normalização e padronização dos termos descritivos.

O **quinto capítulo**, após uma revisão de literatura direcionada ao tema, apresenta o AtoM, seu desenvolvimento, o procedimento de descrição arquivística

no sistema e também, a comparação das categorias informacionais da diretriz do CIDOC e o esquema LIDO com o modelo descritivo do AtoM, verificando suas respostas a realidade museológica.

O **sexto capítulo** refere-se a possível customização do sistema AtoM, recupera os procedimentos realizados no LADRI no qual está sendo tratado o acervo da FFC no campi de Marília.

O **sétimo capítulo** expõe as considerações e apresenta perspectivas de pesquisas científicas emergente deste estudo.

2 MUSEOLOGIA NO CONTEXTO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Neste capítulo, se recuperam conceitos da CI e sua evolução a partir da disciplina Documentação e a contribuição proporcionada pela interdisciplinaridade com outras disciplinas. Define-se o conceito de informação como insumo para o desenvolvimento intelectual, social e econômico da sociedade, bem como os elementos que impulsionaram a evolução da CI. Abordam-se as mudanças do paradigma central da CI no decorrer dos anos; apresentam-se algumas das áreas com as quais a CI se relaciona de maneira interdisciplinar; Destacam-se as principais abordagens das correntes existentes na Museologia no Brasil e tendência convergente entre as três instituições – Arquivos, Bibliotecas e Museos – no ambiente digital, para facilitar o acesso à informação e aos acervos, que se encontram disperso na Web. Apresentam-se também os encontros, conferências e iniciativas voltadas a discussões de diálogos entre as três subáreas no contexto da CI. Por fim, no contexto institucional/acadêmico, se apresenta a dispersão da Museologia, no Brasil.

2.1 A Ciência da Informação e o paradigma do acesso

A definição de ‘documento’ por Paul Otlet (1934) foi fundamental para o surgimento do conceito de ‘**informação**’, descrita como a totalidade dos artefatos humanos, registrados de diversas maneiras, em diversos suportes: “[...] livros, manuscritos, fotografias, pinturas, esculturas, imagens em movimento, registros fonográficos, selos, estampas, etc.” (ARAÚJO, 2014, p. 102).

Percebe-se que o documento compreende “[...] as diferentes manifestações empíricas do conhecimento humano” (ARAÚJO, 2014, p. 102) e está vinculado aos suportes físicos que as registram. Já a informação é mais abrangente, pois engloba processos, conhecimento e seu registro, bem como o processamento informacional, os quais são identificados no discurso de Borko sobre a CI: “[...] ela está preocupada com o corpo de conhecimento relacionado à origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação” (BORKO, 1968, p. 3, tradução nossa). Dessa maneira, a CI teve suas raízes na Documentação, criada por Otlet e La Fontaine, e foi legitimada teórica e conceitualmente como disciplina científica em 1934.

A Ciência da Informação (CI) foi posteriormente definida por Borko (1968, p. 5, tradução nossa) como:

[...] ciência interdisciplinar que investiga as propriedades e comportamentos da informação, as forças que governam o fluxo e uso de informação e as técnicas, ambas, manual e mecânica, de processamento da informação para um ótimo armazenamento, recuperação e disseminação.

O autor destaca que a definição é complicada e abrangente, por se tratar de um assunto complexo e multidirecional. Esta complexidade e multidirecionamento são devido a CI ter como objeto de estudo a informação, também investigada por outras disciplinas e de inúmeras formas, o que dificulta a delimitação do campo teórico e científico da área. Torna-se, portanto, relevante definir o termo informação, no contexto da CI.

Buckland (1991, p. 1, grifo nosso), por outro lado, salienta que informação é o conhecimento comunicado e apresenta três tipos de definição para este termo.

Primeiro: **informação-como-processo** acontece quando uma pessoa é informada e ocorre uma alteração no conhecimento que ela havia armazenado. A “informação” é o ato de conhecer algo; a comunicação do conhecimento ou “novidade” de algum fato ou ocorrência. Segundo: **informação-como-conhecimento** é aquilo que foi percebido na “informação-como-processo”, mas é intangível, particular e necessita de ser representada de alguma maneira (linguagem) para sua comunicação. Terceiro: **informação-como-coisa** é a materialização do conhecimento, por meio de objetos, dados e documentos, compreendidos como “informação”.

O autor percebe distinções em suas três definições em que, ora a informação é vista como entidade ou como processo, ora algo tangível ou intangível e apresenta uma quarta definição: O “processamento da informação – que significa o tratamento, o manuseio e a obtenção de novas formas ou versões da informação-como-coisa” (ARAÚJO, 2014, p. 142).

Saracevic (1997) acrescenta ainda três características responsáveis pela existência e evolução da CI: sua conexão com a tecnologia da informação; sua participação ativa na evolução da sociedade da informação; e sua natureza interdisciplinar com outras áreas do conhecimento, os quais serão vistos na sessão a seguir.

2.2 Contexto econômico e social da Ciência da Informação

A CI surge em meados do século XX com o desafio de encontrar respostas à complexidade de recuperação da informação. Nesse sentido, Vannevar Bush em seu artigo chamado “*As We May Think*”, em 1945, propõe um “ajuste tecnológico” para o problema que estava na mente de muitos há muito tempo: a tarefa de tornar acessível à grande massa documental armazenada, proveniente da “explosão informacional” (SARACEVIC, 1995). A solução tecnológica de Bush era a criação de uma máquina capaz de armazenar, organizar e recuperar a informação:

[...] um dispositivo futuro para uso individual, que é um misto de arquivo e biblioteca - pessoal e privado. Esse dispositivo precisa de um nome: vamos chamá-lo de "Memex". Um Memex será um dispositivo em que o indivíduo armazenará seus livros, seus registros, suas anotações, suas comunicações. O dispositivo será mecanizado de modo a poder ser consultado com extrema velocidade e flexibilidade. (BUSH, 1945)

A proposta ganhou incentivo financeiro de agências de financiamento e de inúmeros programas estratégicos, além de empresas privadas do Estados Unidos nas décadas de 50 e 60, com o objetivo de realizar o controle informacional em todos os campos, o que resultou no desenvolvimento da moderna indústria (sic) informacional (SARACEVIC, 1996). Sua criação foi um princípio que uniu os criadores do computador, da Internet e da *Web* como são hoje conhecidas na Sociedade da Informação.

De acordo com Bush (1945) o desenvolvimento científico e tecnológico possibilitaria ao ser humano o controle sobre o meio ambiente; uma vida prolongada com o conhecimento biológico; e melhoria na comunicação entre as pessoas. A informação tornava-se um dos mais importantes insumos para este desenvolvimento.

As mudanças sociais e econômicas de finais do século XX fazem com que a sociedade deixe de ter como base os meios de produção e os recursos naturais para valorizar o conhecimento do indivíduo que necessita de informação, com a simultânea valorização da produtividade e da inovação aplicadas ao trabalho. Este novo cenário é definido por Bell em 1970, como pós-industrial, sendo uma sociedade:

[...] produtora de bens transformada em sociedade da informação, ou erudita; e, nas modalidades de conhecimento, uma mudança no eixo da abstração, que passa do empirismo ou improvisação, através do

sistema de ensaio-e-erro para a teoria e codificação do conhecimento teórico, com o intuito de dirigir as inovações e a formulação das linhas de ação (BELL, 1977, p. 538).

A informação torna-se uma emergência da ordem social e econômica, o que implica na necessidade da recuperação da informação (SARACEVIC, 1995). O desenvolvimento das TIC fez com que problemas complexos emergissem na CI, mas ao mesmo tempo favoreceu o desenvolvimento da área no ambiente digital, como por exemplo, o surgimento de sistemas de catalogação automatizados, dos repositórios digitais para curadoria de objetos digitais, de sistemas de gerenciamento de documentos, de sistemas digitais de descrição, entre outros sistemas voltados ao armazenamento, gestão, organização, representação e recuperação da informação. A complexidade do problema necessitou de enfoque interdisciplinar da CI na busca de soluções.

2.3 Interdisciplinaridade da Ciência da Informação

No paradigma pós-moderno ou pós-industrial, as questões e problemas sociais e humanos são considerados complexos e, requerem conversações entre as diferentes disciplinas envolvidas, pois são impossíveis de serem resolvidos por uma única área de conhecimento e demandam enfoques interdisciplinares e soluções multidisciplinares.

É importante o entendimento de que se verificam mudanças nos paradigmas da CI no curso de suas práticas, o que permitirá compreender sua característica interdisciplinar. Silva (2013, p. 18) define paradigma da seguinte forma:

[...]. Para nós, paradigma é um modo de pensar, de formular princípios que regem as teorias e as práticas científicas, durante um período de tempo que pode ser longo (mais de uma geração). E a mudança de paradigma, fora do âmbito da "ciência normal" (ou ciências naturais e exatas), não ocorre necessariamente por revoluções ou rupturas.

Na idade moderna, o paradigma vigente era o da simplificação proposta por Descartes, iniciado no século XVII. Reduziu a realidade complexa ao simples (redução do biológico ao físico e do humano ao biológico), sendo os métodos científicos das ciências exatas e biológicas utilizados nas ciências humanas e sociais no desenvolvimento científico. Esse paradigma tem por característica a racionalidade cartesiana da ciência e a irrelevância de tudo que não é quantificável,

bem como a simplificação das ciências a partir da divisão da realidade. De acordo com Morin (2005, p. 12) “[...] uma hiper-especialização devia, além disso, despedaçar e fragmentar o tecido complexo das realidades, e fazer crer que o corte arbitrário operado no real era o próprio real”. As fronteiras das disciplinas tornam-se bem limitadas e seu objeto de estudo bem definido, sem o diálogo interdisciplinar entre elas.

Na CI, este modelo é compreendido como custodial, tecnicista e patrimonial que, de acordo com Silva (2013), vai do final do séc. XVIII até meados do século XX. Influenciou a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia ao desenvolver procedimentos “[...] técnicos de intervenção: as estratégias de inventariação, catalogação, descrição, classificação e ordenação dos acervos documentais de arquivos, bibliotecas e museus” (ARAÚJO, 2011, p. 22). Proporcionou também às três áreas tornarem-se independentes da Literatura, da História e das Artes, das quais eram, até então, auxiliares, e, progressivamente,

[...] a especialização e, a fragmentação/autonomização dessas disciplinas, através da ênfase nas características distintivas do artefacto/documento, e não do enfoque prioritário no mentefacto/informação – seu contexto, suas relações, organização e reprodução. (SILVA, 2013, p. 25).

Neste contexto, cada instituição voltou-se para as características específicas dos objetos ou documentos por elas guardados, sendo delimitado o espaço em que cada artefato seria conservado.

A partir de meados do século XX, o grande desenvolvimento do conhecimento possibilitou a identificação das fragilidades nos pilares científicos daquele paradigma. As fronteiras começam a se diluírem, “[...] os objetos têm fronteiras cada vez menos definidas; são constituídos por anéis que se entrecruzam em teias complexas com os dos restantes objetos, a tal ponto que os objetos em si são menos reais que as relações entre eles” (SANTOS, 1988, p. 58).

Tal crise de paradigma se deu a partir do momento em que se percebeu que os métodos científicos utilizados não eram mais apropriados a CI como ciência social aplicada pela necessidade do ser humano estar no centro do conhecimento científico da área, ao invés de ser excluído da pesquisa. A redução não proporcionava a visão do todo complexo, do desenvolvimento das tecnologias e da

sociedade da informação. Estes e outros fatores motivaram a área a repensar os seus métodos científicos. Como resposta dessa mudança, novas disciplinas começam a emergir, como a CI, já nos moldes do novo paradigma pós-moderno, tendo por natureza a interdisciplinaridade.

Se Otlet e La Fontaine haviam desenvolvido o conceito de “documento”, alargando o campo de intervenção da documentação para além dos livros e demais registros impressos, o seu objetivo nos meados do século XX era “[...] promover um serviço transversal, cooperativo, entre as diferentes instituições (e entre os diferentes tipos de instituições, também), acentuando-se a natureza pós-custodial das ações.” (ARAÚJO, 2014, p. 102). Nesse contexto, percebe-se a preocupação voltada mais para o fluxo, acesso e uso da informação do que para a posse documental.

Shera e Cleveland (1977 apud. ARAÚJO, 2014) acreditavam que dois acontecimentos foram importantes para a transformação da disciplina Documentação para Ciência da Informação: a realização, em 1958, da *International Conference on Scientific Information*, em Washington, sendo em algumas vezes identificado como o acontecimento que deu origem a CI; e a mudança do nome do *American Documentation Institute* (ADI) para *American Society for Information Science* (ASIS) em 1968, que se destaca por ser a primeira instituição de Ciência da informação do mundo.

O desenvolvimento da área Recuperação da Informação (RI) também contribuiu para a CI, tendo sua origem nas décadas de 1930 e 1940 com o processo de microfilmagem como forma de armazenamento e de consulta aos documentos¹³. A expressão RI é instituída por Calvin MOOERS em 1951, impulsionando pesquisas sobre sistemas de recuperação da informação (SARACEVIC, 1995). Segundo o autor, a RI é uma das mais importantes atividades da CI e na que mais ocorre à interdisciplinaridade.

A relação interdisciplinar da CI com outras áreas do conhecimento acontece devido à variedade da formação dos pesquisadores voltados aos problemas

¹³ Por outro lado, a noção de reprodutibilidade permitiu além da possibilidade de acesso, guarda e compartilhamento, a abertura de reflexões sobre o conceito de informação, devido à dissociação entre suporte e documento (ARAÚJO, 2014).

referentes à informação e que são abordados nas fronteiras das disciplinas. Conforme Borko (1968, p. 3, tradução nossa):

É uma ciência interdisciplinar derivada de campos relacionados, tais como a Matemática, Lógica, Lingüística, Psicologia, Ciência da Computação, Engenharia de Produção, Artes Gráficas, Comunicação, Biblioteconomia, Administração e outros campos científicos semelhantes.

Saracevic (1995) concentra-se em quatro desses campos: Biblioteconomia, Ciência da Computação, Ciência Cognitiva (incluindo Inteligência Artificial - IA) e Comunicação, por considerá-las mais significativas para a CI.

Para o autor, a relação da CI com a Biblioteconomia “[...] evidencia-se no compartilhamento do papel social e no interesse geral pela utilização eficaz dos registros gráficos ou outros” (SARACEVIC, 1995, p. 3); com a Ciência da Computação encontra-se na utilização dos computadores e no desenvolvimento de produtos e serviços tecnológicos; com a Ciência Cognitiva no “[...] interesse básico na compreensão dos processos cognitivos, da sua realização no cérebro, da estrutura da mente e de suas várias manifestações, tal como a inteligência” (SARACEVIC, 1995, p. 4), sendo abordado nesse campo à interação homem-computador e a inteligência artificial; e por fim, com a Comunicação em várias dimensões, considerando que a informação é um fenômeno e a comunicação um processo.

Segundo Ribeiro (2011), a CI emerge como uma evolução das práticas naturais da Biblioteconomia, da Documentação e da Arquivologia em uma perspectiva transversal integrando-as em componentes aplicadas. Já Silva (2017) “A Arquivística e a Museologia foram excluídas do elenco de disciplinas similares com que a nova ciência tinha relações próximas e a razão para isso assenta bastante no senso comum e nas evidências empíricas que dele derivam”, sendo apresentado como evidências o processo evolutivo da Biblioteconomia e o surgimento da Documentação.

Quanto a Biblioteconomia, a Documentação e a Arquivologia emerge a CI no novo paradigma, como uma evolução das práticas naturais destas áreas já consolidadas no paradigma custodial (RIBEIRO, 2011). A Museologia não é mencionada pela autora, enquanto Silva (2017) e Borko apresentam a

Biblioteconomia e a Documentação como precedentes da CI. Silva (2017, p. 88) entende que “A Arquivística e a Museologia foram excluídas do elenco de disciplinas com que a nova ciência tinha relações próximas e a razão para isso assenta bastante no senso comum e nas evidências empíricas que dele derivam”, sendo apresentado como evidências o processo evolutivo da Biblioteconomia e o surgimento da Documentação.

Le Coadic ao referir-se sobre as primeiras disciplinas atuantes no campo da informação, cita a Museoeconomia – que seria a economia do museu. Também, ao mencionar os especialistas da CI e os profissionais do setor, inclui:

[...] editores, livreiros, documentalistas, bibliotecários, arquivistas e **museólogos**, preocupados com a criação, armazenamento, comunicação e uso da informação, devem examinar seus futuros papéis, mais próximos da informação e mais distantes do livro, do documento e do objeto. (Le Coadic, 1997, p. 110, grifo nosso)

Neste contexto, percebe-se a relação da CI com estas três áreas que tem como objeto comum a informação. Alguns dos sistemas emergidos tornaram-se disciplinas de estudo dentro da CI, tais como a recuperação da informação, a representação da informação, o sistema de informação, a necessidade informacional, a gestão da informação, entre outras. Adicionam-se a esses fatores as mudanças nas áreas a partir dos estudos na perspectiva funcionalista e crítica entre a relação dos Arquivos, Bibliotecas e Museus com a sociedade, voltando-se para os sujeitos como prioridade, “[...] ao problematizar os aspectos relacionados ao significado nas representações e ao pensar os fluxos e as mediações, as teorias desenvolvidas no século XX tensionaram os limites das áreas” (ARAÚJO, 2011, p. 37).

No início do século XX, a perspectiva funcionalista passou a preocupar-se com o público e com a melhoria aos serviços oferecidos, sendo que na Arquivologia foram discutidos na década de 1960, na Biblioteconomia 1970 e na Museologia no final de 1960 com uma abordagem nova, a cognitivista. Paralelamente a esta perspectiva, estão os três paradigmas de desenvolvimento da CI, apresentados por Capurro (2003): físico, cognitivo e o social. O físico foi do período de 1940 a 1970, o cognitivo foi de 1980 até meados de 1990 e o social foi de 1990 em diante (SMITH, 2012). O cognitivo volta-se ao sujeito e a atender suas demandas informacionais, diferentemente do físico que prioriza os estoques de informação e a recuperação da

informação e o social que trabalha o sujeito e um determinado contexto, visto que o contexto social influencia nas buscas por informação.

Os paradigmas e as preocupações das áreas demonstram relações interdisciplinares quer no objeto de estudo, nos problemas apresentados ou na liquidificação das fronteiras da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Segundo Araújo (2014) é a partir do paradigma pós-custodial que a CI tem por desafio retomar o diálogo das três áreas na Idade Moderna. “Recentemente, a Ciência da Informação tem se tornado o espaço privilegiado para a institucionalização da Arquivologia e também tem contribuído para a institucionalização da Museologia em alguns contextos” (ARAÚJO, 2014, p. 26).

As relações da CI com a Museologia são estabelecidas uma vez que esta preserva e custodia objetos, potencialmente informacionais ao considerar o conceito estendido de documento de Otlet e La Fontaine e a definição de informação-como-coisa de Buckland. Essa aproximação também pode ser identificada a partir da produção de documentação museológica e dos instrumentos de pesquisa nos museus que abordam questões de produção, organização, representação e disponibilização da informação no ambiente físico ou digital.

Contudo, no Brasil há duas correntes divergentes sobre essa relação. Na primeira, os autores compreendem a Museologia como uma disciplina independente, sendo interdisciplinar a CI; na segunda, os autores entendem a Museologia, assim como a Biblioteconomia e a Arquivologia, uma subárea da CI.

2.4 Museologia como ciência independente

A Museologia busca firmar-se como ciência a partir de discussões emergidas em 1980, na publicação de Vnoš Sofka e Jan Jelínek que questionam se a Museologia é uma ciência ou um trabalho prático. Esse questionamento levou a criação do ICOFOM (Comitê Internacional de Museologia) do ICOM (Conselho Internacional de Museologia) em 1977 que, no momento, teve por objetivo “[...] investigar a museologia como possível ciência (ou instância de pensamento, ou campo disciplinar)” (SCHEINER, 2013, p. 361). Na busca de defini-la, a autora apresenta as seguintes questões:

[...] exatamente o que vem a ser a museologia? [...] Um recorte específico de um campo já estruturado - como a história, a antropologia ou a ciência da informação? Ou um campo disciplinar específico, independente, com objeto próprio e metodologias específicas de trabalho? (SCHEINER, 2013, p. 359)

Esses questionamentos ainda pairam sobre a Museologia, como assinala Brulon (2012), pois um dos problemas visualizados na área, e presente até o momento, está na incerteza de seu objeto e suas fronteiras indefinidas, sendo a área compreendida como um campo ainda em construção. O autor, fundamentado em Scheiner, acredita que:

[...] a museologia vem se legitimando como uma dessas ciências em transição; e de outra forma não poderia ser. Para uma ciência que já entende o humano como ser em movimento, o Museu é, com efeito, aquilo que fazemos dele, e, portanto, é em si um ato inacabado. (BRULON, 2012, p. 57)

No Brasil são destacadas as discussões científicas da Museologia com distintas abordagens.

Waldisa Rússio Guarniere, em 1981, busca definir esta área de conhecimento a partir de reflexões dialógicas com a Sociologia, como uma ciência nova em construção e seu objeto de estudo sendo “o fato museal”, termo atribuído à relação entre o homem e o objeto (CARVALHO, 2011).

Guarnieri (1989, p. 8) afirma também que “[...] a maior parte dos estudos que então tratavam da Museologia davam-lhe a configuração de ciência, ou ao menos, de disciplina científica independente”. Percebe-se também que sejam trabalhadas relações interdisciplinares nessa compreensão da Museologia como ciência.

Já Tereza Scheiner estabelece um diálogo do campo científico com a Filosofia, conceituando-a como: “[...] um campo disciplinar específico, independente, de caráter científico-filosófico, tendo o museu (fenômeno) e a musealidade (valor) como objetos de estudo” (2013, p. 359).

Nesse sentido, o museu é uma construção do pensamento criada pela sociedade humana, manifestando-se de diversas formas, as relações entre o humano, o tempo, o espaço e a memória (SCHEINER, 2013, p. 376).

Scheiner segue o pensamento de Stránský (1980) que amplia o objeto de estudo da Museologia, entendendo o museu como fenômeno. “[...] de acordo com o

pensamento de Stránský, o objeto da museologia não podia mais ser o museu, como ele vinha sendo entendido até aquele momento, mas a musealidade” (BRULON, 2012, p. 64).

Nesta mesma linha de pensamento, Scheiner destaca que o autor foi um dos poucos que fundamentaram a Museologia como campo específico e independente do saber.

[...] voltando o olhar não para a aparência do fenômeno (museu), mas para a sua substância - “aquilo que estimula a sua origem a forma a sua realidade”. A ‘relação específica’, aqui, poderia ser entre forma e conteúdo, entre processo e produto, entre aparência e substância. (SCHEINER, 2013, p. 368)

Stránský atribuiu ao objeto de estudo uma característica imaterial, o que permite aos museus ir além do foco em suas coleções, na forma histórica de objetivação da relação do ser com a realidade (BRULON, 2012).

Na visão de Scheiner a análise do museu no contexto filosófico contemporâneo permite o contato com a realidade complexa do fenômeno e as suas possíveis interpretações, introduzindo a Museologia na perspectiva transdisciplinar.

Se o real é complexo e o museu, plural, não é possível imaginar seus limites na própria museologia, seja ela ciência, conhecimento filosófico ou conjunto de práticas inscritas no cotidiano dos museus. Será preciso admitir que o estudo do museu transcende a museologia, em direção à patrimoniologia, ao conhecimento em rede - ou, quem sabe, a outros campos ainda por constituir. (SCHEINER, 2013, p. 376)

Segundo Carvalho (2011) essa visão holística de Scheiner permite considerar suas múltiplas facetas nas diferentes percepções do real e que a Museologia é um campo que se desenvolve entre as Ciências Humanas. Estas Ciências “[...] evidenciam facetas das sociedades, descobrem peculiaridades de um passado às vezes esquecido e fazem aflorar os indicadores da memória, mas não têm potencialidades efetivas de comunicar-se em larga escala com a sociedade presente” (BRUNO, 1996, p. 11). O autor entende ser necessária para a comunicação na Museologia à produção de conhecimento próprio das áreas que investigam os indicadores da memória. Por outro lado, Waldisa Rússio insere a Museologia nas Ciências Sociais, por compreender o museu na relação do humano, no social com os objetos.

Estas diferentes abordagens permitem diferentes diálogos da Museologia com outras disciplinas. Waldisa Rússio aproxima as disciplinas da Ciência Sociais, em que se encontram a Ciência da Informação, Administração, Direito, Arquitetura e Comunicação. Scheiner estabelece relações com as Ciências Humanas em que estão a História, Antropologia, Filosofia, Arqueologia e Educação.

Morais (2008) ao apresentar as discussões realizadas no subcomitê regional da América Latina (ICOFOM LAM), pertencente ao Comitê Internacional para Museologia (ICOFOM) do ICOM, identificou a ocorrência da interdisciplinaridade, mesmo sem o uso do termo: “[...] Museologia e Arte (1996), Museologia e Memória (1997), Museologia e Filosofia (1999) e Museologia e História (2006)” (2008, p. 8). As relações traçadas por Moraes permitem observar que as áreas do conhecimento das quais a Museologia se aproxima seguem mais a abordagem das Ciências Humanas que Sociais.

A falta de limites de fronteiras da Museologia foi também uma questão abordada na Conferência Geral do ICOM em Québec, em 1992, com a seguinte pergunta: Existem limites para o Museu? (BRULON, 2012). Esta questão é considerada turbulenta para a definição do objeto de estudo da Museologia, pois a torna instável na sua afirmação como ciência. Nesse sentido, o problema de fronteiras e, portanto, de disciplinariedade, pode ser visto como consequência da área ser proveniente de fazeres pragmáticos que implicam relações de pluri, inter e transdisciplinaridade às áreas de conhecimento adjacentes que dividem objetos de estudo em comum.

Por outro lado, de acordo com Moraes (2008), a produção científica sobre a interdisciplinaridade da Museologia com outros campos científicos é reduzida. Brulon posiciona-se da mesma forma nesse sentido: “[...] ainda são tímidas as suas inserções no mundo acadêmico. Falta, em especial, uma profusão maior de periódicos especializados, cursos de formação e encontros científicos”. (1996, p. 29).

Contudo, no campo da CI, destacam-se as publicações de autores como Armando Malheiro da Silva (2006) que desenvolve diagramas de trans e interdisciplinaridade da CI, salientando a Museologia como potencial para integrar-se no espaço da CI; Fernanda Ribeiro (2007) apresenta uma perspectiva integrada dos profissionais de educação das três áreas. Carlos Ávila Araújo (2010, 2011, 2012,

2013, 2014, 2015, 2016) vem publicando sobre a interdisciplinaridade entre a CI com a Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia; Tanus (2012, 2014, 2016) trabalha também a interdisciplinaridade da Museologia com a CI; Lena Vania Pinheiro (2012) das confluências entre a Museologia e a CI. Mario e Santos (2012) realizam um estudo de caso da Museologia e a pluralidade paradigmática da CI; Sampaio e Oliveira (2013) apresentam a perspectiva interdisciplinar da Memória, Museus e CI. Percebe-se que, no espaço da CI, as reflexões interdisciplinares estão ocorrendo, o que significa que após 2008 esta produção aumentou.

Moraes apresenta também a iniciativa do fórum *Museological Working Papers* (MuWoP) cujo tema principal foi a interdisciplinaridade na Museologia.

Este posicionamento pode ser visualizado, por outro lado, na classificação feita das áreas do conhecimento pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo Centro de Pesquisa (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que designam a Museologia como um campo autônomo, sub-área das Ciências Sociais Aplicadas, como afirmam Souza e Crippa (2010, p. 8):

[...] não inclui a Museologia como uma sub-área da Ciência da Informação em sua divisão das disciplinas por áreas do conhecimento. Em sua classificação, a Museologia seria um campo autônomo, diferente da Ciência da Informação, que, no caso dessa última, englobaria a Biblioteconomia, Arquivologia, Bibliometria, Representação da Informação, entre outros.

A Museologia e a CI estão na mesma categoria de classificação, o que sustenta a corrente em que se discute a interdisciplinaridade das duas áreas, separadas e independentes. Este posicionamento de alguns autores acontece, pois ao aceitar a Museologia como parte integrante da CI “[...] poderia interferir na sua identidade e espaço que, arduamente, estão sendo conquistados no universo do conhecimento.” (LIMA, 2008, p. 5).

Dentre os autores que discutem a interdisciplinaridade dessas duas áreas estão Pinheiro (1995, 1999, 2006, 2007), Lima (2003) e Moraes (2008) que apresentam pesquisas “[...] teóricas e empíricas desenvolvidas há mais de 15 anos, no mapeamento da interdisciplinaridade e aplicações da Ciência da Informação, nas quais a Museologia está presente nas duas relações.” (PINHEIRO, 2012, p. 14). Lima destaca que:

Pinheiro e Loureiro (1995a) enfocam a interdisciplinaridade entre Ciência da Informação e Museologia. Pinheiro, ainda, reafirma o tema em 1997 e 1999. O estudo desenvolvido pela autora, tese de doutorado (1997, p. 231-232) e nos dois artigos, abrange a “evolução conceitual da área”, seu objeto de estudo e sua natureza, as “dimensões social e tecnológica”. (LIMA, 2008, p. 4)

Pinheiro salienta que há disciplinas que são mais citadas e outras menos como a Museologia na CI. Em seus estudos a autora verificou que a interdisciplinaridade entre as duas ciências ocorrem a partir das seguintes disciplinas: “[...] Representação da Informação, Sistema de Recuperação da Informação, Redes e Sistemas de Informação, Informação, Cultura e Sociedade, Administração de Sistema de Informação, e Automação” (1999, p. 173-174).

É importante destacar que as TIC são consideradas responsáveis pela aproximação das áreas, pois elas convergem em seus ambientes. Segundo Scheiner (2013), as tecnologias fazem repensar o conceito de humanidade, em que instauram uma nova relação entre o humano e o real. Possibilitam a criação de universos replicantes e a convivência com mundos produzidos por simulação, os chamados espaços virtuais, em que mundo, história, cultura e sujeito estão enredados de maneira complexa. Esses espaços multiculturais se comunicam por meio das convergências de linguagens, pois

Hoje habitamos um universo notadamente visual, onde a força mágica das imagens nos dá a ilusão de que o real é o que vemos diante de nós. Esse novo ‘real’, criado pela imagética e reconhecível pela infinita e vertiginosa capacidade de criação, modificação e reprodução de imagens de todos os tipos, cria mundos replicantes fora das ordens simbólicas conhecidas e instaura novas ordens simbólicas, que simultaneamente retêm e modificam os registros de realidade. (SCHEINER, 2013, p. 371)

Entende-se que, mesmo que o museu não seja composto por objetos, necessita de representações para ser mediado pela tecnologia e promova a comunicação. A autora destaca que:

[...] ainda que a imagem não possa jamais substituir o objeto (ela perde seu aspecto mágico na confrontação com a verdade do objeto), ou mesmo as expressões de vida existentes num território, a força da imagética se apóia na sua capacidade múltipla de reter e, ao mesmo tempo, modificar os registros do real - tanto o ‘real exterior’ como as infinitas representações de nosso mundo interior: o universo simbólico que configura nossos sonhos, nossa personalidade. Esta perspectiva ilusional nos leva a uma relação também ilusória com o

real - onde a percepção de sermos parte do real complexo é substituída pela fantasia de termos o real como parte integrante de nós. (SCHEINER, 2013, p. 271)

A nova realidade possibilitada pela tecnologia transforma os museus em espaços multifacéticos, permeados pela síntese de seus espaços representados pela linguagem imagética. Os espaços atuam como simulacros em que o objeto é representado na pluralidade de formas, sons, cores e imagens. (SHEINER, 2013).

Neste contexto, o museu virtual/digital ou digito-virtual é composto unicamente por linguagem (comunicação e informação) que, além de representar o objeto museal, realiza a representação do patrimônio imaterial, produzindo documentação. Ou seja, é visto pela autora como a mais legítima representação dos universos perceptuais do homem contemporâneo.

O museu de hoje pode ser pensado por meio das relações entre o humano e as novas percepções de espaço, tempo, memória e valores culturais que podem aparecer de inúmeras formas, representar os múltiplos modelos culturais e sistemas de pensamento, de acordo com os valores e representações de cada sociedade no espaço e tempo. (SCHEINER, 2001)

Percebe-se que a autora ao apresentar o museu virtual/digital, em que o museu é unicamente formado por linguagem, permite o diálogo entre a Museologia e a CI, a partir da disciplina Representação da Informação.

Em sua trajetória, a museologia busca abordar o real em múltiplas dimensões: como fundamento; na essência (material / imaterial, natural / cultural); no tempo (passado/presente/futuro/ tempo real); no espaço (local / regional / nacional / global). Neste processo, identifica e analisa as múltiplas relações entre humano e real, representadas sob diferentes formas de museu: estabelecimentos permanentes; territórios geográficos e/ou simbólicos; experiências que representam a produção criativa de grupos humanos, em diferentes expressões da cultura imaterial (pela arte, pela linguagem, pela comunicação); coleções de dados que documentam tais experiências. (SCHEINER, 2013, p. 375)

Aos autores que alinham a Museologia a Ciências Sociais, o museu apreende, ressignifica e reinterpreta as manifestações culturais valorizadas como patrimônio por meio de exploração, identificação, preservação, investigação e comunicação. Essa abordagem, defendida por Waldisa Rússio e Scheiner, deixa de ser redutora se considerar a possibilidade da abordagem fenomenológica (SCHEINER, 2013).

Busca o sentido dos diferentes sistemas de pensamento que constrói os diferentes 'modelo de real', vinculados a crenças, valores e representações materiais de determinados grupos, correspondendo aos diferentes modelos de museus (SCHEINER, 1999). Esse explica “[...] as diferentes manifestações do fenômeno museu, no tempo e no espaço: do museu primordial, cuja potência vem da espontaneidade, da capacidade de criação, ao museu digital, representação do fenômeno na cultura contemporânea”. (SCHEINER, 2013, p. 364)

De maneira diversa a de Scheiner, Waldisa Rússio com sua abordagem do fato museal, aproxima-se muito da documentação, uma vez que se refere à representação dos objetos. Segundo Rússio, a presença do objeto se dá pelo que ele representa. Para isso, necessita da produção documental que representa e dá significado ao objeto, mesmo com a perda de tridimensionalidade (CÂNDIDO, 2009). A produção de documentação faz parte do universo da musealização que tem por finalidade contribuir “[...] para a seleção, triagem, organização e conservação da documentalidade, testemunhalidade e autenticidade impressas nos objetos” (BRUNO, 1996, p. 22), bem como disponibilizar informações à comunidade sobre o patrimônio cultural que a representa.

Segundo Martins et al. (2011, p. 62) a Museologia e a CI trabalham com processos como preservação, representação e disseminação, contudo, sob diferentes facetas. Os serviços que os museus oferecem à sociedade podem ser aprimorados ao compartilhar esses processos, visto que o problema de representar o conhecimento para a comunidade é ponto comum entre as duas. Neste sentido, Scheiner diz que “[...] o estudo da museologia abrangerá, assim, alguns processos e relações fundamentais: museu e realidade; museu e sociedade; museu e informação; museu e criação; museu e patrimônio” (2013, p. 375), abrindo espaço ao diálogo da área com a CI.

A Museologia e a CI poderiam, ainda, estabelecer relações muito próximas com disciplinas como: Teoria da Informação, Teoria Geral da Informação, Processos da Comunicação, Representação da Informação, Biblioteconomia, Teoria da Classificação, Técnicas de Recuperação da Informação, Processos de Disseminação da Informação e Arquivologia. Cada disciplina pode contribuir de diferentes formas à Museologia, diante sua complexidade de representação da realidade social.

Entendemos que a Museologia, por pertencer a Ciências Sociais, não possui condições de se sustentar como ciência independente. Diferente das ciências exatas e biológicas, as Ciências Sociais volta-se ao contexto social, que na pós-modernidade configura-se como complexo. Seu objeto de pesquisa também é compartilhado com outras áreas de conhecimento que estudam em diferentes perspectivas, mas que não é exclusivo da Museologia. Outro fator que dificulta esta independência reside no museu focar-se na representação social, que consiste em um sistema complexo, o que leva a área depender de outras para está tarefa.

2.5 Museologia como parte integrante da CI

No Brasil, a partir de 1993, a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia foram aproximadas com o termo “as três Marias”, por Joanna Smith. A autora baseia-se em Homulos (1990) que realiza uma análise das três áreas do conhecimento e suas fronteiras, cada vez menos rígidas e limitadas. Nesse sentido, tanto Smith quanto Araújo destacam que as três disciplinas não nasceram separadas.

Tudo indica que as primeiras bibliotecas acumulavam tanto materiais bibliográficos quanto documentos de natureza arquivística (relações de propriedade de terras e os respectivos impostos). Somente com a invenção da imprensa e a duplicação mecânica dos textos, além disso, o estabelecimento dos formatos de papel e a composição de cadernos (em quarto, em oitavo, etc), os documentos. (SMITH, 1999, p. 2, tradução nossa)

O distanciamento ocorreu a partir da Revolução Francesa com a necessidade das ciências humanas e sociais buscarem sua cientificidade e, esse movimento refletiu nas três áreas que se voltaram para seus acervos e instituições e buscaram a produção de técnicas e procedimentos específicos. Todavia, a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia se re-aproximaram a partir do momento em que surgem pontos e aspectos comuns entre elas, tornando suas fronteiras mais indefinidas e dentre as dimensões científicas que propiciaria o diálogo entre as três encontra-se a tecnologia (ARAÚJO, 2014). A realidade digital vem convergindo estes três ambientes para a promoção de acesso à informação e busca discutir as preocupações quanto à representação da informação, digitalização e preservação digital.

Segundo Smith (1999) o reconhecimento da Museologia como pertencente a CI e a sua aproximação com as áreas irmãs não são consensuais, “[...] uma vez que esta não trabalha com documentos, no sentido imediato do termo, mas supõe a ampliação do conceito “documento” ou a ênfase na informação como insumo e produto de ciclos produtivos” (SMITH, 1999, p. 3, tradução nossa).

Mesmo que a aproximação da CI com a Museologia venha acontecendo de forma bem menos intensa (ARAÚJO, 2011) que o esperado, há na prática um movimento mundial na convergência entre as três áreas para a facilitação do acesso à informação, ao conhecimento e sua democratização por meio do ambiente digital. O patrimônio cultural custodiado por elas encontra-se disperso na *Web*, porém, com base na ideia de acesso universal ao conhecimento, algumas iniciativas de integração vêm acontecendo a partir da tecnologia digital, oferecendo novas formas de acesso ao internauta, sendo estas uma grande tendência dessas instituições.

Araújo (2013) apresenta o sistema digital Europeia que converge o acervo dos Arquivos, das Bibliotecas e dos Museus da Europa; os programas de política de cultura com ações de convergência das três Marias na França, como o *Centre Pompidou*, que fisicamente, funciona no mesmo local, o arquivo, a biblioteca, a midiateca, o teatro, o centro de inclusão digital e o museu; a publicação, em 2012, do relatório *Sustaining our digital future: institutional strategies for digital content*, de Nancy Maron, Jason Yun e Sarah Pickle, voltada às questões transversais dessas instituições concernentes aos acervos digitais; desde 2011, o Projeto *Discovery* vem discutindo a “[...] ecologia de metadados” com o objetivo de garantia de acesso por meio do *open linked data* e a disponibilização de um catálogo integrado do acervo das três instituições. Também cita a fusão do Arquivo Nacional com a Biblioteca Nacional do Canadá (ARAÚJO, 2011a).

No contexto institucional e científico brasileiro, o autor (ARAÚJO, 2013) enfatiza alguns trabalhos e eventos: em 2013 realizou-se a primeira reunião entre o Arquivo Nacional, a Fundação Biblioteca Nacional e o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), prevista na assinatura de cooperação feita em 2011, voltada à preservação e democratização do conteúdo informacional de 105 mil instituições brasileiras custodiadoras de patrimônios culturais.

Destaca-se também o *Seminário Internacional sobre sistemas de informação e acervos digitais de cultura* em 2013, sediado na Biblioteca Brasileira da Universidade de São Paulo, promovido pela Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura para:

[...] apresentar os resultados de uma parceria feita entre o Ministério da Cultura do Brasil e a União Europeia para realização de missões técnicas a instituições que trabalham com sistemas de informações de acervos digitais de arquivos, bibliotecas e museus. Tal parceria se insere no Projeto de Cooperação Internacional “Diálogos Setoriais UE-Brasil” e tem um duplo objetivo: possibilitar a implementação de sistemas públicos de informação; e disponibilizar o acesso a acervos digitais de bibliotecas, arquivos e museus (ARAÚJO, 2013, p. 12).

Percebe-se que nestas discussões de convergência entre as áreas, realizadas no Brasil, também há uma tendência mundial, na qual estão os seguintes movimentos:

O programa Memória do Mundo que, em 2013 promoveu uma convocação por parte do Comitê Regional para a América Latina e Caribe da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) – com a finalidade de integração do patrimônio cultural dos Arquivos, Bibliotecas e Museus, com base em ações de salvaguarda e promoção de acesso por meio de políticas de informação e digitalização;

O *Encuentro Latinoamericano de Bibliotecarios, Archivistas y Museólogos* (EBAM) na América Latina, sendo sediado nos seguintes países: na Bolívia em 2009 - 2011, no Perú em 2010, na Argentina em 2012, no Brasil em 2013, na Colombia em 2014, no Chile em 2015, no Uruguai em 2016 e no México em 2017, voltado às indagações presentes nas três áreas.

Essas convergências sinalizam a necessidade de aproximação entre as áreas e que estas realizem reflexões no espaço transversal proposto pela CI.

Araújo entende que a CI é um espaço propício ao diálogo entre as três áreas, na construção de conhecimentos científicos interdisciplinares, pois “A CI possibilita que as três áreas sejam mais do que “a ciência do arquivo”, “a ciência da biblioteca” e “a ciência do museu” – e ainda se enriqueçam mutuamente.” (ARAÚJO, 2011a, p. 38). A Museologia pode fortalecer seu campo científico neste espaço, juntamente

com a Arquivologia e a Biblioteconomia, ao tratar seus acervos como representações informacionais das manifestações materiais e imateriais culturais do homem.

Araújo (2011) observa que há um esvaziamento dentro do campo científico da Museologia ao vincular-se a outras ciências, sendo vista como prestadora de serviços. Ao invés de voltar-se para suas problemáticas propriamente ditas, suas discussões estão direcionadas para outras áreas de conhecimento, como questões referentes à Arte, a História e a Antropologia/Arqueologia. Como consequência, há uma redução nas indagações específicas da Museologia que se limita em produções de “[...] manuais que descrevem práticas e técnicas a serem adotadas, que analisam experiências e estudos de caso bem ou mal sucedidos”. (ARAÚJO, 2011, p. 119).

Outro resultado, salientado pelo autor, está na dispersão institucional a qual o curso de Museologia está vinculado “[...] a escolas, institutos ou faculdades de Belas Artes; em outros, de História; em outros, de Antropologia ou Arqueologia; em outros ainda, de Ciências Biológicas ou Geológicas.” (ARAÚJO, 2011, p. 120), o que não contribui para a construção de conhecimento da área, uma vez que estas pouco se dialogam.

Mais especificamente, Tanus (2013) em sua pesquisa, apresenta as seguintes informações referentes aos cursos de Museologia no Brasil:

Quadro 3. Os vínculos institucionais dos cursos de Museologia no Brasil.

Faculdades	Vínculo Institucional
UFBA	Departamento de Museologia
UFSC	Departamento de Antropologia e História
UFPE	Departamento de Antropologia e Museologia
UFPEL	Departamento de Museologia, Conservação e Restauro
UNIRIO	Escola de Museologia
UFG	Faculdade de Ciências Sociais
UFRB	Centro de Artes, Humanidades e Letras
UFPA	Instituto de Ciências das Artes
UnB, UFMG e UFGS	Escolas ou faculdades de Ciência da Informação

Fonte: (TANUS, 2013, adaptado pela autora).

Esta dispersão detectada pelos autores Araújo e Tanus influencia diretamente nas pesquisas e produções científicas da área, sendo que nos títulos nas 45 obras mais citada na Museologia verifica-se a ausência do termo CI (TANUS, 2013).

A Museologia, para o autor, estabelece proximidades com a Arquivologia e a Biblioteconomia na UFRGS, UFPA, UNIRIO, UFSC, UFBA, UnB, UFMG. Contudo, essa área encontra-se vinculada ao programa de pós-graduação em CI, pesquisas

de nível mestrado e doutorado concernente ao campo museológico, apenas nas quatro últimas instituições (TANUS, 2013). Nesse sentido, compreende-se que, em algumas instituições, a Museologia é vista como um integrante da CI e em outras como área interdisciplinar, mas independente.

Por fim, infere-se que a CI, por compreender diferentes contribuições, na sua interdisciplinaridade com outras ciências, potencializa o seu espaço para acomodação da Museologia, da Biblioteconomia e da Arquivologia.

A CI não seria um campo formado com conhecimentos prontos, consolidados, a serem impostos “de cima para baixo” sobre estas áreas. Seria, antes, espaço para uma fertilização mútua, para uma constante interrogação sobre os conhecimentos até então produzidos, para um enriquecimento a partir da incorporação de elementos de diferentes áreas. (ARAÚJO, 2011, p. 122)

Seguindo esse raciocínio, seria justamente essa propensão da CI ao diálogo e de abarcar as diferentes contribuições que potencializaria sua capacidade de acomodar áreas de conhecimento com tão longa tradição (às vezes próxima, às vezes distante umas das outras) como a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia. Melhor dizendo, a interdisciplinaridade seria, sim, uma característica crucial da CI, principalmente em sua intenção de acomodar e ao mesmo tempo permitir desenvolverem-se as três áreas do conhecimento.

Pinto (2013) também faz uma aproximação entre a Museologia e a Arquivologia com a abordagem museu-memória-arquivo, sendo as instituições compreendidas como lugares de memória. Para a autora a memória no museu dar-se-ia justamente na formação de seu arquivo, ou, na falta dele, gerando tanto “o mal de arquivo” quanto do seu apagamento. “O excesso de arquivo se configura em excesso de dados e a ausência total de escritura” (PINTO, 2013, p. 98).

Neste sentido, percebe-se que os objetos de museu necessitam de registro, pois estão cheios de vestígios, mas vazios de informação, justamente pela falta de escritura. Quando os acervos museológicos passam pelo processo de musealização, diferentes arquivos são criados, devido à produção documental realizada pelas instituições: ações de indexação, fichas catalográficas entre outras informações que podem fornecer sobre os objetos.

O museu em sua constituição já lida com o campo entre excesso e falta de acervo, excesso de objetos, falta de informação. O mal de arquivo é uma metáfora, uma cadeia de sucessão que está associada ao conceito freudiano de mal-estar, esse mal-estar provocado pelo excesso de dados e a ausência total de escritura, o silêncio. Excesso de escrita e falta de escritura. (PINTO, 2013, p. 99)

A autora enfatiza a necessidade do registro informacional do acervo e sua representação para que haja a promoção de acesso à informação com sentido e significado.

Com relação ao registro, o ICOM (Conselho Internacional de Museus) criou o CIDOC (Centro de Documentação) responsável por fornecer a comunidade de museu, conselhos de boas práticas, desenvolvimento da documentação de museus, tais como, documentos técnicos e normas para tratamento da informação ou objeto museável, porque entendem que a documentação é essencial para as atividades museológicas, as quais serão abordadas no capítulo quatro desta pesquisa.

Concorda-se que a Museologia se abriga na CI juntamente com a Biblioteconomia e a Arquivologia para a representação do patrimônio cultural, sendo a CI o espaço de diálogo entre as três áreas. Entende-se que a Museologia se fortalece dessa forma, visto que se parte do conceito de Otlet de que os objetos tridimensionais também são documentos que abrigam informações. Também, dentro da CI consegue uma relação mais próxima com disciplinas como, representação da informação, sistemas de informação, recuperação da informação e do conhecimento entre outras, importantes para favorecer o acesso ao patrimônio cultural.

2.6 Síntese do Capítulo

Neste capítulo, recuperaram-se conceitos da CI e de sua evolução a partir da disciplina Documentação e a contribuição proporcionada pela interdisciplinaridade com outras disciplinas. Definiu-se o conceito de informação, objeto de estudo da área, também dividido com outras áreas, sendo insumo para o desenvolvimento intelectual, social e econômico da sociedade.

Alguns elementos impulsionaram a evolução da CI: entre eles, o surgimento da Sociedade da Informação que estabelece a necessidade de acesso à informação de forma eficiente e eficaz; a explosão informacional incentivou as investigações para o controle da massa documental e a possibilidade de recuperação de

informação, emergindo novas disciplinas; e o desenvolvimento das TIC, presentes nos ambientes das instituições arquivísticas, biblioteconômicas e museológicas, que favoreceu a construção de sistemas de tratamento da informação para disponibilizá-la ao internauta.

Abordaram-se as mudanças do paradigma central da CI no decorrer dos anos; apresentaram-se algumas das áreas com as quais a CI se relaciona de maneira interdisciplinar em suas fronteiras, situando o paradigma que contribui para essas relações. Dentre as áreas estão a Museologia, central para essa pesquisa.

A Museologia foi conceituada, destacando suas principais abordagens e as duas correntes existentes no Brasil, sendo a primeira, a dos autores que a veem como ciência independente. Neste caso, foi possível abordar sua interdisciplinaridade com a CI, salientando-se que esta é classificada, assim, por algumas agências de fomento à pesquisa e que esta visão se reflete na produção de pesquisa e publicação de trabalhos.

Na segunda corrente, os autores que compreendem a Museologia como subárea pertencente a CI, enfatizam a tendência convergente das três instituições - Arquivo, Biblioteca e Museu – no ambiente digital para facilitar o acesso à informação e aos seus acervos, que até então, encontram-se dispersos na *Web*.

No contexto institucional/acadêmico, apresentou-se a dispersão da Museologia no Brasil, que se encontra localizada em diferentes departamentos, sendo apenas em algumas instituições localizada como subárea da CI. Este cenário é reflexo das divergências e da falta de consenso relacionado ao campo científico da Museologia.

O diálogo da Museologia com as áreas irmãs, termo cunhado por Smith, acontece a partir dos problemas e preocupações que estas têm em comum. Dentro da CI, além de sua aproximação com a Arquivologia e a Biblioteconomia, estão outras disciplinas importantes para a musealização do acervo cultural dos museus e a produção de sua documentação, como a disciplina Representação da Informação, que tem muito a contribuir no contexto da Museologia.

Esta pesquisa posiciona-se na segunda corrente epistemológica, uma vez que se configura em discussões sobre a representação dos objetos museológicos no sistema digital AtoM, um sistema criado no âmbito da Arquivologia, que será tratado

nesta dissertação. No Brasil, de acordo com o art. 40 da LEI Nº 11.904 (BRASIL, 2009), as representações dos objetos museológicos “[...] são considerados patrimônio arquivístico de interesse nacional e devem ser conservados nas respectivas instalações dos museus, de modo a evitar destruição, perda ou deterioração”.

O AtoM, sistema estudado nesta pesquisa, é voltado para a documentação arquivística e um dos seus objetivos é a representação da informação. A representação dos objetos é destacada por Waldisa Rússio como importante para dar sentido e significado aos objetos. Também, Scheiner ao apresentar os novos espaços museológicos, ambientes digitais, menciona a necessidade de representação com o uso de linguagem, composta por comunicação e informação.

Assim, buscar-se-á no próximo capítulo estabelecer o diálogo entre a Museologia e a Arquivologia, visto que os Museus e Arquivos são instituições custodiadoras de memória e patrimônio cultural. Esta aproximação é importante para a verificação de semelhanças e diferenças entre elas e como a Museologia pode se apropriar de conhecimentos arquivísticos para o desenvolvimento da sua documentação e utilizar-se do sistema de informação.

3 CONVERGÊNCIAS HISTÓRICAS ENTRE ARQUIVOLOGIA E A MUSEOLOGIA E SEUS RESULTADOS NO TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO EM SEUS CAMPOS CONCEITUAIS

Recupera-se neste capítulo, o conceito de Arquivos por alguns autores e pelo Conselho Internacional de Arquivos (ICA), apresentando os tipos de arquivos existentes no contexto histórico, seu desenvolvimento como instituição e como área de conhecimento, destacando as influências das mudanças sociais nessas organizações.

Posteriormente, explora-se o conceito de Museus; o surgimento e transformações nessas instituições, o desenvolvimento da Museologia como Ciência e as mudanças sociais e os desafios da área tanto no contexto teórico e das práticas.

3.1 Conceito de Arquivo

Os Arquivos são vistos como os guardiões da memória das instituições e das pessoas desde que os homens começaram a registrar suas atividades como seres sociais. Ainda hoje, preservam a identidade da sociedade tanto no presente quanto para o futuro, pois sem o registro da existência humana e sua guarda, a sociedade passaria despercebida na terra, sem vestígios consistentes de sua existência.

A palavra arquivo pode ser usada para os acervos e/ou para as instituições. Os Arquivos como instituições têm prestado um papel importante para a sociedade, pois são eles os responsáveis pela guarda e preservação da memória das comunidades. Miranda (2011, p. 1) assinala que “[...] os arquivos, ao longo dos anos, passaram progressivamente a ser valorizados enquanto patrimônio nacional, como depositários de fontes do conhecimento sobre o passado e como guardiões da memória institucional e coletiva”. Schellenberg (2004, p. 41) define arquivo como:

Os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente.

Por outro lado, o Dicionário de Terminologia Arquivística traz a definição de arquivos, compreendido como acervo ou fundo documental: “Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada,

pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte.” (2005, p. 27).

A Sociedade Americana de Arquivistas (SAA, 2016)¹⁴ apresenta, ainda, três possibilidades de utilização do termo: aos registros; a organização e a construção ou parte construída em que o material arquivístico são mantidos; ou repositório em si.

Sobre a origem do termo “Arquivo”, Paes (1997, p. 19) explica que: “[...] alguns afirmam ter surgido na antiga Grécia, com a denominação arché, atribuída aos palácios dos magistrados. Daí evoluiu para archeion, local de guarda e depósito dos documentos”. Cruz Mundet (2001, p. 25, tradução nossa) também se apoia na civilização grega e romana:

O arquivo surge como uma instituição com entidade própria e é identificado com toda clareza: o archeion grego — de cuja latinização: archivum procede o termo archivo — e o tabularium romano, cujo regime jurídico, como é próprio de toda instituição, foi estabelecido pela legislação contemporânea.

Neste contexto, o Conselho Internacional de Arquivos (ICA)¹⁵ considera os arquivos como “[...] sub-produto documental da atividade humana retida por seu valor a longo prazo”, sendo registros em diversos formatos, como por exemplo, escrita, fotografia, imagem em movimento, som, digital e analógica, custodiados por instituições públicas ou privadas.

Existe uma variedade na tipologia de arquivos: governamentais, judiciais, empresários, sindicais, religiosos, escolares, militares, cinematográficos, teatrais, organizações voluntárias, comunidades, familiares e individuais, entre outros.

Resumindo, consideramos os arquivos um conjunto sistêmico de documentos inter-relacionados produzidos na realização das atividades complexas da sociedade; sendo também uma instituição responsável por curar fisicamente e/ou digitalmente estes fundos complexos produzidos pela sociedade e acumulados no decorrer dos anos.

¹⁴ *Society of American Archivists*. Disponível em: <<https://www2.archivists.org/about-archives>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

¹⁵ *International Council on Archive*. Disponível em: <<https://www.ica.org/en/what-archive>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

3.2 O desenvolvimento das instituições arquivísticas

Na civilização grega, nos séculos V e VI a.C., os atenienses guardavam seus documentos de valor em um templo: tinham lá conservados os tratados, as leis, as minutas das assembleias populares, entre outros documentos oficiais. Cruz Mundet (2001, p. 24, tradução nossa) destaca que:

O objeto da Arquivística, os fundos documentais ou, se se preferir, os arquivos e sua documentação, são tão antigos como a organização social da humanidade. Seu limite superior seria dado pelas origens da escritura, mediado o quarto milênio a.C... Desde as monarquias na Ásia anterior até o Baixo Império Romano, passando pelas civilizações egípcia e grega, se tem constância da existência de arquivos e, por conseguinte, de fundos documentais organizados. As escavações de Tell, Hariri, Ras-Shamra, Nippur... deixaram provas suficientes de sua remota existência: arquivos reais, dos templos, e inclusive bancários, como o da família Murasu; [...].

A queda do Império Romano, marcada pela invasão de Roma, dá início a Idade Média. A população se dispersa para a zona rural dificultando o estudo da escrita, e conseqüentemente, ocasionando a perda do hábito de escrever; os direitos germânicos prevalecem sobre os direitos romanos, permanecendo as formas de administração adotadas pelos romanos preservadas somente na instituição da Igreja. Segundo Reis (2006), desaparece a administração pública que existia em Roma, a ideia de saúde pública e de bem comum, a noção de Arquivo Público, aparecendo à ideia de vida privada, predominante na época.

Nos séculos XIV e XV surgiram, assim, diferentes fundos, servindo de base para a construção de arquivos de Estado.

Os arquivos eclesiásticos, tanto do clero regular como do secular, constituem já uma das redes mais potentes e melhor estruturada e coordenada de fundos documentais.

Por último, os privados existentes, mas mal conhecidos, encerrariam o panorama tipológico medieval. (CRUZ MUNDET, 2001, p. 30).

Reis (2006) assinala que a Igreja fazia a gestão dos documentos detendo o saber e a cultura, concentrados em Catedrais e Mosteiros, onde se guardavam e se geriam os títulos de propriedade tanto da Igreja quanto das instituições públicas e particulares.

No século XVI apareceu um novo sistema administrativo, o Estado Moderno. Um estado absolutista e centralizador, que favorece a centralização dos arquivos em grandes depósitos, sendo a Espanha a pioneira de organização dos primeiros Arquivos Estados.

Na Idade Contemporânea, os governos percebem a importância que o arquivo tem para a administração de um país. De acordo com Cruz Mundet (2001, p. 33, tradução nossa):

Daqui se desprende a segunda característica, a concepção dos arquivos como fonte de poder. Detecta-se uma consciência clara da documentação como instrumento de informação, precisa e necessária, para o exercício de poder interno e externo, para a afirmação ao que será século mais tarde o norte das sociedades modernas e democráticas, o Estado de Direito, apoiado — entre outros aspectos— pela transparência que o acesso à documentação pública confere ao exercício de poder.

É importante destacar ao estudar os arquivos, como a informação contida nos registros arquivísticos foi e ainda é até hoje vista como fonte de poder, que propicia a produção de conhecimento. “Desde o século XV e ao longo de toda a Idade Moderna cabia também à valorização de documento como fonte de conhecimento” (CRUZ MUNDET, 2001, p. 34, tradução nossa), o que chamou a atenção dos historiadores para o uso documental como fonte primária na reconstrução do passado no final do século XVI, durante o XVII e começo do XVIII.

Segundo Herrera (1991) as chancelarias foram importantes para a produção e conservação documental, sendo organizados em ordem cronológica ou por ordem alfabética ou tema. Destaca-se o hábito de copiar a documentação jurídica em livros de registros em uma prática de inventariação, compreendida como uma lista ou relação – referente exclusivamente a títulos e privilégios, conservando-se a parte as contas e a correspondência.

Com a Revolução Francesa, em 1789, e a queda do Antigo Regime, abrem-se os arquivos privados e os estatais, o que “[...] provoca a dissociação dos arquivos entre históricos e administrativos” (CRUZ MUNDET, 2001, p. 41, tradução nossa). Segundo Schellenberg (2004, p. 26):

[...] foram destruídas as instituições que haviam desenvolvido gradativamente desde os tempos feudais. Atingidas as instituições do

Estado, posteriormente outras, como as religiosas e econômicas, foram igualmente exterminadas. Desapareceram os direitos de propriedade e os privilégios. Tentou-se apagar qualquer vestígio do odiado antigo regime.

Nesse sentido, criou-se um Arquivo Nacional em Paris, para guardar a documentação produzida no novo regime. A documentação do antigo regime, por outro lado, foi também preservada por ser de propriedade pública,

Os documentos foram considerados básicos para a manutenção de uma sociedade antiga e para o estabelecimento de uma nova. Os documentos da sociedade antiga foram preservados principalmente e, talvez, sem essa intenção, para usos culturais. Os da nova sociedade o foram para a proteção de direitos públicos. (SCHELLENBERG, 2004, p. 27).

Com um decreto de 1794, o Arquivo Nacional ganhou jurisdição sobre os demais arquivos em território nacional, o que garantiu o direito de acesso à documentação pública (SCHELLENBERG, 2004).

Assim, no século XIX, com a abertura dos arquivos ao público, surge a necessidade dos instrumentos de acesso para os usuários. Nesse contexto, Lodolini (apud CRUZ MUNDET, 2001, p. 41, tradução nossa) afirma que:

Deste modo se ascende a um novo período da Arquivística. Entre 1830 e 1850, de arsenal tradicional de poder, os arquivos se convertem em laboratórios da história, com todas as consequências que isto comporta, de maneira destacável o corte fundamental (e certamente desafortunado) entre os arquivos históricos e os administrativos.

Percebe-se que a criação da Ciência História sempre esteve muito próxima da Arquivística, pois quando se falava de arquivos, pensava-se em Arquivos Permanentes (históricos), ainda que servissem para a administração e com valor de prova; percebe-se essa área muito forte nos arquivos.

O nascimento do que poderíamos denominar a História Científica com a Escola dos Annales, impulsionou um processo de ampliação de uso dos arquivos por parte dos historiadores, tanto no âmbito cronológico de seu interesse, que se cerca cada vez mais ao contemporâneo, como nas preferências por séries documentais até então evitadas (documentação de tipo econômico, demográfico, estatístico, social) e ainda pela abertura dos arquivos a um conjunto cada vez mais amplo de usuários, já não eruditos, como historiadores de novo cunho, estudantes... (CRUZ MUNDET, 2001, p. 43, tradução nossa).

Os historiadores exerceram grande influência na criação dos arquivos nacionais na Inglaterra e no Estados Unidos (SCHELLENBERG, 2004). O crescimento da população, principalmente no século XX e, conseqüentemente, o crescimento da administração do governo, levou a um aumento na produção de documentos, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, o que resultou numa grande massa documental custodiada nos arquivos. Surgiu então, o conceito do ciclo documental com os norte-americanos, no intuito de fazer a gestão dessa massa documental e facilitar o acesso. Cruz Mundet (2001, p. 95, tradução nossa) explica que:

Este conceito se desenvolve nos anos trinta, por meio do estabelecimento de Arquivo dos Estados Unidos (1934), vem a significar que <<a informação documental tem uma vida similar a de um organismo biológico, o qual nasce (fase de criação), vive (fase de manutenção e uso) e morre (fase de expurgo)>> .

O ciclo documental, também chamado de teoria das três idades, consiste em três etapas: **arquivo corrente**, que tem por finalidade atender as necessidades das atividades administrativas; esta documentação passa depois para o **arquivo intermediário**, onde espera o prazo de guarda de acordo com a legislação estabelecida na tabela de temporalidade; após o prazo de guarda se realiza uma avaliação do que será eliminado e do que será preservado, sendo guardada no **arquivo permanente** a documentação a ser preservada, com fins culturais e históricos.

O advento das TIC no contexto arquivístico trouxe modificações na produção documental e no tratamento da informação. Surgiram os documentos produzidos no ambiente eletrônico e no meio digital, sendo importante nesse sentido o conceito do ciclo documental, devido a grande produção de documentos. Para o necessário armazenamento desses documentos destaca-se o desenvolvimento de sistemas de gerenciamento de dados em que se aborda o fluxo documental; surgem os repositórios digitais para a preservação dos documentos e os sistemas de descrição e de representação da informação, baseados em normas e padrões para possibilitar o acesso à informação.

No Brasil, apresentam-se, neste sentido, as diretrizes voltadas à implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis (RDC-Arq) publicadas em 2015, pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)¹⁶. Nessas diretrizes se propõem alguns requisitos e procedimentos arquivísticos a serem seguidos pelos repositórios para a gestão, a preservação e o acesso ao documento arquivístico.

Na pós-modernidade, há uma migração dos arquivos para o ambiente digital, sendo esses os mediadores entre os acervos arquivísticos e os sujeitos informacionais. Destacam-se o advento do conceito de dados abertos por parte da administração pública e do *Big Data*, que buscam armazenar um grande conjunto de dados, trabalhando com a web semântica para a representação da informação, dada a complexidade dos dados. São mudanças que estão modificando o fazer do profissional da informação e dos processos arquivísticos realizados nos Arquivos.

3.3 Arquivologia como ciência

A Arquivística nascida com a Revolução Francesa para a criação dos serviços de Arquivos foi denominada uma disciplina auxiliar da História Positivista, vinculada à Diplomática. A sua independência como área do conhecimento aconteceu somente a partir da criação do sistema classificatório arquivístico, como destaca Reis (2006, [não paginado]): “Só com a prática da teoria de que os documentos se devem organizar de acordo com a estrutura da instituição de onde provém, a Arquivística se conseguiu autonomizar e tornar-se independente”

Contudo, as práticas de sistematização e de conservação são bem anteriores a Revolução Francesa, estando presentes nos primeiros arquivos que surgiram na sociedade. De acordo com Herrera Herrera (p. 265, tradução nossa) “[...] a preocupação pela classificação dos fundos não se inicia até XVIII e XIX, aplicando-se então os princípios e práticas das bibliotecas e, outras vezes, os pontos de vista dos historiadores (temático)”.

¹⁶ DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE REPOSITÓRIOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS CONFIÁVEIS – RDC-Arq. Disponíveis em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/diretrizes_rdc_arq.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

O nascimento internacional da arquivística pôde ser situado neste cenário, em 1841 por Natalis de Wally, que contribuiu com a produção de normas de organização dos fundos nos arquivos franceses. Reis (2006, [não paginado]) assinala que:

O grande marco de evolução da Arquivística, podemos encontrá-lo em 1898, com a publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses, por Muller, Feith e Fruin, onde se abre uma nova era para a disciplina, e que representa a afirmação e libertação da Arquivística, relativamente ao papel secundário para a qual tinha sido remetida até então.

Esta normalização contribuiu para a organização dos fundos de maneira coerente, diferenciando-a das demais disciplinas. Segundo Herrera Herrera (1991, p. 265, tradução nossa), esta modificação se impõe na segunda metade do século XIX, mas “[...] a teoria nem sempre é acompanhada da prática”, o que significa que levou mais tempo para firmar-se no contexto prático.

O princípio de procedência propõe que “cada documento deve estar situado no fundo documental que procede, eneste fundo em seu lugar de origem” (HERRERA, HERRERA, 1991, p. 34, tradução nossa). Neste sentido, há uma sistematização do fazer arquivístico, rompendo com as práticas anteriores, em que a ‘ordem’ torna-se a essência dos arquivos, importante na classificação, ordenação e no processo de descrição. Destaca-se por fundamentar a área Arquivística ao permanecer como uma teoria que estrutura a disciplina e a diferencia das demais.

No início do século XX, cria-se o Conselho Internacional de Arquivos em 1948, com o apoio da UNESCO e, em 1950, realiza-se o primeiro evento e publica-se a primeira revista oficial do ICA, intitulada “*Archivum*”. Ainda na década de 1950, desenvolvem sistemas para administrar os arquivos, como solução para os problemas com a grande massa documental do pós-guerra,

[...] a necessidade da avaliação documental como requisito para uma selecção fundamentada e uma eliminação de documentos baseada em critérios previamente definidos. Esta problemática suscitou a procura de respostas pragmáticas, mas também o surgimento de reflexão teórica a respeito do assunto. (RIBEIRO, 2005, p. 5).

Nesse contexto, aparece a gestão dos documentos com o ciclo documental ou teoria das três idades propondo o armazenamento dos documentos de acordo com seus valores vigentes.

Nos anos 1970, em consequência do surgimento da gestão documental, se desperta para o desenvolvimento teórico da área que se prende ao “aprofundamento de questões essenciais para a formulação de um corpo teórico capaz de suportar uma fundamentação da Arquivística” (REIS, 2006, [não paginado]).

Com a revolução causada pelas TIC na sociedade, o aparecimento dos documentos eletrônicos e da gestão documental eletrônica, provocam-se rupturas na Arquivística, levando a uma mudança de paradigma, denominada de Arquivologia Pós-Moderna ou Arquivologia Pós-Custodial. De acordo com Ribeiro (2002, p. 100):

Não obstante o acentuado tecnicismo que, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, se tem verificado na Arquivística, as preocupações de índole teórica não têm estado completamente ausentes e, a partir dos anos 70, estão patentes em escritos vários, provenientes dos mais diversos países.

Ainda segundo Ribeiro (2002, p. 103), vários fatores tornam difícil esta tentativa, entretanto:

O conceito estático de “documento”, que significa a fixação inexorável da informação a um suporte físico, também ele se começa a revelar inconsistente para materializar o objecto da Arquivística num contexto em que, afinal, é perfeitamente aceitável que a informação pode ser pensada e conhecida independentemente do suporte em que está registrada; [...].

A mudança se deve à produção de documentos eletrônicos em que a produção da informação é fixada em um novo suporte; a Internet é também a mediadora do acesso à informação preservada nos arquivos, dentre outros fatores que desencadearam essa mudança:

Duas componentes essenciais se nos depar no novo paradigma: a questão da ciência e a questão da informação, aqui como objeto dessa mesma ciência. Não há ciência sem objeto e este carece de uma definição precisa para constituir um conceito operatório válido. (RIBEIRO, 2002, p. 105).

A mudança paradigmática apresenta problemas, inicialmente, pois, além dos problemas quanto ao objeto, não há clareza do que vem a ser o termo informação. Para Ribeiro (2002), a informação registrada em um suporte se torna uma coisa, não acrescentando nada de essencial à informação ou transformando em algo diferente.

Na Arquivística pós-moderna o que se torna objeto de estudo e de percepção é a informação, deixando de ser o documento e que o:

[...] científico-informacional que reclamamos a Arquivística caracteriza-se, exactamente, pelo recurso a uma teoria largamente difundida e aplicada nos mais variados contextos dada a sua plasticidade e também já, pontualmente, utilizadas em estudos arquivísticos que é a teoria sistémica. De acordo com tal teoria, o arquivo é visto como um sistema (semi-) fechado de informação social, configurado por três fatores — a estrutura (de natureza orgânica), a função (serviço/uso) e a memória. (RIBEIRO, 2002, p. 107).

Para Ribeiro (2005) ainda há influências do antigo modelo, o historicista e custodial, reforçado com procedimentos técnicos, porém, insuficientes para garantir um estatuto de disciplina científica.

Essa mudança de era custodial para pós-custodial reflete no acesso à informação. O acesso possível somente de maneira presencial nas instituições físicas, hoje, é disponibilizado no ambiente digital, proporcionando a apropriação da informação na dita Sociedade da Informação.

Neste contexto pós-moderno, há um desempenho do ICA na conscientização da importância do acesso nos arquivos na década de 90. Destaca-se, nesta época, a publicação das normas arquivísticas de descrição: ISAD(G)¹⁷, designada à descrição dos documentos; e ISAAR(CPF)¹⁸, aplicada para descrever as pessoas jurídicas e físicas produtoras de documentos. Imediatamente posterior, no início do século XXI, publicam-se a ISDIAH¹⁹ voltada a descrição de instituições arquivísticas, a ISDF²⁰ para descrição das funções relacionadas à atividade desempenhada e a documentação produzida, e a segunda versão da ISAD(G) e ISAAR(CPF).

Finalmente, desde 2012 os esforços do ICA direcionaram-se para o desenvolvimento de um modelo conceitual *Records in Contexts* (RIC) que integra as normas arquivísticas fragmentadas em um único modelo, o que simplifica a

¹⁷ Norma Internacional de descrição Arquivística.

¹⁸ Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias.

¹⁹ Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico.

²⁰ Norma Internacional para Descrição de Funções.

descrição arquivística e contempla a complexidade contextual em torno da produção documental. O princípio de proveniência se mantém ao mesmo tempo em que se amplia com o RIC, em que o foco sai de uma ordem única e volta-se para os contextos.

Na nova concepção do princípio de procedência há uma expansão da sua compreensão, implementando o contexto na teoria arquivística já estabelecida, os fundos estão inter-relacionados (não mais isolados) e a ordem é dinâmica, variável e fluida, o que significa que os registros podem ser reordenados mais de uma vez, influenciados pelo passado, presente e futuro (RIC, 2016).

Neste sentido, o novo modelo conceitual possibilita aos arquivos inserir-se nas novas tecnologias emergentes, permitindo múltiplas perspectivas na representação da informação e múltiplas vias de acesso.

Além desta vertente na Arquivologia, questões voltadas a políticas de acesso à informação, preservação digital, repositórios digitais confiáveis, dados abertos, *web semântica*, *big data* e a integração das três unidades de informação (Biblioteca, Arquivos e Museus) denominada LAM no âmbito internacional, têm sido assuntos abordados e de produção científica na área. São temáticas consideradas emergentes das TIC, que vem movimentando autores da área para discussões teóricas e práticas.

3.4 Transformações no Conceito de Museu

As mudanças ocorridas no conceito de museu podem ser, portanto, percebidas a partir do desenvolvimento histórico dessa instituição cultural na sociedade, em que o pensamento científico transforma-se conforme o contexto social de cada época. Essas alterações também ocorrem nas definições da Museologia e, conseqüentemente, do seu objeto de estudo.

Dessa maneira, se em 1947²¹, o ICOM definiu o museu como toda instituição permanente que conserva e apresenta coleções de objetos de caráter cultural ou científico com fins de estudo, educação e contemplação, em 1974, vinte e sete anos depois, a instituição foi definida da seguinte forma:

²¹ Museologia e Museografia: conceitos. Disponível em: <<http://studylib.es/doc/4470181/definiciones-de-museos>>. Acesso em 20 mar. 2018.

[...] o museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a **serviço da sociedade** e do seu desenvolvimento, aberta ao público, e que realiza pesquisas sobre os **testemunhos materiais do homem** e seu meio, que ele adquire, conserva, investiga, comunica e expõe, com fins de estudo, educação e deleite. (ICOM, 1974, tradução nossa, grifo nosso)²².

Há uma diferença essencial nestas definições do ICOM, pois a primeira, talvez por ser da época em que se começa a atuar institucionalmente, ainda denota um olhar conservador do museu, voltado para si e para suas coleções e exclui o sujeito, característica do modelo positivista. A segunda, por outro lado, apresenta um olhar mais social, influenciada pelo movimento da nova Museologia, que coloca as instituições museológicas à disposição do sujeito informacional e da sociedade.

Em uma terceira definição, elaborada após trinta anos, o ICOM conceitua novamente o que vem a ser o museu e nela inclui o patrimônio imaterial.

[...] o museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o **patrimônio material e imaterial da humanidade** e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite. (2007, tradução nossa, grifo nosso)²³

Até então, acredita-se que muitas manifestações culturais imateriais se perderam no tempo por falta de materialização. A UNESCO (2015, tradução nossa) considera como bens imateriais:

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

²² ICOM. Development of the Museum Definition according to ICOM Statutes: 2007-1946. 2012. Disponível em: <http://archives.icom.museum/hist_def_eng.html>. Acesso em: 20 mar. 2018.

²³ ICOM. Definição. Disponível em: <<http://icom.museum/la-vision/definicion-del-museo/L/1/>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

Neste sentido, o IPHAN²⁴, desde 1988, entende que os bens imateriais fazem parte do patrimônio cultural brasileiro, estabelecido pela Constituição Federal nos artigos 215 e 216²⁵. Todavia, ao definir museus a partir do Estatuto de Museus, não fica claro este tipo de patrimônio.

[...] instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, **conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico** ou de **qualquer outra natureza cultural**, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009, grifo nosso)

Ao mencionar conjuntos e coleções aproxima-se do patrimônio material, necessitando de uma definição mais latente. Além dessas explicações por órgãos e instituições internacionais e nacionais, os autores da área buscam definir o termo, mesmo que ainda não haja um consenso conceitual quanto a museu e a Museologia (SOARES, 2012). Buscou-se, portanto, uma definição que conecta o termo ao lugar físico e outra que insere o museu no paradigma complexo atual.

Já Ceballos (2006, p. 102, tradução nossa) define museu como “um sistema complexo, vivo e dinâmico, aberto a sociedade para a divulgação da cultura, assim como para investigação, proteção, conservação e defesa do patrimônio”. É importante destacar que patrimônio, na concepção de Hernández Hernández (1992, p. 96, tradução nossa), “se estende mais além do puramente material, que tem caracterizado a política de aquisições dos museus e incluem os mitos, poesias, canções, danças, etc.”, não se restringe a coleção de objetos.

Por outro lado, quando Ceballos situa o museu como um sistema complexo, pressupõe que haverá emergências neste sistema, já prevista na teoria da complexidade de Edgar Morin (2005). São estas emergências que tornam o museu vivo e dinâmico. Também são responsáveis pela interdisciplinaridade tanto na prática quanto na teoria da Museologia, pois, problemas emergentes requerem convergência de diferentes conhecimentos para uma possível solução.

²⁴ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão governamental responsável pela proteção do patrimônio cultural brasileiro, criado em 1937.

²⁵ BRASIL. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao_Federal_art_216.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

Finalmente, segundo Desvallées e Mairesse (2013, p. 64) museu “[...] tanto pode designar a instituição quanto o estabelecimento ou o lugar geralmente concebido para realizar a seleção, o estudo e a apresentação de testemunhos materiais e imateriais do Homem e do seu meio”. Se os autores relacionam o termo ao lugar físico que propicia o tratamento e apresentação do patrimônio cultural, o conceito Museu pode também ser compreendido como um lugar sistêmico, tanto físico quanto digital, transformado em convergências de ambientes híbridos.

3.5 O surgimento dos museus e o conceito de instituição Museológica

Os museus são, como os Arquivos, espaços importantes para a preservação das manifestações das inúmeras culturas existentes na humanidade. Sua definição alterou-se conforme as mudanças sociais, econômicas, científicas e tecnológicas acontecidas na História.

Os primeiros museus surgiram na antiguidade: o ‘gabinete de maravilhas da humanidade’, composto por objetos saqueados de guerra, do rei Nabucodonosor II; as pirâmides dos faraós do Egito; e os templos de adoração aos deuses com objetos e estátuas específicas. Nesta época, destacam-se os templos de Atenas com exposição de obras de arte, sendo o primeiro a utilizar o termo “*museion*” em homenagem às musas, protetoras das artes e das ciências. Segundo Zubiaur Carreño (2004, p. 18, tradução nossa) “Os museus dos templos gregos foram os primeiros museus públicos, acessíveis a qualquer cidadão”. Foram os responsáveis pela inserção do conceito de preservação de objetos museológicos (BAYÓN JUAN, 2013).

A biblioteca de Alexandria foi importante e famosa por representar um museu em sentido total (BAYÓN JUAN, 2013). Era um local de encontro de poetas, artistas, sábios, cercado de “salas de reunião, laboratório, observatório, jardins zoológicos e botânicos, ao modo das escolas atenienses, como a Academia de Platão e ou o Liceo Aristóteles” (ZUBIAUR CARREÑO, 2004, p. 18, tradução nossa).

Roma destaca-se pelo surgimento do colecionismo privado, composto por esculturas, produtos de saque de guerras e obras produzidas por gregos, além de ser considerada um ‘museu ao ar livre’ (MARÍN TORRES, 2002).

Na idade média a expansão do cristianismo faz desaparecer o conceito de museu existente até então. Todavia, o colecionismo permanece e “os templos vêm a ser os museus públicos (ainda dotados de uma câmara de tesouro para as Objetos valiosas); os monastérios, os arquivos do conhecimento e da cultura.” (ZUBIAUR CARREÑO, 2004, p. 19, tradução nossa), empregando a arte na formação dos fiéis.

No Renascimento ressurgiu o termo museu, associado geralmente a uma biblioteca, em que as coleções além de possuir valor histórico, artístico e documental, passam a ter um valor científico.

Apareceram os críticos de arte, a formação de catálogos de coleções, a elaboração dos primeiros guias e a história da arte; a distinção entre coleção *naturalia* e *artificialia*, a formação de coleções zoológicas com o descobrimento da América e o desenvolvimento da egiptologia com escavações em Roma (ZUBIAUR CARREÑO, 2004). *Naturalia* é definida por POSSAS (2013, p. 161) como “exemplares do reino animal, vegetal e mineral” representada por herbários e jardins anexos aos gabinetes de curiosidades e a *artificialia* como “os objetos produtos da ação humana [...] e as antiguidades e objetos exóticos que remetem a povos desconhecidos”.

Em decorrência do renascimento, na Idade Moderna, surgiram novas tipologias de museus, tais como, jardins arqueológicos, jardins botânicos (com espécies exóticas vindas da América), galerias artísticas, de reproduções com voltadas à didática, universitários com fins educacionais e investigativos e, no século XVII se consolidou a formação das coleções reais (MARÍN TORRES, 2002).

As coleções propiciaram a formação de ‘gabinetes de raridades’ por burgueses e nobres que por meio delas simbolizavam ampliação do seu poder e destaque social. Esses gabinetes possuíam uma natureza enciclopedista, os quais os colecionadores buscavam possuir objetos de lugares distantes e desconhecidos, sendo o ato de colecionar a forma de se compreender o mundo, o que explica alguns gabinetes serem espaços de estudos (POSSAS, 2013).

O século XVIII foi marcado pela criação de academias de artes, pelas sociedades científicas e a abertura do primeiro museu, o Museu Britânico. Com a Revolução Francesa em 1789 foram confiscados os bens da nobreza e dos órgãos religiosos e se possibilitou a criação do Museu da República e Museu Central das

Artes em 1793 que, posteriormente, foi renomeado Museu do Louvre. Após esse acontecimento, novas edificações são construídas, voltadas aos acervos museológicos e ao acesso gratuito (MARÍN TORRES, 2002). Menezes (2013, p. 22) evidencia que:

A fragmentação dos museus em especialidades tem também sua história que aponta para o século XVIII e que está ainda por ser feita. O resultado é uma tipologia multiforme, em que, ao lado de museus enciclopédicos [...] e dos históricos, se encontram museus de arte, de arqueologia, de antropologia, de folclore, de História Natural (desmembrados em zoologia, botânica, geologia, etc.), de ciência e tecnologia [...]. Esta fragmentação se deve a predominância do pensamento cartesiano e positivista da época. A autora menciona que o objeto determina a natureza do museu, como, por exemplo, um museu de objetos históricos será por sua característica um museu histórico e assim por diante, o que contraria a complexidade social.

No século XVIII, as coleções formadas classificam-se, assim, em dois tipos: as simbólicas as quais são objetos que incorporam o poder a um determinado grupo (reis, senhores, cidade) e que podem ser conhecidos como regalias, por exemplo, o patrimônio da igreja (reliquias, objeto de culto, quadros); e as culturais que são coleções da realeza e daqueles que desejavam afirmar sua classe social (MARÍN TORRES, 2002). Estas coleções estão no campo da natureza, da antiguidade e das belas artes. Para o autor as formas de colecionismo anteriores ao século XVIII são os antecedentes do museu moderno, os proto-museus, já que a formação de museus e sua multiplicação acontecem nos séculos XIX e XX.

No século XIX criaram-se massivamente museus por toda Europa e Estados Unidos, substituindo o colecionismo por exposições e catalogação sistematizada, sendo destaque a Alemanha, responsável por iniciar estudos e teorização de questões museológicas com inúmeros trabalhos e investigação no estabelecimento de princípios desta ciência (JUAN, 2013). Surgiram, também, os museus regionais e locais voltados a pequenas áreas geográficas, museus ao ar livre e museus especializados, mencionados por Menezes (2013).

É importante destacar que nesse século, também formam os primeiros museus brasileiros com D. Pedro II. Em 1818 o Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 1866 o Museu Paraense Emílio Goeldi e em 1895 o Museu Paulista.

Por volta de 1960, com a revolução cultural que permeou a cultura ocidental, as instituições museológicas entraram, como outras, em crise conceitual, sendo

questionadas pelos visitantes que intentavam ser protagonistas das atividades que aconteciam no espaço museológico: até então, por exemplo, eram os museus que selecionavam e construíam o discurso e a mensagem a ser exposta e transmitida, esquecendo-se que a interpretação é individual; havia uma passividade da instituição diante a sociedade e por parte do visitante, limitado à visualização da exposição; existia um distanciamento entre o museu e os visitantes representados a partir de barreiras, equipamentos museográficos, utilização de vitrines e regulamentos de comportamento no espaço interno (ROQUE, 2017). Segundo Zubiaur Carreño (2004, p. 57, tradução nossa):

Reflexo deste feito está sendo a transformação gradual dos museus como espaços destinados à conservação, investigação e educação em espaços onde se concede grande importância à comunicação, sobretudo desde o momento em que o museu decide englobar dentro de si a noção de ambiente.

A mudança foi nomeada museologia crítica. Trata-se da superação da instituição tradicional decorrente das transformações sociodemográficas, para a valorização da identidade, a revolução digital e os efeitos da difusão de informação para aquisição de conhecimento, o que impõem uma reinvenção do museu (ROQUE, 2017).

Estas reflexões acontecem em um contexto universitário, pois, na prática, são os “historiadores da arte que têm questionado as narrativas do museu moderno, dentro de um contexto de revisionismo da pós-modernidade em que a cultura dominante tem sido visível, desmitificada e desestruturada” (ZUBIAUR CARREÑO, 2004, p. 57, tradução nossa).

O foco dos museus saiu, dessa maneira, do objeto e deslocou-se para a comunidade social dando origem a Nova Museologia: “um conjunto de movimentos cuja ideia principal é o museu visto como entidade social e adaptada, portanto, as necessidades de uma sociedade em rápida mutação” (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 1992, p. 93, tradução nossa). Neste sentido, os museus saíram de sua passividade para desejar ser um museu vivo e participativo, diminuindo o distanciamento em relação aos visitantes e buscando uma relação mais direta.

Volta-se a sociologia e a democratização formada em uma cidadania mais crítica. Compreende-se o museu como comunidades de aprendizagem, lugares de

conflitos e controversas, processo e experiências, em que “[...] a exposição dos objetos se combine com patrimônio material, oficina, discussões performances, canções, etc, e inclua as distintas comunidades e intelectuais” (ZUBIAUR CARREÑO, 2004, p. 58, tradução nossa). Esta corrente defende o conhecimento interdisciplinar, contextual, reflexiva e emancipadora, refletindo a sociedade e sua complexidade.

Surgiram as casas de cultura descentralizadoras e exposições itinerantes a partir dos fundos expostos nos museus, pois os museus tradicionais já não satisfaziam o público – que era visto apenas como consumidor – e os profissionais de museus – que ora eram animadores de museus ora conservadores. “Se impunham a exploração dinâmica das coleções e um tipo de museu que respondesse a sociedade do momento em constante mutação” (ZUBIAUR CARREÑO, p. 53, tradução nossa). Destacam-se também o eco-museus, definido por George Henri Rivière como:

Um espelho, onde a população se contempla para reconhecer-se, onde busca a explicação do território no que está enraizada e no que se sucederam todos os povos que as precederam, na continuidade ou descontinuidade das gerações. Um espelho que a população oferece aos seus hóspedes para fazer-se entender melhor, no respeito de seu trabalho, de suas formas de comportamento e de sua intimidade. (1985, p. 182, tradução nossa).

O termo surgiu na França em 1971 e foi apresentado pela primeira vez na 9ª Conferência do ICOM. Contudo, os criadores do termo foram Hugues de Varine e Georges Henri Rivière.

Mais contemporaneamente, o desenvolvimento das TIC nos finais do século XX trouxe uma nova realidade para as instituições museológicas, o mundo digital. O Museu tornou-se um lugar potencial de produção de cultura de diversos grupos sociais, possibilitada pela *Web 2.0*, que pode ser descrita como elemento socializador da Internet, não somente no acesso, na recuperação e no uso, mas também na possibilidade de produção de informação e de conhecimento, ou seja, enfatiza-se o aspecto que define o internauta também como produtor de informação. Neste contexto, surgiram os museus digitais, museus virtuais ou cibermuseus. Segundo Oliveira:

O museu digital está, aqui, ligado diretamente à web, de um lado significando uma interface com os museus presenciais, de outro lado, criando o próprio cibermuseu, aquele que não possui uma interface presencial, num sentido metafórico, ou seja, designando os seus acervos para uma ordem digital e criando uma qualidade que tem o objetivo de manter a relação de semelhança com as origens daquilo que se conhece como museu. (2007, p. 148)

Ao mesmo tempo em que facilitam o acesso à informação, os museus veem no desafio de representar e mediar à informação presentes tanto no ambiente físico quanto o produzido no digital, compondo acervos híbridos. Neste sentido, a preservação do patrimônio digital e sua inclusão no contexto museológico estão explícitas tanto pelo ICOM em seu estatuto, quanto pela UNESCO na sua Conferência Geral em 2003.

3.6 A Museologia como ciência

As mudanças ocorridas nas instituições museológicas refletem diretamente nos desafios impostos à Museologia para se firmar como ciência, suas definições conceituais, tais como, o que vem a ser o museu e qual seu objeto de estudo: se a coleção e o objeto ou a interação – relação entre o patrimônio e os sujeitos.

A Museologia começa a se desenvolver como disciplina no final do século XVIII, a partir da Revolução Francesa, em que as disciplinas buscavam estruturar-se cientificamente. Segundo Zubiaur Carreño (2004, p. 50, tradução nossa) tem por meta “uma conservação científica e uma apresentação fundamentada e sistemática nas obras que, lideradas com uma organização de acordo com a estrutura interna da instituição, capacitar um ensino eficaz para o público”.

O século XIX aumenta a teorização em torno das questões museológicas por profissionais atuantes em museus e personalidades do contexto cultural. Contudo, é no século seguinte que “O desenvolvimento das investigações museológicas e o estabelecimento e definição dos princípios da museologia como ciência adquirem no século XX sua total consolidação e crescimento, definindo-se e organizando suas competências.” (JUAN, 2013, tradução nossa).

No século XX cria-se a Oficina Internacional de Museus (OIM), por Focillon em 1926, voltada a discussões de problemas comuns entre os países possibilitando uma cooperação entre si, sendo responsável pela publicação da revista *Mouseion*.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial desaparece o OIM e surge o ICOM, em 1950, fundado pela UNESCO. Torna-se responsável pela divulgação de informes museológicos e museográficos por meio de boletins (JUAN, 2013). A Museologia deixa de utilizar o termo Museografia para denominar a ciência dos museus. A partir deste período, ajustes e critérios a conceituações das disciplinas impulsiona a terminologia:

Por conseguinte, embora a atividade museológica fazia tempo que vinha desenvolvendo-se, tanto o termo como o caráter científico desta disciplina não tem adquirido reconhecimento unânime universal nem se quer depois da primeira metade do século XX. (JUAN, 2013, tradução nossa)

Assim, destaca-se que o termo Museologia, em substituição ao termo Museografia, surgido na publicação do tratado de Friedrich Neickel, em 1727, passou a ser utilizado somente a partir da Segunda Guerra Mundial, quando os critérios e “ajustes rigorosos a conclusões e conceituações das disciplinas por grupos de trabalhos, impulsionou o termo Museologia” (JUAN, 2013, tradução nossa).

Neste contexto, em 1965 ocorreu em *Brno* o I Simpósio sobre a Teoria Museológica, e em 1971 o Seminário Internacional “Museologia” em Munique, organizado pelo Comitê Nacional Alemão do ICOM. Em 1976 criou-se o Comitê Internacional para Museologia (ICOFOM), incentivado por Jan Jelinek, presidente do ICOM na época, que passou a ser o maior e mais importante fórum de discussão e estudo teórico da Museologia. O Comitê voltou-se a questões de definição da área, constituição de um sistema de conhecimento museológico e um programa de ensino universitário e o entendimento da interdisciplinaridade da Museologia com outras áreas de conhecimento (CURY, 2005).

A partir da criação do ICOFOM, aconteceram anualmente eventos para discussões de temáticas pertinentes da área, bem como, publicações teóricas. O autor apresenta as temáticas de cada ano, as quais se destacam:

- 1980 no México – ‘Museologia, uma ciência em formação’, discutiu-se sobre o objeto da museologia;

- 1981 em Estocolmo – ‘Museologia e interdisciplinaridade como método de ação para a prática nos museus’, ressalta a necessidade de diversos domínios do conhecimento para entender a relação do homem com o patrimônio cultural;
- 1983 em Londres – ‘Museu, território, sociedade: novas tendências/novas práticas’, em que André Desvallées incorpora a ‘nova museologia’;
- 1984 em Leiden – ‘Coletar hoje para o amanhã – ponderação sobre os critérios e política de formação de acervos contemporâneos visando as futuras gerações’, voltado a discussão sobre critérios de seleção. Cury (2005, p. 51) destaca que “Os critérios e políticas de seleção de objetos deveriam ser norteados pela representatividade, testemunhalidade, documentalidade, fidelidade e significação dos objetos”, além do uso da tecnologia para os instrumentos de representação museológica.
- 1986 em Buenos Aires – ‘Museologia e identidade’ que buscou refletir os museus na (re)construção da identidade cultural.
- 1987 em Helsinque-Espoo – ‘Museologia e museus’, sendo discutidos o deslocamento do foco do objeto para comunidade e a ampliação conceitual de museu, entre outros.
- 1988 em Hyderabad-Varanasi-Nova Delhi – ‘Museologia em países em desenvolvimento: ajuda ou manipulação’, discutiu-se o papel dessa instituição para a comunidade em países em desenvolvimento e se são promotoras de desenvolvimento e mudança social.
- 1994 em Pequim – ‘Objeto - documento?’, buscou discussões sobre o objeto como documento e suporte de informação;
- 2000 em Munique-Brno – ‘Museologia e patrimônio intangível’, apresentou o alargamento do objeto de museu, destacaram as experiências de registro, documentação e apresentação do patrimônio intangível;

• 2002 em Cuenca – ‘Museologia e apresentação: real (original) ou virtual?’, inseriu os museus no mundo digital, discutindo sobre o objeto original e o virtual, os problemas com cópias e réplicas²⁶.

Percebe-se nessa sequencia de eventos que a heterogeneidade cultural cada vez mais evidenciada e a ser considerada na pós-modernidade tornou estes desafios cada vez mais complexos e difíceis de serem resolvidos, uma vez que a sociedade está em constante transformação e, que por sua vez, os museus são representações destas, o que justifica sua dinamicidade.

Além destas temáticas, ressalta-se, ainda, a importância da temática ‘Museologia explorando o conceito da MLA (Museu-Biblioteca-Arquivo) que aconteceu em 2016, em Tsukuba/Japan, o qual discute a possibilidade de se pensar as relações das três instituições, suas semelhanças e diferenças, tanto na teoria quanto na prática.

Diante as temáticas exploradas percebem-se, outros sim, que as indagações selecionadas para discussão no fórum do ICOFOM são conformes às mudanças sociais que impactaram a Museologia:

- seu momento de crise e a necessidade de discussões teóricas;
- a interdisciplinaridade;
- a necessidade de delimitação de fronteira e ao mesmo tempo de entender as relações com as outras áreas de conhecimento;
- o surgimento da Nova Museologia que faz as instituições museológicas focarem-se na comunidade e na representação de sua complexidade;
- o objeto como documento, a necessidade de informação para construção de conhecimento que vê o objeto como potencial de informação;
- os bens imateriais e a necessidade de registro para fins de acesso e preservação do patrimônio imaterial;
- a tecnologia e o mundo digital com ambientes digitais museológicos para o acesso à cultura;

²⁶ Disponível em: <<http://network.icom.museum/icofom/publications/icofom-study-series/>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

- e a necessidade de relação entre as três instituições para fornecer informação no mundo digital.

Além da complexidade social, o advento das TIC apresenta cada vez mais desafios a Museologia, a Arquivologia e a Ciência da Informação em prol da preservação e acesso à informação e ao patrimônio cultural.

3.7 Síntese do capítulo

Recuperou-se neste capítulo, o conceito de Arquivos, definido por alguns autores e pelo ICA. Percebeu-se a existência de variações na utilização do termo, associado ao fundo, mas também a instituição. O contexto histórico permitiu entender as mudanças arquivísticas com o desenvolvimento da sociedade e a crise instalada na área pela pós-custodialidade.

No contexto museológico, a partir do seu surgimento e desenvolvimento compreende a sua relação próxima com a coleção, sendo importante para a criação do museu. Também, possibilitou a identificação da falta de consenso no conceito de museus, as modificações com o passar dos anos e entender que é um termo que sua definição está em construção. A Museologia, assim como a Arquivologia, permitiu a identificação da crise no seu objeto de estudo, a necessidade de mudança, devido à transformação social.

Destaca-se que tanto a área museológica quanto a arquivística desenvolveram suas normas nos finais do século XX. Contudo, percebe-se que a Museologia já tinha uma visão complexa da representação do patrimônio cultural, o que levou estar mais a frente que a Arquivologia na produção de modelos conceituais abordando a complexidade.

4 A DESCRIÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS COMO ESTRATÉGIA DE ACESSO À INFORMAÇÃO

A descrição das manifestações culturais é imprescindível para torná-las disponíveis a sociedade. Para Belloto (2013, p. 179) o “[...] processo de descrição consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados”. A partir da descrição é possível visualizar tanto o conteúdo informacional quanto a estrutura em que está organizado o fundo arquivístico. Os instrumentos de pesquisa são “ferramentas utilizadas para descrever um arquivo, ou parte dele, tendo a função de orientar a consulta e de determinar com exatidão quais são e onde estão os documentos” (LOPEZ, 2002).

A relação do termo ‘descrição’ com esta tarefa específica que englobam diversas atividades foi designada por Theodore Schellenberg (HERRERA HERRERA, 1991). Herrera compreende que é uma: “análise realizada pelo arquivista sobre os fundos e os documentos de arquivo agrupados naturalmente e artificialmente, a fim de sintetizar e condensar a informação nelas contidas, para oferecê-la aos interessados” (HERRERA HERRERA, 1991, p. 300, tradução nossa). São as características atribuídas aos documentos que facilitam a comunicação e sendo os instrumentos de pesquisa mediadores entre a informação e o sujeito informacional.

O desenvolvimento das TIC trouxe mudanças no conceito da descrição arquivística que, até por volta da década de 80, focava-se no produto final – catálogos, inventários e guias. Essa modificação centra-se a descrição no processo descritivo da informação. Llanes Padrón apresenta a definição canadense e a de Michael Cook e Margaret Procter em sua publicação “Manual de Descrição de Arquivo” de 1989. Ambos manifestam esta mudança conceitual. Para a Llanes Padrón (2011, 43, tradução nossa):

A evolução tecnológica permitiu dissociar o conceito de descrição do conceito de instrumento de busca. A descrição consiste em elaborar uma representação (atividade) que pode ter diferentes formas de manifestação (instrumentos de consulta); a partir de uma base de dados descritiva é possível obter diferentes formatos de saída (várias formas de visualização em telas ou distintos tipos de impressos).

Neste contexto, o modelo conceitual em desenvolvimento RIC do ICA, insere os sistemas de representação na pós-modernidade e amplia a compreensão de descrição arquivística existente até então. Segundo Jorente et al. (2017, p. 260)

[...] a descrição é um processo técnico realizado em instituições de informação que visa registrar e representar de forma escrita e verbal um documento, informação, objeto, pessoa, instituição e função de um conjunto documental. Descrever é, portanto, construir uma representação escrita das informações.

O modelo RIC-CM ao mesmo tempo em que, considera os princípios arquivísticos de respeito ao fundo e de proveniência, evidência as potencialidades complexas existentes nos registros documentais, tais como, a descrição dos fundos no modelo multidirecional que contempla contextos mais amplos – a representação informacional da descrição possui um formato em gráfico ou de rede (RIC-CM, 2016). Esta mudança no processo descritivo se deve ao deslocamento de uma descrição unidimensional para a multidimensionalidade da representação dos registros com inter-relações entre os diferentes tipos de entidades.

Esses modelos conceituais demandarão mudanças no desenvolvimento de sistemas digitais de representação informacional, que ainda se baseiam nos moldes descritivos tradicionais – multiníveis, categóricos, fundos isolados e contempla um único contexto. Essa modificação vai além da construção de sistemas digitais complexos, na transformação da mentalidade dos profissionais de informação, que veem os documentos com potencialidade informacional, mas não como patrimônio cultural heterogêneo, com relações complexas, representados por inúmeros contextos existentes nos fundos e que necessitam ser explicitados e contemplados no processo descritivo.

A Museologia, com uma visão semelhante à visão arquivística, volta-se aos resultados descritivos: livros de registros, guias, índices, inventários e catálogos. A descrição faz parte, assim, da elaboração dos instrumentos de pesquisa museológicos – percebe-se, no entanto, que não é utilizado de forma explícita o termo descrição para a produção destes instrumentos, sendo explícito somente na descrição física do objeto.

Zubiaur Carreño (2004, p. 260, tradução nossa) define a documentação como uma “[...] ferramenta de trabalho aberta a todos os serviços do museu e através

deles à sociedade”. O autor destaca as tarefas da documentação: inventariar, descrever e arquivar as informações dos objetos museológicos custodiados. Neste sentido, compreende-se que existe uma documentação voltada à instituição (as atividades internas) e outra voltada aos sujeitos informacionais (a pesquisa) e que em ambos os casos, a descrição está presente.

Diferente de Carreño que vê a documentação como uma ferramenta, Caballero Zoreda (1988, p. 455 apud MARÍN TORRES, 2002, p. 52, tradução nossa) associa a documentação museológica a um processo e a define como “o tratamento dos dados existentes nos Museus, já procede diretamente dos objetos ou de outras fontes de informação”. Também, menciona que os instrumentos são os responsáveis pela recuperação de dados, sendo estes fontes de informação. Já Ferrez (1991, p. 1) insere a documentação num contexto informacional e científico.

[...] é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, como anteriormente visto, as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão do conhecimento.

A informatização dos instrumentos de descrição museológicos propiciou o surgimento de sistemas informacionais que permitem a inserção de dados em um único modelo descritivo (ZUBIAUR CARREÑO, 2004; BAYÓN JUAN, 2013). Esse sistema fez com que a descrição se voltasse para a representação informacional, introduzindo a necessidade de normalização de terminologia e a padronização das fichas descritivas para facilitar o acesso ao patrimônio cultural. Essas até então, eram produzidas pensando na custódia e preservação do acervo nos museus.

Além do impacto tecnológico, acredita-se que a Nova Museologia também teve influência na citada mudança de foco que, uma vez voltada à sociedade, torna-se importante os instrumentos de pesquisa para o acesso à cultura. Para tanto, assim como na arquivística, a descrição inclina-se ao processo e não mais ao resultado, sendo pensadas as questões de representação da realidade social complexa e os diferentes contextos em que os objetos estão introduzidos.

Neste contexto, O CRM CIDOC entende a descrição como um processo técnico que possibilita a representação do patrimônio cultural em diversas

perspectivas (moldadas pela história, localização e por diferentes preocupações disciplinares), de forma que se possa contemplar a complexidade social. Para esta descrição utiliza-se o modelo conceitual que tem por característica a flexibilidade para trabalhar a heterogeneidade cultural e permite a integração e a interoperabilidade de dados. Segundo Padron (2017, p. 132) o modelo conceitual é “uma modelagem de dados que devem especificar os tipos de entidades e descrever, as relações entre as entidades e seus atributos”.

A representação dos diferentes contextos acontece a partir da organização estruturada em poli-hierárquica (não linear plana) – um objeto pertence a mais de um domínio (OLDMAN et al., 2014).

O CRM é um modelo que não limita a quantidade de campos, porém permite que sejam feitas introduções específicas com a criação de sub-entidades e sub-propriedades, estendendo o CRM. Ele trabalha com estrutura semântica que descreve entidades mais gerais (incluindo eventos) e as relações entre elas, diferentemente da maioria dos padrões que se baseiam em campo/valor por possuir requisitos diferentes de representação cultural, que é heterogênea. Quanto ao acesso à informação, mantém-se a heterogeneidade dos dados em relação ao conteúdo representado.

A descrição é orientada ao objeto e trabalha “instâncias de pessoas, lugares, coisas, eventos e períodos usando as informações e o contexto em torno dessas entidades” (OLDMAN et al., 2014, p. 4, tradução nossa). A heterogeneidade de acervos, segundo os autores, exige que sejam mapeados e selecionados os tipos de entidades e relacionamentos que atenderam a necessidade representativa de cada instituição, já que nem todos os metadados descritivos se aplicam em determinados museus – por exemplo, os campos descritivos de um museu de artes são diferentes de um museu histórico.

Especificamente, o CRM caracteriza-se como:

[...] uma ontologia - uma forma de representação do conhecimento. Uma ontologia representa o conhecimento categórico dentro de um domínio, neste caso, o domínio da herança cultural. A função de uma ontologia de domínio é mediar à variabilidade dentro de um domínio e fornecer uma estrutura sob a qual podemos colaborar apesar de ter conjuntos de dados diferentes - modelando as constantes usadas no discurso do especialista em vez das hipóteses produzidas por

especialistas e expressa via essas constantes. (OLDMAN et al., 2014, p. 3, tradução nossa)

Essa representação na concepção do CIDOC deve ser compreendida por máquinas computacionais, além de seres humanos. Neste sentido, o CRM pode ser integrado a *Resource Description Framework*²⁷ (RDF - Estrutura de Descrição de Recursos), responsável por especificar cada relacionamento, o que permite “capturar um modelo inteiro baseado em CRM como triplos (instruções que consistem em um assunto, predicado e objeto)” (OLDMAN et al., 2014, p. 9, tradução nossa). Suas instâncias podem ser codificadas além do RDF, em XML, DAML + OIL, OWL e outros.

Resultado desta potencialidade é a inserção de instituições custodiadoras de patrimônio cultural na *Web* com sistemas informacionais heterogêneos representativos convergidos num ambiente digital para o acesso à informação, a cultura e ao conhecimento. Essa convergência ao mesmo tempo em que se cria um ambiente comum, respeita as particularidades de instituições museológicas locais.

Os modelos RIC-CM e o CRM CIDOC, por meio do processo de descrição inserem as instituições arquivísticas e museológicas na pós-modernidade, abordando as complexidades sociais existentes e permitem a representação dos diferentes contextos, tanto no ambiente físico quanto no ambiente digital. Ao mesmo tempo em que preservam as particularidades de cada instituição possibilitam a convergência dos ambientes heterogêneos a partir de sistemas complexos que têm como base construções semânticas computacionais. Também, entende-se que, tanto os museus quanto os arquivos, ao trabalhar desta forma, caminham para uma convergência de dados na *Web*, o que facilitará cada vez mais o acesso à informação e o estabelecimento de relacionamentos complexos entre as diferentes instituições.

4.1 Descrição e representação no contexto Museológico

Os museus possuem dois tipos de fonte de informação, os objetos museológicos chamados de **coleções ou fundos** e a segunda dos documentos

²⁷ Especificação do *World Wide Web Consortium* (W3C), organização responsável pela padronização *World Wide Web*.

propriamente ditos (cartas, ofícios, informes, memoriais, fotos, desenhos, etc.). Esses últimos podem acessados a partir dos instrumentos de pesquisa, o inventário e o catálogo (MARÍN TORRES, 2002).

A documentação museológica diferencia-se dos instrumentos de descrição produzidas nos museus, uma vez que a documentação é composta por documentos, tais como termo de doação, livro de registro, inventário, nota de compra, fotos, ligado aos fundos que Marín Torres menciona acima. Já os instrumentos de descrição são responsáveis pela representação dos objetos museológicos, sendo os catálogos, guias, inventários, índices, voltado à representação e ao acesso. Percebe-se que esta diferenciação na história não é clara, mas importante para esta pesquisa.

Os precedentes dos instrumentos museológicos são os inventários, catálogos e guias, além dos livros de registro das coleções privadas, os quais permitiram compreender a história do colecionismo e da Museologia, bem como o seu desenvolvimento.

Os **inventários** iniciaram-se na antiguidade, nos templos gregos com as listas de contagens das oferendas aos deuses, além dos objetos utilizados nos rituais sagrados, controlados por meio de inventários cuidadosamente elaborados. Segundo Marín Torres (2002, p. 75, tradução nossa): “Os sacerdotes realizavam inventários e anotavam as entradas das obras, procedendo cada certo tempo à comprovação do inventário [...]”. Os inventários existentes foram os responsáveis pela reconstrução de coleções dispersas na idade média.

O colecionismo privado levou a produção de **livros de registro** que constavam a contagem a partir da entrada do objeto e uma breve descrição com as características dos objetos, o que permitia sua identificação dentro da coleção.

Na Idade Média têm-se os registros do acervo produzidos pelos monastérios, conventos, vistos como os museus públicos. O surgimento dos **guias** iniciou-se com os folhetos de aleluia e gravuras populares de santos distribuídos aos peregrinos. O guia caracterizava-se como a redução dos catálogos, permitindo a localização das obras aos visitantes. Até o renascimento os documentos existentes, eram as listagens dos tesouros da antiguidade e do cristianismo, os inventários como testamento e os guias para os peregrinos. (MARÍN TORRES, 2002).

A elaboração de **catálogos** eruditos surgiu na segunda metade do século XVII: iniciou-se como criação de repertórios de gravuras e se tornou, aos poucos uma tipologia de catálogos no século XVIII, com foco pedagógico. Eram catálogos de selos, medalhas, pedras e objetos da antiguidade, principalmente no renascentismo, voltados à difusão científica de determinadas coleções (MARÍN TORRES, 2002). A partir destas coleções surgiram os museus históricos.

A exposição das coleções privadas aos visitantes permitiu a produção de literatura de viajantes que realizavam anotações de descrições ou resenhas de coleções que visitavam. Contudo, segundo o autor, essas anotações dos viajantes ainda que servissem para conhecimento das coleções não eram consideradas como documentação museológica. Essa abertura à visitação demandou informa o sobre a exposi o, tal como, um guia que trouxesse informa o das cole es para turistas e admiradores.

O pensamento humanista, perseguido no renascimento, permitiu o desenvolvimento de **ordena o** e **classifica o** que fossem compreensíveis nas cole es, sendo aplicados nos gabinetes de cole es como critérios de ordem: geográfica, cronológica, status social ou personalidade dos colecionistas.

O mercado da arte no século XVII produziu uma documenta o paralela, tal como, notas de venda, certificados de autenticidade, listas de valora o para comprova o do movimento das obras, que podem ser consideradas documenta o arquivística. Os administradores do palácio além de serem responsáveis por contagens detalhadas, conserva o e restaura o, elaboravam catálogos mais científicos.

O pensamento racionalista deste século impôs, por outro lado, maior sistematiza o às cole es, o que se concluiu no século seguinte, o XVIII, acompanhada com o nascimento do Museu Nacional e as cole es de caráter especializadas. Os **inventários** tornam-se instrumentos documentais, as vitrines foram classificadas taxonomicamente; as galerias de artes puderam ser visitadas pelo público, tendo sido publicadas para os visitantes, inumeráveis descri es, índices e listagens dos gabinetes compostos por cole es. Surgiram livros que continham os primeiros tratados museográficos, em que as coisas eram ordenadas

idealmente. (MARÍN TORRES, 2002), enquanto os catálogos desta época possuíam fins comerciais.

Destaca-se o crescimento das coleções e a dificuldade de controle pelo conservador, sendo necessária a documentação, que facilitou o conhecimento dos objetos e sua difusão ao público, bem como a necessidade de estudo aprofundada da disposição dos objetos e sua ordenação. Esta reorganização foi percebida a partir das descrições dos viajantes, ricos catálogos que traduziam essa nova disposição, mais racional, dos objetos (MARÍN TORRES, 2002).

No século XIX prevaleceu o conceito de museu enciclopédico, centralizador do conhecimento e a necessidade de coleções mais detalhadas. Manteve-se a publicação de catálogos de vendas (muito forte no século XVIII) e os inventários, enquanto a documentação museográfica tornou-se imprescindível para a gestão do museu, de tal forma que levou a estudos para sua normalização na segunda metade do século.

A preocupação com a normalização e a uniformidade ganhou força no século XX nas associações nacionais de museus, referentes à elaboração de inventários, catálogos e guias. Posteriormente à primeira guerra mundial, criou-se em 1927, o OIM, também preocupado com as técnicas documentais museológicas, isto é, com a necessidade de padronização do processo descritivo museológico e o acesso às coleções.

Destaca-se nesse cenário, Henri Focillon (1925, apud MARÍN TORRES, 2002) que propunha a criação de um centro de documentação museológica internacional, reunindo a informação de todos os museus em um só lugar e possibilitando o intercâmbio de informação a partir de fichas de dados e da fotografia das obras. A proposta foi estudada e difundida por boletins publicados pela OIM. A ideia utópica deste museólogo era a criação de:

[...], um grande centro de informação a serviço de todos os museus, cujas funções básicas seriam a normalização de terminologias para a classificação realizada em colaboração com especialistas, anuários, a recoleção de catálogos, assim como um diretório de todos os museus do mundo. (MARÍN TORRES, 2002, p. 249, tradução nossa).

A cooperação internacional proporcionou soluções para problemas de higienização das coleções e administração. Contudo, não era tão fácil a questão da uniformidade documental, vista por alguns autores como impossível, ao considerar a heterogeneidade dos museus.

A primeira conferência realizada em 1927 apresentava três tipos de catálogos: guias, sumários e científicos. As discussões e trabalhos aprofundados foram publicados na revista pertencente à OIM, que ganhou uma seção específica para o projeto de unificação de catálogos. Embora o projeto tenha fracassado por falta de consenso entre os especialistas da área, trouxe como colaboração as melhores formas de elaboração de guias, inventários, catálogos e de gestão de coleções.

Em 1950 criou-se um Comitê Internacional de Documentação no ICOM, o CIDOC, que desde então, trabalha para a normalização documental e a informatização adequada nos museus, difundindo ideias concernentes a este sentido. Este comitê busca concentrar-se nas necessidades dos museus no contexto de diferentes especialidades e no estabelecimento de grupos categóricos para descrição de objetos (MARÍN TORRES, 2002).

Nos anos 1970 começou a se pensar em um tipo de uniformidade documental, com a fundação da organização nacional, o grupo IRGMA, dentro da Associação de Museus (voltado à recuperação da informação e o surgimento de sistemas tecnológicos).

O CIDOC iniciou-se em 1978, em uma reunião em Julita (Suécia), discussões de um conjunto de categorias de informações para objetos museológicos. Robert G. Chenhall e Peter Homulos apresentaram 16 categorias destinadas a identificar o objeto, realizar o registro histórico e informações para uso em inventários (CIDOC, 1995).

O advento das TIC trouxe novas tendências e exigiu dos museus adaptar-se a esta realidade, como sistemas de documentação que deixam de ser manuais para converter-se em sistemas de informação integrados e com maior complexidade. No período de 1980 a 1992 houve duas iniciativas do CIDOC:

[...] um Grupo de Trabalho Padrão de Dados que desenvolveu categorias de informação para coleções de arte e de arqueologia (Conselho Internacional de Museus, Comité Internacional de Documentação, 1992 e 1993) e um Grupo de Trabalho de Modelo de

Dados que projetou um modelo de dados de informação do museu (Conselho Internacional de Museus). (CIDOC, 1995, tradução nossa)

Em 1992, o CIDOC analisou o progresso destas iniciativas e identificou a necessidade de consolidação do trabalho anterior em boas práticas acessíveis e disponíveis. De 1993 a 1995 o Comitê voltou-se ao desenvolvimento de Diretrizes Internacionais para informação de objetos museológicos.

Em 1996, o CIDOC iniciou um trabalho para elaboração do CRM (*Conceptual Reference Model*), voltado à facilitação de integração, mediação e intercâmbio de informação de patrimônio cultural heterogêneo. O objetivo era trabalhar a abordagem orientada aos objetos, que contemplasse a complexidade e a diversidade cultural, sendo enviado a ISO (*International Organization for Standardization*) pedido para padronização, que foi aceito e publicado em 2000 como documento de trabalho²⁸ e, em 2006, tornou-se um padrão oficial²⁹ com a versão mais atual desse documento, sendo de 2015.

Em 2010, o CIDOC lançou o LIDO (*Lightweight Information Describing Objects*), um esquema voltado a fornecer metadados que pode utilizar para vários serviços online:

[...] desde o banco de dados de coleções on-line de uma organização até portais de recursos agregados, bem como expor, compartilhar e conectar dados na *Web*. Não se destina a ser usado como base para um sistema de gerenciamento de coleta ou para apoiar atividades de empréstimo e aquisição. A força do LIDO reside na sua capacidade de suportar toda a gama de informações descritivas sobre objetos do museu. Pode ser usado para todos os tipos de objetos, por exemplo, arte, arquitetura, história cultural, história da tecnologia e história natural. Suporta ambientes de portal multilíngues. Faz isso por ter um atributo de idioma que pode ser associado a cada elemento ou, em geral, ao grupo de elementos descritivos para recursos totalmente multilíngues. (LIDO, 2010, tradução nossa)

O LIDO substituiu o esquema *museumdat*, desenvolvido pela *German Museums Association* (Associação Germânica de Museus) que é a generalização do esquema *CDWA Lite* – desenvolvido no EUA pela *Getty*, a Associação de Recursos Visuais e outros historiadores da arte. O grupo de trabalho "*Data Harvesting and*

²⁸ ISO/TC 46/SC 4.

²⁹ ISO 21127: 2006.

Interchange", fundado em 2009 no CIDOC, foi responsável pelo agrupamento de informações e atividades no esquema LIDO, os quais estavam envolvidos em seu desenvolvimento o comitê consultivo da *CDWA Lite*, o grupo *museumdat* e os desenvolvedores do *SPECTRUM* – padrão de gestão de coleção do Reino Unido, desenvolvido pela *Collection Trust*. Esses esquemas e modelos serviram de base para o desenvolvimento do esquema LIDO. Sua estrutura é composta por 14 grupos informacionais, sendo três obrigatórios.

Além desses padrões, existem as normas de informação: **normas sobre sistema de informação** que definem elementos de sistema, meios de catalogação, gestão das coleções, pessoal, administração de museus, etc.; **normas sobre intercâmbio de informação** que se referem as ISO (*International Standard Organization*) e projetos de intercâmbio de dados como o CIMI (*Consortium for the Interchange of Museum Information*); **Normas sobre dados**, sendo a estrutura (campos para registrar a informação e sua relação), conteúdo (introdução dos dados com regras de catalogação e convenções) e valores (termos a serem utilizados); e **normas sobre procedimento**, operações em relação com a administração das coleções (registro, organização de movimento dentro e fora da organização) (MARTÍN TORRES, 2002).

4.2 O tratamento da informação no Arquivo

A informação nas instituições custodiadoras de patrimônios culturais necessitam de tratamento informacional para proporcionar o seu acesso à sociedade. Como pôde ser visto tanto no contexto arquivístico quanto museológico, a preocupação de organização sempre esteve presente nestas instituições, sendo modificada com o tempo a finalidade que os acervos eram voltados. Atualmente, em ambos os contextos, o patrimônio cultural foca-se na sociedade, a qual representa e proporciona o acesso à informação e conhecimento, sendo resultado disto, a inserção destas instituições no ambiente digital – principal mediador entre os acervos e a sociedade. Quanto ao tratamento da informação, as diferentes concepções de “coleções” refletem na sua abordagem de descrição (JOHNSTON; ROBINSON, 2002).

Os acervos de arquivo são compostos por fundos e coleções. Os fundos se definem como conjuntos de documentos coerentes oriundos de uma instituição ou

pessoa, sendo capaz de preservar a situação e a relação da entidade produtora, fixando a situação hierárquica e sua estrutura (HERRERA HERRERA, 1991). Os documentos arquivísticos diferenciam-se das outras instituições, pois “um item pode ser totalmente compreendido somente no contexto de sua relação com outros itens, sua agregação nos fundos, e a prática descritiva reflete isso” (JOHNSTON; ROBINSON, 2002, [não paginado], tradução nossa). Isto se deve devido aos princípios arquivísticos estabelecidos na área, responsável pelo agrupamento e separação dos diferentes fundos institucionais, o que garante a integridade dos conjuntos documentais.

De acordo com Herrera Herrera (1991, p. 32, tradução nossa): “o documento é parte de um todo estruturado que, isolado, não tem sentido, que seu interesse reside na relação com os documentos que o antecedem ou lhe seguem”, havendo uma sequência documental, fruto do desempenho de funções e realização de atividades contínuas da instituição.

As coleções são “conjuntos de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente” (DICIONÁRIO..., 2005, p. 52), sendo distinto por ser formado artificialmente e não há coerência de fundo – o documento não depende do conjunto documental e do contexto de produção para ser compreendido.

A organização do fundo reflete a estrutura hierárquica da instituição. Essa estrutura é construída a partir do princípio de proveniência ou procedência, sujeitando a condição do arquivo quanto a sua organicidade, determinante na classificação e ordenação (HERRERA HERRERA, 1991). Ainda, segundo a autora, a organização faz parte do processo documental, juntamente com a produção, transferência, descrição, seleção e recuperação, divididas entre pré-arquivística e arquivística.

A pré-arquivística corresponde à primeira fase, os arquivos correntes, prevalecendo os valores primários ou administrativos e legais; a arquivística refere-se à segunda fase ou intermediária, em que considera os valores primários e os secundários ou históricos e também a terceira fase ou permanente, que prevalece os valores secundários e os valores legais dos documentos. A primeira e segunda fase são os arquivos administrativos e a terceira corresponde aos arquivos históricos.

A produção envolve a normalização tipológica, voltada à simplificação; a transferência, a coordenação entre os serviços do produtor e o arquivo e a recolha da documentação; a organização volta-se à classificação e ordenação; a seleção é responsável por determinar o valor jurídico, administrativo e histórico, bem como, pela guarda permanente da documentação; a descrição representa os fundos, os níveis hierárquicos desenvolvidos na classificação e produz os instrumentos de pesquisa.

Neste contexto, destaca-se o processo de organização e descrição, sendo a segunda dependente da primeira. Herrera Herrera (1991) determina duas etapas: a primeira é a organização que abarca a classificação, seguida da descrição da inventariação e a segunda na organização aborda a ordenação, seguida da descrição com a catalogação. Entende-se que para a elaboração do inventário é necessário que o fundo esteja classificado, pois estabelece a relação entre os documentos e para o catálogo o acervo esteja ordenado, o que favorece para a localização da informação.

A descrição é compreendida como “conjunto de procedimentos” (DICIONÁRIO..., 2005) na representação dos conteúdos dos documentos, responsáveis pela produção dos instrumentos de pesquisa. O processo descritivo envolve a análise documental que supõe a identificação, leitura, resumo e indexação para que possa recuperar a informação – é a extração de elementos extrínsecos e intrínsecos dos documentos.

O instrumento de pesquisa permite a elaboração de catálogo, guia, índice, inventário, listagem descritiva do acervo, repertório e tabela de equivalência. De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 108) o instrumento de pesquisa é o “Meio que permite a identificação, localização ou a consulta documentos ou informações neles contidas. Expressão normalmente empregada em arquivos permanentes”. Cada instrumento de pesquisa diferencia-se no conteúdo que disponibiliza, na representação das agrupações e dos documentos arquivísticos, determinados pelos níveis descritivos, apresentado por Herrera.

Quadro 4. Equivalência entre níveis descritivos, agrupamentos documentais e Instrumentos.

Nível	Agrupamentos documentais	Instrumentos de descrição
I	Arquivo	GUIAS
	Fundo	
	Seção do Fundo	
	Seção de Arquivo	
II	Série Documental	INVENTÁRIOS
III	Objetos Singulares	CATÁLOGO
	Unidades arquivísticas	
IV		ÍNDICE

Fonte: (HERRERA HERRERA, 1991, p. 306, traduzida pela autora).

O catálogo na Arquivologia pode ser considerado desnecessário, visto que, demanda recursos e é um processo demorado, sendo indicado o inventário, que apresenta uma visão geral da estrutura e do conteúdo agrupados nas séries documentais. Contudo, percebe-se que com os sistemas digitais de representação da informação, como o AtoM, os acervos arquivísticos estão sendo descritos a nível de catálogo, objetos individuais, por exemplo, o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria³⁰. Neste sentido, o arquivo se assemelha com as bibliotecas e os museus, que se utilizam do catálogo para descrição dos objetos individualizados.

O inventário é um instrumento intermediário entre o guia que apresenta informação de forma geral e o catálogo que apresenta de forma exhaustiva a informação. Segundo Belloto (2006, p. 197) “descreve conjuntos documentais ou partes do fundo”, sendo um instrumento parcial, com descrição sumária. As operações “inventariar e catalogar são dois instrumentos totalmente diferentes que se realizam seguindo critérios e técnicas diferentes” (HERRERA HERRERA, 1991, p. 310, tradução nossa). Ainda, de acordo com a autora, o inventário possui uma função orientadora no fundo que o catálogo não possui, devido ao seu foco cronológico, espacial e temático, proporcionando uma visão global do fundo.

Os **guias** são responsáveis pela apresentação da instituição arquivística, dos fundos e coleções. O **inventário** é responsável por representar a totalidade dos conjuntos documentais e suas relações internas, sendo que para cada fundo há um inventário. O **catálogo**, por sua vez, é responsável por representar unitariamente o documento, o qual pode ser organizado a partir de critérios temáticos, cronológicos,

³⁰ Disponível em:

<http://web2.santamaria.rs.gov.br/arquivohistorico/sistema_descricao_documental/>. Acesso em: 20 mar. 2018.

onomástico ou toponímico, com a reunião de descrição individualizada do documento de forma sumária (sinteticamente) ou analítica (detalhadamente).

Para a descrição de um catálogo necessita a extração de dados internos (data, tipologia, autor, destinatário, assunto, língua), dados de localização e assinatura e dados externos que são circunstâncias matérias: número de folhas ou páginas, medidas, suporte, formato, selos, tipos de letras ou conservação, elementos gráficos. Destaca-se que a função do catálogo não é de substituir os documentos, mas fornecer informações que localizem o documento exato. Portanto, o resumo do assunto deve ser com precisão, clareza e concisão (HERRERA HERRERA, 1991).

Quanto à coleção que são formados de forma artificial “seu arranjo obedeceria a outros critérios, não mais ligados somente à fonte geradora, mas também ao conteúdo do documento” (MURGUIA; REGISTRO, 2005, p. 9). Neste sentido, entende-se que a organização não está restrita ao princípio de proveniência, pois não existe esta estrutura nas coleções artificiais, sendo agrupados por semelhanças, temáticas, por tipologias. Portanto, o profissional da informação ordena os documentos e cataloga-os para proporcionar o acesso à informação.

4.3 Normas Internacionais de descrição

Estes instrumentos de pesquisa estão sistematicamente estruturados a partir das normas internacionais de descrição arquivística. A ISAD(G) possui uma estrutura descritiva hierárquica, que torna possível desenvolver os instrumentos expostos no quadro de Herrera Herrera. A ISAD(G) é “um padrão permissivo que define um conjunto de elementos de dados para descrição arquivística” (JOHNSTON; ROBINSON, 2002, [não paginado], tradução nossa). Publicada em 2000, a versão em português, está organizada por áreas e composta por 26 elementos descritivos e seus campos descritivos se repetem em todos os níveis, sendo necessária a orientação sobre os elementos que pertencem aos inventários e os que são do catálogo, o que contribuirá para não haver repetições e redundâncias informacionais na descrição, na representação e na busca.

Para ambientes digitais, como o AtoM, desenvolveu-se um Padrão de Arquivo Descritivo (EAD- *Encoded Archival Description*)³¹ que codifica os instrumentos de pesquisa arquivísticas em XML, publicada em 1999 no Estados Unidos. Resultado de uma iniciativa de várias instituições norteamericanas, coordenada pela Sociedade de Arquivistas Americana para que a informação pudesse ser tratada e difundida mediante as TIC (CRUZ MUNDET, 2001). Segundo Johnston e Robinson (2002, [não paginado], tradução nossa), o EAD:

[...] oferece suporte à descrição, quer em nível de coleção ou em níveis mais baixos de detalhes, isto é, podem representar ambos, instrumentos de pesquisa unitários e hierárquicos. EAD foi projetado para capturar uma ampla gama de práticas descritivas e é suficientemente flexível para permitir a codificação de uma grande variedade de catálogos e inventários.

No momento de exportação, a partir desse esquema, torna possível tantos os dados descritivos dos documentos (catálogo), quanto o conjunto estruturado do fundo (inventário) sejam preservadas. Diferencia-se do *Dublin Core* neste sentido, sendo que em *Dublin Core* representa somente a página *Web*, não contempla a estrutura multinível, visto que é uma descrição de recursos de forma generalizada e voltado à interoperabilidade de dados da página. Neste sentido, acredita-se que torna mais trabalhoso a exportação de dados em *Dublin Core*, sendo realizado item por item.

Para a descrição da instituição, o ICA desenvolveu o ISDIAH, publicada em 2008. Esta norma é composta pelas seguintes áreas: área de identificação, área de contato, área de descrição, área de acesso, área de serviços, área de controle, relacionando descrições de instituições com acervo arquivístico a materiais arquivísticos e seus produtores.

Para autoridade, o ICA desenvolveu a ISAAR (CPF), voltado a descrição de pessoas produtoras de informação, publicada em 2004. Seus elementos descritivos são compostos pelas seguintes áreas: área de identificação, área de descrição, área de relacionamentos, área de controle, relacionando entidades coletivas, pessoas e famílias a materiais arquivísticos e outros recursos.

³¹ Disponível em: <<https://www.loc.gov/ead/>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

Por fim, para a descrição das funções e atividades desempenhadas dentro de uma entidade, o ICA publicou em 2007 a ISDF composta pelos seguintes elementos: área de identificação, área de contextualização, área de relacionamentos, área de controle, relacionando funções a entidades coletivas materiais arquivísticos e outros recursos.

Estas normas fragmentadas configuram o modelo descritivo padronizado para a interoperabilidade de dados entre instituições e sistemas digitais. Estas estão presentes no AtoM para a elaboração da descrição documental. Para a codificação dos elementos descritivos de pessoas produtoras de informação há o EAC³² (*Encoded Archival Context for Corporate Bodies, Persons, and Families*). Trata-se de um esquema XML, adotado como padrão pela Associação dos Arquivistas Americanos em 2011. Tanto a EAD quanto a EAC são utilizadas no AtoM para importação e exportação, assim como, o *Dublin Core* para descrições arquivísticas e o SKOS para as terminologias.

4.4 O tratamento da informação no Museu

Os acervos de museus são compostos por fundos museográficos. Esses fundos são constituídos por conjuntos de coleções curados pela instituição. A coleção é diferente da arquivística nas tipologias e composição. Segundo Johnston e Robinson (2002, [não paginado]) “os critérios utilizados para estabelecer o que constitui uma coleção pode variar”. Neste sentido, entende-se que esta variação acontece devido à heterogeneidade do patrimônio cultural. Hernández Hernández (2016, p. 115, tradução nossa) define as coleções como:

Objetos ou testemunhos materiais do homem e a informação que sobre ele se tem. Esta informação pode se conservar em forma de registros escritos, gráficos ou sonoros e todos eles possuem um grande valor documental, posto que nos ajudem a contextualizar os objetos.

A autora não desvincula o objeto de seu registro. Compreende-se que o patrimônio imaterial deve estar registrado de alguma forma para proporcionar um acesso ampliado, podendo formar também uma coleção de histórias, de danças, etc,

³² Disponível em: <<http://eac.staatsbibliothek-berlin.de/>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

como por exemplo, o Museu da Pessoa³³. Díaz Balerdi (2008, p. 97, tradução nossa), quanto ao patrimônio imaterial destaca que:

Ele trabalha com elementos físicos, mas sua aspiração transcende da mera contingência do material, o que, mais uma vez, põe em questão o ombriguismo que o caracteriza, sua auto-absorção e auto-satisfação, induzida pelo foco unívoco de seus esforços nos tesouros preservados. Estes devem ser preservados, ninguém duvida, mas não como um fim em si, mas como um meio para alcançar outros objetivos.

Este tipo de bem é tratado e mesmo sendo materializado, não perde sua característica e seus elementos. Os fundos museográficos são formados em decorrência do acúmulo, não de atividades desempenhadas, mas do simples ato de colecionar, visto que, Díaz Balerdi (2008) menciona a aproximação do desejo cumulativo a algo próximo do instutivo humano e de alguns animais, sendo que: “As coleções são fruto de pelo menos uma vontade individual que seleciona, adquire, conserva, enriquece e, eventualmente, expõe o resultado de suas preocupações, tendências e gostos pessoais” (DÍAZ BALERDI, 2008, p. 72, tradução nossa). Estas coleções em algum momento, possivelmente são destinadas a instituições museológicas, pelos colecionadores, doadores para sua preservação, as quais são institucionalizadas, tratadas e disponibilizadas a sociedade.

Segundo Hernández Hernández (2016), os objetos tendem a se degradar de suas condições originais e, à medida que o tempo passa dentro da instituição, aumenta a quantidade de dados e informações, resultado dos procedimentos que são submetidos – análise, restauração e pesquisa. Para começar, sua inserção na instituição leva a um processo de documentação que “se baseiam nos dados inerentes ao objeto e a informação que se adquire sobre eles: desenhos, planos, fotografias, informes, cartas e tramites de ingresso do objeto no museu, que constituem o registro dos fundos”. (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 2016, p. 116, tradução nossa).

Neste contexto, as instituições museológicas utilizam instrumentos para a elaboração da documentação, tais como, livros de registro, inventários e catálogos. Estes permitem que os museus se transformem em fontes de informação e de

³³ Museu da Pessoa. Disponível em: <<http://www.museudapessoa.net/pt/home>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

conhecimento, possibilitando aos profissionais e aos sujeitos informacionais o acesso à documentação.

A aquisição de objetos, segundo Santos (2000), desencadeia atividades a serem realizadas e processos museológicos para o tratamento do acervo como: documentos de aquisição; registro; catalogação; inventariação. O livro de registro é “um instrumento que protege o patrimônio do museu e oferece ao administrador um quadro exato das aquisições, depósitos e alienações” (SANTOS, 2000, p. 54).

O inventário é o mais importante dos instrumentos descritivos. Trata-se de “um instrumento legal de garantia de guarda do patrimônio de um museu e dos depósitos que lhe são confiados (objetos em comodato) e oferece um quadro exato das aquisições, depósitos e alienações realizados pela instituição” (SANTOS, 2000, p. 84). Entende-se que proporciona uma visão geral do que se tem de acervo, favorecendo para a relação quantitativa de objetos, sendo um instrumento de controle e de segurança.

Inicia-se fazendo um levantamento de objetos no livro de registro, seguida da conferência na reserva técnica e a revisão da documentação de aquisição, composto dos seguintes elementos (SANTOS, 2000, p. 85):

- Numeração corrida;
- Número de registro;
- Nome ou título do objeto;
- Técnica ou material;
- Data (época);
- Autor (ou marca ou fabricante).

Observa-se que assim como no contexto dos arquivos, o inventário apresenta uma quantidade exata de documentos presentes nas séries e uma visão geral do fundo, no contexto museológico, assemelha-se a partir do momento que fornece a quantidade exata de objetos e uma visão geral do acervo pertencente à instituição.

Os catálogos desenvolvidos nos museus descrevem os objetos de forma individual, principalmente se for feita em sistemas de gerenciamento de coleção (JOHNSTON; ROBINSON, 2002), semelhante ao que ocorre nos Arquivos. De acordo com Hernández Hernández (2016, p. 126, tradução nossa):

Os registros de catálogo permitem o acesso mais direto à documentação. Pode se elaborar diversos catálogos segundo as necessidades e características de cada museu: de autores, depósitos,

classificação geral, etc. No entanto, o catálogo topográfico ou de localização dos objetos e a classificação genérica são muito úteis.

Neste sentido, além dessas possibilidades de agrupamentos, pode ser feito a partir da coleção coletada por um indivíduo e doado para o museu. Há também o desenvolvimento de conjuntos que podem possuir subconjuntos com relações complexas: “uma coleção definida por assunto ou tipo de objeto pode incluir subconjuntos de itens das coleções de vários doadores. As coleções de museus podem abranger as participações de várias Instituições” (JOHNSTON; ROBINSON, 2002, [não paginado], tradução nossa) – são, por exemplo, agrupamentos por assuntos, tipo ou forma de objetos, técnicas de produção, etc., dependerá dos critérios estabelecidos pelas instituições segundo seus objetivos. Essa situação pode acontecer nas coleções artificiais existentes nos arquivos.

No tocante a informação, Padilha (2014) destaca a facilidade de recuperar informações intrínsecas ao objeto, pois se refere à descrição física, sendo mais difíceis as informações extrínsecas, como contexto de produção, sendo necessário recorrer a outras fontes e que nem sempre são encontradas ou não foram registradas. A extração dos elementos intrínsecos, segundo Pearce (1994), se restringe a observação do objeto em si, partindo de detalhes mais gerais para os específicos. Para isso

A terminologia deve ser tão precisa quanto possível; os termos técnicos estão bem desde que possam ser entendidos. O analista deve, no entanto, continuamente se proteger contra a intrusão de pressupostos subjetivos ou conclusões derivadas de outra experiência. (PEARCE, 1994, p. 134, tradução nossa)

Observa-se que necessita de uma competência em leitura visual do objeto, oriunda da leitura imagética. Dondis (2003, p. 3) salienta que “As conotações são multilaterais: da identificação de objetos simples ao uso de símbolos e da linguagem para conceituar, do pensamento indutivo ao dedutivo”. Devido ao ensino voltar-se ao ensino da linguagem escrita, a linguagem visual “não dispõe de um conjunto de normas e preceitos, de metodologia e de nem um único sistema com critérios definidos, tanto para a expressão quanto para o entendimento dos métodos visuais” (DONDIS, 2003, p. 15).

Entre os primeiros elementos estão às **dimensões físicas**, material e articulação do objeto. Em seguida os elementos descritivos de **identificação do**

material, como são usados e o padrão de sua distribuição em todo o objeto, e por fim, os caminhos em que os materiais são colocados juntos na fabricação do objeto, a articulação deve ser anotada. Posteriormente, realiza uma análise do conteúdo, referente ao assunto a ser representado; a análise da forma ou configuração do objeto, sua característica visual, a partir da organização bidimensional e tridimensional de linhas e áreas; e outros elementos formais, tais como cor, luz, textura, entre outros elementos observados (PEARCE, 1994).

Neste contexto, afirma-se a importância da aprendizagem da linguagem visual para a descrição de objetos museológicos e até mesmo de determinados patrimônio imateriais, que são registrados em audiovisuais ou em forma de registros imagéticos.

Estas informações são introduzidas na documentação de museus. Para Santos (2000, p. 92) “O objeto não é uma obra ao acaso, ele aparece em um contexto, é o testemunho de alguma coisa e de qualquer indivíduo ou técnica, forma, função e muitas outras coisas e em diversos níveis”, portanto, apresenta a pesquisa museológica importante para preencher as lacunas existentes nas descrições, servindo de subsídios para a catalogação, fazendo dos objetos documentos informacionais.

Para auxiliar na coleta informacional, o CIDOC buscou elaborar instrumentos de procedimentos de entrada de um objeto no Museu, publicando em 1993 o *Registration step by step*³⁴. Define as atividades a serem realizadas pelos profissionais da instituição museológica, sendo produzidos os seguintes documentos de acordo com o fluxo de trabalho:

Recibo – documento original entregue a pessoa que trouxe o objeto ao museu ficando uma cópia com o museu, contendo: uma breve descrição do objeto; data de entrada; nome e assinatura do funcionário do museu; nome, endereço e assinatura da pessoa que trouxe o objeto.

Livro de Registro – documento que registra a entrada do objeto no museu com páginas numeradas e contém: número provisório (sequencial); data de chegada; nome e endereço do proprietário ou pessoa que trouxe o objeto (se não um

³⁴ Disponível em:

<http://netwok.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/cidoc/DocStandards/CIDOC_Fact_Sheet_No_1.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

funcionário do museu); identificação (palavra-chave do objeto ou breve descrição); motivo da entrada; local de armazenamento temporário; nome do funcionário que recebeu o objeto no museu.

Estes dois documentos atuam como elemento para uma triagem, pois ainda que tenha sido registrado, não significa que já faz parte da instituição. Neste sentido, a orientação do CIDOC, após estes dois passos é definir o destino do objeto, que pode ser três: não fazer parte da coleção da instituição, ser aceito como empréstimo ou tornar-se propriedade do museu.

No primeiro caso, inserido no mesmo registro a data de retorno, motivos, nome e endereço destino do objeto, nome do responsável pelo registro. No segundo, empréstimo a curto prazo, é registrado e descartado com o vencimento do termo de empréstimo; a longo prazo, recebe um número de empréstimo único, anotado no livro de registro, seguindo o próximo passo. O terceiro, ao se tornar propriedade do museu deve ser inventariado com numeração única, que o rotula.

Formulário de registro – documento composto por dados do objeto, sendo estruturado nas seguintes seções: nome da instituição, número de inventário, palavra-chave do objeto, breve descrição e/ou título, aquisição/adesão, método, adquirido/aderiu de (pessoa/instituição), data e localização permanente.

Este formulário pode ser acrescentado e adaptado segundo a necessidade da instituição tais como: “material/técnica, medidas, localização temporária, condição, cultural e/ou referência histórica, referências de história natural, site, produção (artista, data), preço, número de foto (negativo), manuseio, conservação, notas, etc.” (CIDOC, 1993). Os dados devem utilizar terminologias controladas, o que não se aplicam muito em casos como da breve descrição, título e notas.

Fotografia do objeto – documento imagético do objeto: o número deve registrar no formulário.

Após esses documentos, são armazenados no local físico permanente, inserindo os dados no formulário. A documentação por questão de segurança necessita de uma cópia fora do museu, mas ter documentos com valor legal como prova de propriedade do objeto. Por fim, orientam que seja elaborado um índice para possibilitar o acesso à informação (CIDOC, 1993).

Quanto à catalogação, com o desenvolvimento de sistemas com as TIC para a descrição dos objetos, acentua-se a necessidade de utilização dos modelos descritivos padronizados para intercambiar dados e agregação do patrimônio cultural heterogêneo, além de proporcionar o acesso à informação. Destaca-se o CRM do CIDOC e o esquema LIDO – mapeiam os metadados estabelecidos pela instituição para ser publicado e publicam os dados, como na Europeia³⁵.

Estas iniciativas buscam orientar uma descrição de forma padronizada, bem como, os elementos possíveis de serem extraídos dos patrimônios culturais. Entende-se que os profissionais devem buscar tanto a utilização das normas, mas também da literatura, pois facilita o processo de descrição dos objetos, sendo mais minuciosa e trabalhosa que os documentos arquivísticos. Isto se deve pelo fato de envolver outras competências como a capacidade de realizar a leitura visual dos objetos para descrevê-los.

4.5 Síntese do Capítulo

Nesse capítulo, apresentou-se a mudança de perspectiva na descrição em ambos os contextos arquivístico e museológico, deixando de ser vista como produto para ser um processo de representação da informação, evidenciaram-se os modelos conceituais RiC do ICA e o CRM do CIDOC e suas características.

Quanto ao tratamento da informação, recuperou-se a composição dos acervos arquivísticos e museológicos, sua organização e o processo de descrição de ambas as áreas, apresentando por fim, as normas e padrões utilizados na descrição do patrimônio cultural. Neste sentido, observou-se que devido à característica específica dos arquivos, justifica seu processo descritivo.

Nos museus ocorre à produção de documentação, em que estão presentes os instrumentos de pesquisa. A documentação museológica pode ser compreendida como parte do acervo arquivístico, uma vez que tem valor legal e que são documentos gerados a partir das atividades envolvidas no processo de musealização do patrimônio cultural, tais como, termo de compra ou doação, inventário, livro de registro e outros documentos que garantam a seguridade da

³⁵ Disponível em: <<https://www.europeana.eu/portal/en>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

custódia do acervo museológico. No contexto histórico da produção documental museológica identificaram-se o desenvolvimento dos instrumentos descritivos desde o início dos museus e a busca por padronização e normalização na descrição e representação informacional.

Ambos mantêm procedimentos próprios de sua área, mas identificaram-se semelhanças nos instrumentos de pesquisa, quanto à finalidade de utilização e as informações que apresentam. Tanto no arquivo, quanto no museu, o catálogo trabalha os itens informacionais unitariamente.

Enfim, os arquivos e museus são instituições com acervos únicos e heterogêneos. Existem vários tipos de arquivos e museus e seu tratamento diferenciam os procedimentos técnicos para o tratamento do acervo. Ambos têm a mesma finalidade: proporcionar o acesso à informação, conhecimento e ao patrimônio cultural complexo.

5 SISTEMA ACCESS TO MEMORY (ATOM)

Neste capítulo, busca-se descrever o sistema Access to Memory (AtoM) a partir de uma imersão e exploração participativa na sua aplicação. São apresentadas suas características, com destaque para sua flexibilidade em vários sentidos para garantir o acesso às informações nele registradas de forma eficiente e eficaz.

Recupera-se o processo de desenvolvimento do sistema e o investimento para sua caracterização como software *open source*, livre e gratuito. Apresenta-se a interface do AtoM de forma sucinta, o procedimento descritivo no sistema e os vários caminhos para a realização da descrição. Destaca-se o uso de normas arquivísticas internacionais nos modelos descritivos do AtoM para documentos, autoridade e instituições.

Realiza-se uma comparação com as 22 categorias das Diretrizes do CIDOC (de 1995) e os modelos descritivos existentes no AtoM, sendo apresentadas as respostas do sistema aos metadados da diretriz. Posteriormente, compara-se o AtoM com o esquema LIDO (de 2010) e destacam-se os elementos não contemplados pelo sistema, visto a utilização do LIDO voltado a coleta, exportação e publicação dos metadados.

5.1 As características do AtoM

O AtoM é um sistema de representação da informação documental via descrição arquivística, criado para promover um ambiente de acesso com base em normas arquivísticas internacionais. Sua sigla "AtoM" (*Access to Memory*) descende do ICA-AtoM – *International Council on Archives* (ICA) –, como era chamado em suas versões anteriores.

Este sistema possui as seguintes características: utilização de metadados arquivísticos para representar e apresentar a informação; é um software *open source* e gratuito que possibilita seu uso por qualquer instituição pública ou privada, arquivísticas ou não; é *beta perpetuo* o que permite que seu *Design* seja atualizado e aperfeiçoado com a colaboração e o *feedback* da comunidade que o utiliza; é multilíngue, sendo possível a alteração de sua interface para outros idiomas; é um sistema criado para ambiente *Web* e possui um *design* voltado à interoperabilidade –

passível de comunicar-se com outros sistemas; é multi-repositórios e pode ser utilizado para aceitação e agregação de descrições de outras instituições em seu sistema, como o Arquivo Nacional do Brasil tem feito; utiliza *plugins* para os modelos descritivos padronizados, o que permite a inserção de mais normas internacionais, tanto arquivística quanto de outras áreas.

Neste sentido, percebe-se que o sistema é flexível e contribui para que haja acesso e re-uso da informação, um direito da sociedade. O paradigma vigente, de acesso amplia o paradigma anterior, o custodial, legitimando-o e reforçando que tanto a preservação quanto o acesso são importantes no ambiente físico e no digital. Nesta ampliação, é possível utilizar o AtoM convergentemente com o Archivematica (sistema de preservação digital) – prepara as imagens digitalizadas no tamanho aceitável pelo AtoM, além de preservar a informação a longo prazo.

5.2 Desenvolvimento do Sistema

O projeto do AtoM se iniciou em 2003 com a publicação do Requerimento Funcional para um Sistema Informacional de Pesquisa Arquivística (OSARIS)³⁶, realizada pelo Comitê de Tecnologia de Informação do ICA, dirigida por Peter Horsman (de *Netherlands Institute for Archival Education Research*). Esse requerimento tinha por finalidade ser utilizado como base para a aplicação de descrições arquivística *open source* (VAN GARDEREN, 2009).

Em 2005, a Força Tarefa de Direitos Humanos do ICA foi responsável pelo desenvolvimento de um guia de pesquisas arquivísticas relacionado à violação de direitos humanos, sendo concedidos 45,000 Euros pelo Programa de Informação para Todos (IFAP) da UNESCO. A criação e uso de software *open source* foi um dos critérios para o guia online, incentivado ativamente pelo IFAP. Ao seguir o OSARIS, Peter Horsman destaca que o *software* deve seguir as normas internacionais de descrição do ICA (VAN GARDEREN, 2009).

Em 2006, Van Garderen e sua equipe da empresa *Artefactual System* desenvolveram o primeiro protótipo do *software* e o Congresso de 2008 foi o marco histórico do primeiro lançamento do *software* nomeado ICA-AtoM. Em Setembro de

³⁶Functional Requirements for an Open Source Archival Resource Information System (OSARIS)

2006, a segunda versão do protótipo do *software* ficou pronta e foi apresentada a UNESCO. Contudo, para que o *software* em sua versão *beta* completa fosse apresentado no Congresso do ICA em 2008, necessitava de tempo e recursos financeiros. Van Garderen continuou seu trabalho no projeto de arquivo *Web* para o Grupo de Arquivos do Banco Mundial que contribuiu com 8,000 Euros para a empresa continuar o trabalho de desenvolvimento e *design* do próximo lançamento *alpha* do ICA-AtoM (VAN GARDEREN, 2009).

Em 2007, no encontro realizado no escritório da Secretaria do ICA voltado a revisão do lançamento *alpha* 0.3, a *Duth Archiefschool* comprometeu-se em contribuir com 100,000 Euros para o desenvolvimento da próxima fase do *software*. A Direção dos Arquivos da França adicionou mais 30,000 Euros no projeto, o que favoreceu ao grupo de desenvolvimento trabalhar o tempo todo no *software* e contratar mais um programador e arquivista para teste e elaboração do primeiro manual do usuário. Esse adicional proporcionou que fosse entregue a versão 0.5 e apresentado aos membros do ICA no encontro CITRA em Quebec, no final de 2007 (VAN GARDEREN, 2009).

Neste encontro, Van Garderen apresentou, a pedido da secretária geral do ICA, o orçamento para a finalização do desenvolvimento e lançamento do ICA-AtoM versão *beta* 1.0 em 2008, sendo de 167,500 Euros ao considerar o acréscimo de recursos humanos para desenvolvimento, testes e documentação das atividades. O Diretor do Centro de Documentação e Pesquisa dos Emirados Árabe Unidos, Abdullah Al Reyes, comprometeu-se em financiar esta versão ao enxergar, assim como o vice-presidente de marketing do ICA, o potencial do ICA-AtoM de promover a difusão do ICA no mundo todo. (VAN GARDEREN, 2009)

2008 foi o ano do lançamento do *software* na sua versão *beta* 1.0 no Congresso do ICA com dois *workshops* para os utilizadores e um para os administradores do sistema. (VAN GARDEREN, 2009). Em 2013, o ICA-AtoM foi reprojetoado, redesenhado, disposto em um novo site, reescrito sua documentação e seu nome simplificado para AtoM (Access to Memory). Trata-se da versão 2.0 que contou com o apoio do ICA para seu desenvolvimento. Isto se deve a descoberta de problemas no desempenho e na escalabilidade de índices de pesquisa na versão 1.3.1. A nova versão recebeu novos recursos, melhorias no desempenho e na escalabilidade, sendo desenvolvido sob um *Qubit* composto por um conjunto de

ferramentas de gerenciamento de informações genéricas, passível de ser utilizado para diversas aplicações *Web*. Também este *Qubit* pode ser utilizado em arquivos e bibliotecas, mas com potencial de ser modificado para outras finalidades (GILLEAN, 2015, [online]).

Para a criação do AtoM foram utilizadas várias linguagens e ferramentas de código aberto e *software* livre, sendo disponibilizado com a licença e ideologia GNU AGPL - *General Public License* (Licença Pública Geral Affero GNU). Isto implica que, além de possuir o código aberto e ser editável gratuitamente, o sistema é livre para ser utilizado para qualquer finalidade: estudado, aperfeiçoado, modificado e redistribuído (modificado ou não).

5.3 Interface e funcionamento do AtoM e o processo de descrição

O AtoM possui dois temas para seu *layout* de interface, a ser selecionada pelo administrador. A criação de grupos e seus privilégios estabelecidos interferem na disponibilização de caixas, ícones e as respectivas ações no sistema. Estes perfis são uma forma de controle dos utilizadores e a segurança de não haver perdas informacionais. O sistema, ao ser instalado, já se encontra com os seguintes grupos: tradutores, colaboradores, editores e administradores. Há a possibilidade de se criar mais grupos de pessoas e determinar os privilégios que restringem suas ações.

Algumas caixas são padrões para todos os grupos: *login*, ligações rápidas, idioma, *clipboard* no lado direito e pesquisa global e navegar, no lado esquerdo da página. A caixa *login* permite aos que tem acesso ao sistema entrar a partir do seu *email* e senha. As ligações rápidas, a partir do ícone 'início', dão acesso à página inicial do AtoM, o ícone 'sobre' refere-se as informações sobre a instituição e a 'ajuda' possibilita instruir-se a partir das informações disponibilizadas e do manual do AtoM. O ícone com a imagem de um 'globo' muda-se a interface para outros idiomas, o *clipboard* permite a seleção dos fundos e coleções em uma área de transferência, e a pesquisa global e navegar são recursos para buscas de informação, por palavras-chave ou por navegação.

A descrição no AtoM é multinível, o que permite em um mesmo ambiente a realização e apresentação das descrições, desde a instituição custodiadora até o item informacional. A finalidade deste sistema é o acesso, sendo que descrição dá significado ao objeto (ou informação) e facilita o acesso informacional.

São convergidas no AtoM as informações de todos os níveis de descrição, composto pela junção de metadados e informações referentes ao acervo, à instituição, produtores, estado de conservação dos objetos, localização física do acervo e classificação. Também a convergência na interface acontece entre os modelos descritivos e as imagens, os vídeos ou áudio.

O AtoM segue a modelo descritivo da norma ISAD(G), para descrever o objeto digital, que tem uma estrutura multinível e hierárquica no procedimento descritivo informacional. Contudo, o sistema proporciona a descrição dos itens sem hierarquização. A descrição hierarquizada pressupõe que o acervo já esteja classificado e é feita a descrição segundo esta organização, do geral para o específico.

Figura 1. Modelo descritivo de objeto digital no AtoM.

Fonte: AtoM demo³⁷.

O modelo descritivo do AtoM é mais amplo que a norma ISAD(G), pois inclui outras normas descritivas.

Quadro 5. Elementos descritivos do AtoM.

Zonas	Ementos	Sub-elementos
zona de	Identificador	

³⁷ Disponível em: <https://demo.accesstomemory.org/sfIsadPlugin/edit?sf_culture=pt>. Acesso em: 20 set. 2017.

identificação	Título	
	datas (tipo)	
	nível de descrição	
	adicionar níveis inferiores	(identificador
		Nível
	Título	
	datas do recurso relacionado	
zona de contexto	nome de produtor (s)	
	entidade detentora	
	história do arquivo	
	fonte imediata de aquisição ou transferência	
zona do conteúdo e estrutura	âmbito e conteúdo	
	Avaliação	
	seleção e eliminação	
	ingressos adicionais	
	sistema de organização	
zona de condições de acesso e utilização	condições de acesso	
	condições de reprodução	
	idioma do material	
	script do material	
	notas ao idioma e <i>script</i>	
	características físicas e requisitos técnicos e instrumento de descrição	
zona de documentação associada'	existência e localização de originais	
	existência e localização de cópias	
	unidades de descrição relacionadas	
	notas de publicação	
zona das notas'	Notas	
pontos de acesso'	Assuntos	
	Locais	
	gênero e assuntos [autores]	
zona de controle da descrição	identificador da descrição	
	identificador da instituição	
	regras e convenções	
	Estatuto	
	nível de detalhe	
	data de criação	
	revisão e eliminação	
	línguas e escritas	
	<i>script(s)</i>	
fontes e notas do arquivista		
zona de administração	língua original	
	esquema padrão de exibição	

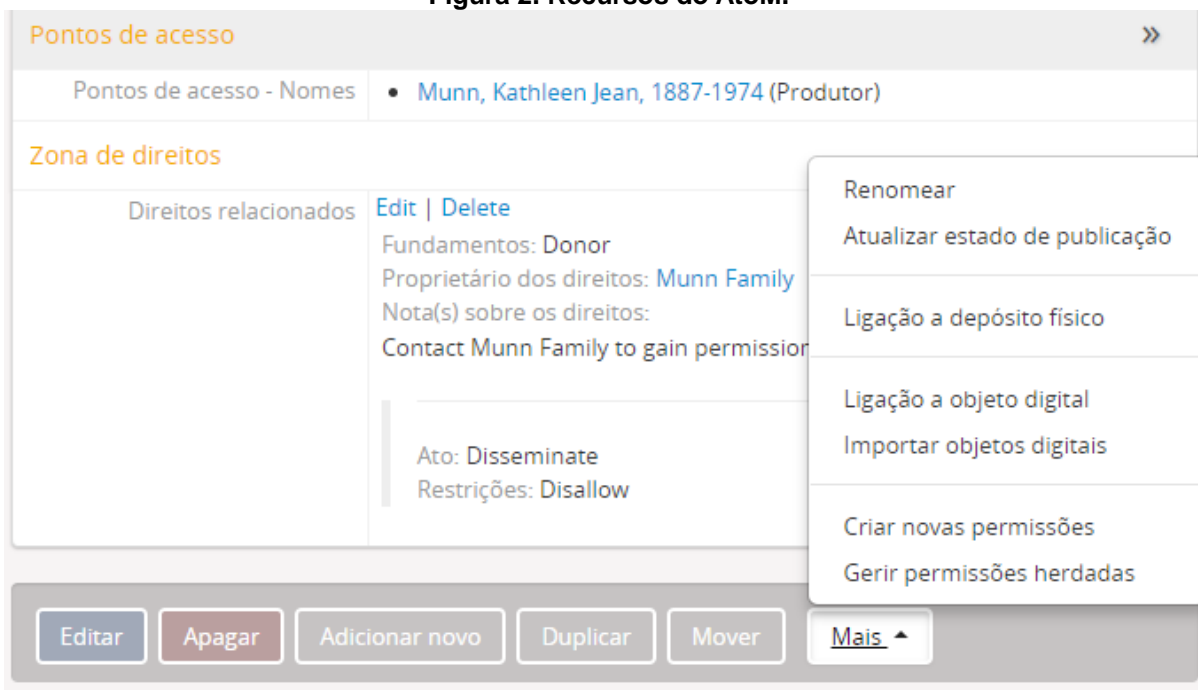
Fonte: elaborada pela autora.

Uma determinada coleção ou fundo é passível de ser visualizada a partir do 'esquema padrão de exibição', em uma norma diferente da que foi pré-configurada no sistema para descrição, por exemplo, a coleção do Museu da FCC está toda descrita em ISAD(G), mas pode-se programá-la para aparecer em RAD ou outra norma, e mais, que esta seleção também funcione para as descrições dependentes (subcategorias e itens).

Entende-se que esta possibilidade contribui para o patrimônio heterogêneo, uma vez que, se uma norma não for suficientemente para representar uma coleção, seleciona-se outro modelo descritivo que possa descrever de forma eficiente. Esta disponibilidade de modelos descritivos é possibilitado pelos *plugins* instalados no AtoM. No contexto museológico, a inserção de modelos descritivos voltados para acervos de museus, atenderia sua necessidade representacional, conjuntamente com os demais modelos padronizados.

Na descrição do fundo ou coleção é possível a adição de grupos subordinados de duas maneiras, dentro do modelo descritivo ou fora dele. A primeira alternativa, a adição acontece no campo ‘adicionar níveis inferiores’ presente no modelo descritivo - seguindo a classificação realizada no acervo. Também pode ser adicionada posteriormente, na barra inferior do modelo descritivo, no ícone ‘adicionar novo’ que pode ser inserida uma nova descrição – esta como nível inferior subordinada ao fundo.

Figura 2. Recursos do AtoM.



Fonte: AtoM demo.³⁸

³⁸ Disponível em: <https://demo.accesstomemory.org/test-for-big-upload;isad?sf_culture=pt>. Acesso em: 20 mar. 2018.

Além desta função, o AtoM oferece outros recursos que podem ser utilizados conjuntamente ao modelo descritivo, tais como: editar, apagar, duplicar, mover, atualizar estado da publicação, ligação ao depósito físico, ligação ao objeto digital, importar objetos digitais, criar novas permissões e gerir permissões herdadas.

O ícone ‘apagar’ possibilita a exclusão da descrição realizada; ‘duplicar’ replica a descrição, solicitando a edição de um código unívoco no ‘identificador’; ‘renomear’ muda o título da descrição, apresenta o título atual e o campo para edição do novo título; ‘atualizar o estado da publicação’ modifica o estado da publicação, de preliminar para publicado e vice-versa; ‘ligação ao depósito físico’ utiliza-se para acervo original em formato papel – insere-se a unidade de instalação já registrada, ou criar uma nova unidade de instalação com nome, localização e tipo (caixa, caixa *hollinger*, caixa de papelão, mapoteca, pasta, armário ou prateleira).

A ‘ligação ao objeto digital’ permite transferência da imagem do objeto digital por meio do *upload* e ligação para um objeto externo com a inserção da *URL*; ‘importar objetos digitais’ proporciona a importação de múltiplas imagens de objetos digitais; ‘criar novas permissões’ trabalham-se questões de direitos autorais e a ‘gestão de permissões’ permite selecionar se a permissão se aplicará nos níveis dependentes. Alguns desses campos foram explorados na comparação da diretriz do CIDOC com o modelo descritivo do AtoM, a ser abordado mais adiante.

Na descrição sem hierarquia (não multinível) não há uma classificação pré-estabelecida no acervo. Contudo, os itens devem ser organizados posteriormente pelo administrador, seguindo um critério para não ficarem dispersos. Destaca-se que esta funcionalidade aplica-se melhor em coleções, pois a classificação é importante para a compreensão do fundo e seu contexto de produção. O ícone ‘mover’ permite esta organização, transferindo as descrições para uma categoria ou nível superior que estão subordinadas.

Para a descrição de entidade custodiadora utiliza-se a um modelo descritivo com os metadados da norma ISDIAH de 2008 e para a descrição de autoridade a da norma ISAAR(CPF) de 2004, ambas elaboradas pelo ICA. A descrição de entidade é composta por: área de identificação, zona de contato, área de descrição, área de acesso, áreas de serviços, zona de controle, pontos de acesso. A descrição de autoridade é composta por: zona de identificação, área de descrição, área de

relacionamento, ponto de acesso e zona de controle. Por fim, existe a descrição de taxonomias que permite a construção de ontologias e vocabulário controlado.

Figura 3. Modelo descritivo de taxonomia.

Termo

[Área de elementos](#)

[Relações](#)

Cancelar Criar

Fonte: AtoM do Museu da Unesp de Marília³⁹.

A 'área de elementos' possuem os seguintes campos: taxonomia, nome, usado por, código, nota(s) de âmbito, nota(s) de fonte, mostrar nota(s). Nas relações: termo genérico, termo(s) relacionado(s), converter termo, adicionar novos termos específicos. A primeira, área de elementos, permite a produção de um vocabulário controlado e a segunda a elaboração de um tesouro com termos genéricos, específicos e relacionados. Este modelo descritivo é importante, pois é responsável pela facilitação do acesso com eficiência e eficácia.

Há também a possibilidade de descrição das funções no AtoM, normalizado pela ISDF, publicada em 2007 pelo ICA – são as funções exercidas nas instituições. O modelo descritivo desta norma é composto por área de identificação, zona de contexto, área de relacionamento e zona de controle. Acredita-se que esta norma pode ser utilizada para descrição das funções dos autores no contexto museológico.

5.4 O modelo descritivo das Diretrizes de Informação para Museus do CIDOC e os modelos descritivos do AtoM

Foi realizada uma comparação entre o modelo descritivo do AtoM e o modelo descritivo das Diretrizes de Informação para Museus do CIDOC de 1995⁴⁰, composta

³⁹ Disponível em: <<http://atom.marilia.unesp.br/index.php/term/add>>. Acesso em: 20 set. 2017.

⁴⁰ Sistema Estadual de São Paulo. Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de informação do

por 22 categorias. Identificaram-se os metadados do AtoM que podem corresponder aos elementos das diretrizes do CIDOC.

Quadro 6. Diretrizes do CIDOC e AtoM.

CIDOC		ATOM	
Áreas de Informação CIDOC	Metadados CIDOC	Metadados ATOM	Modelo descritivo No ATOM
1 - Informação de Aquisição	Meio de aquisição	Tipo de aquisição	Modelo descritivo de registro de ingresso de acervos
	Data da Aquisição	Aquisição – data	
	Fonte de Aquisição	Fonte imediata de aquisição	
2 - Informação sobre a condição	Condição	Condição física	
	Resumo da condição		
	Data da condição	Condição física – Possibilidade	
3 - Informação de transferência e eliminação	Data da transferência	Data do recurso relacionado-data de transferência	Registro de Transferência
	Data da eliminação	Avaliação, eliminação e temporalidade	ISAD(G)
	Método de eliminação		
	Destinatário de eliminação		
4 - Informação de descrição	Descrição Física	Âmbito e Conteúdo	ISAD(G)
	Status da amostra	Ponto de acesso	
5 - Informação da Imagem	Tipo de imagem	Metadados da imagem	Campos descritivos da imagem
	Número de referência da imagem	Metadados da imagem	Edição do objeto digital
6 - Informação da Instituição	Nome da instituição	Forma autorizada do nome	ISDIAH
	Nome da subdivisão da instituição	Estrutura administrativa	
	Endereço da Instituição	Zona de contato	
	País da Instituição		
7 - Informação da localização	Localização Atual	Unidade de instalação (com observação)	Ligação ao depósito físico
	Tipo de localização atual	Tipo (inserir termos museológicos)	

	Data da localização atual	Suprido com campo de data	ISAD(G)
	Localização normal	Unidade de instalação	Ligação ao depósito físico
8 - Informação de inscrição e marca	Texto da inscrição/marca	Não possui campo específico	Criar zona de inscrição/marca Na ISAD(G)
	Tipo de inscrição/marca		
	Descrição de inscrição/marca		
	Técnica de inscrição de inscrição/marca		
	Posição de inscrição/marca		
	Linguagem da inscrição/marca		
	Tradução da inscrição/marca		
9 - Informação de Material e técnica	Material	Dimensão e suporte/âmbito e conteúdo/ ponto de acesso - (gênero)	ISAD(G)
	Técnica	Âmbito e conteúdo	
	Descrição da parte ou componente		
10 - Informação de medidas	Dimensão	Dimensão e suporte	ISAD(G)
	Medida		
	Medida Unitária		
	Parte medida		
11 - Informação de objeto associado	Lugar associado	Ponto de acesso- Lugar (especificar em notas do lugar)	ISAD(G)
	Data associada	Data	ISAD(G)
	Nome da pessoa/grupo associado	Nome do produtor(s)	ISAAR (CPF)
	Tipo de associação	Nome do produtor(s) - seguido da associação	ISAAR (CPF)
	Função original	Âmbito e Conteúdo	ISAD(G)
12 - Informação da coleta dos objetos	Lugar da coleta	Ponto de acesso- Lugar (especificar em notas do lugar)	ISAD(G)
	Data da coleta	Data	ISAD(G)
	Coletor	Nome do Produtor - seguido da especificação	ISAAR (CPF)
	Método de coleta	Âmbito e Conteúdo	ISAD(G)
13 - Informação da entrada do objeto	Proprietário atual	Nome do Produtor - seguido da especificação	ISAAR (CPF)
	Depositante	Nome do Produtor - seguido da especificação	ISAAR (CPF)
	Data de entrada	Data de Aquisição	Modelo descritivo de registro de ingresso de acervos
	Número de entrada	Número de incorporação	
	Razão de entrada	Não possui campo específico	

14 - Informação do nome do objeto	Nome do objeto	Não possui campo específico	Inserir na ISAD(G)
	Tipo de nome do objeto		
15 - Informação do número do objeto	Autoridade do nome do objeto	Nome do Produtor - seguido da especificação	ISAAR (CPF)
	Número do objeto	Código de referência	ISAD(G)
	Tipo de número do objeto	Identificadores alternativos	
16 - Informação da Produção do objeto	Data do número do objeto	Identificadores alternativos - seguido da data	modelo descritivo da ISAD(G)
	Lugar de Produção	Ponto de acesso- Lugar (especificar em notas do lugar)	
	Data de Produção	Data	ISAD(G)
	Nome da pessoa/grupo de produção	Nome de produtor(s)	ISAAR (CPF)
17 - Informação do Título do Objeto	Regras de produção	Pode ser contemplado em Âmbito e conteúdo	ISAD(G)
	Título	Título	ISAD(G)
	Tipo de título	Não possui campo específico	
18 - Informação do componente e parte	Tradução do título	Área de nota	ISAD(G)
	Número de partes ou componentes	Código de referência	
19 - Informação de Registro	Descrição de partes e componentes	Âmbito e Conteúdo	ISAD(G)
	Arquivista	Nota do arquivista	
	Data do Registro	Datas de criação, revisão ou eliminação	
20 - Informação de Referência	Autoridade	Fontes	ISAD(G)
	Referência	Zona de Documentação Associada	
21 - Informação de Direitos de reprodução	Tipo de referência		ISAD(G)
	Nota de direito de Reprodução	Condições de acesso e uso	
22 - Informação resumida do assunto-uso controlado de termos	Proprietário do direito da reprodução	Proprietário dos direitos	Modelo descritivo Gestão de direitos
	Assunto representado	Ponto de acesso	ISAD(G)
Descrição do assunto representado	Âmbito e Conteúdo		

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Diante da comparação, apresentam-se os metadados do AtoM e a análise das questões de representação não atendidas pelo sistema e possíveis adaptações para sua utilização no contexto museológico.

A **categoria 01** é contemplada pelo AtoM a partir do modelo descritivo de ingresso de acervos composto pelos campos: número de incorporação, data de

aquisição, fonte imediata de aquisição, localização, área do doador, área administrativa – tipo de aquisição; tipo de recurso; título; criador; datas; história arquivística e custodial; âmbito e conteúdo; avaliação, seleção e eliminação; condição física; dimensão das unidades recebidas; estado do processamento; prioridade de processamento; nota de processamento –, zona de descrição arquivística (objeto informacional). Percebe-se que o AtoM vai além dos campos descritivos desta categoria.


A zona do doador permite a forma autorizada do nome e todos os dados necessários para contato: telefone, fax, *e-mail*, *URL*, endereço, região, país, cidade, latitude/longitude e outros detalhes. No contexto museológico, garante o contato com os doadores das coleções, sendo importante na recuperação das informações e valores dos objetos. A realidade da maioria dos museus locais do Brasil é a falta de contato com os doadores, a dificuldade de estabelecer esta relação entre o objeto e o colecionador e as informações que justificam a preservação dos acervos museológicos.

A **categoria 02**, referente à informação da condição física do objeto: a condição, o resumo e a data da condição física podem ser registrados no mesmo campo de 'condição física' do modelo descritivo de registro de ingresso do acervo.

A **categoria 03** sobre a informação de transferência e eliminação: o modelo descritivo de registro de transferência no AtoM, além da data de transferência do acervo e o destinatário, há os seguintes metadados: número de transferência; âmbito; descrição (os materiais que serão transferidos); a dimensão e a razão da transferência. Ao realizar a transferência do objeto ou coleção, o registro transforma-se em um registro nos moldes descritivos da ISAD(G).

As **categorias 04 e 05** sobre informações de descrição e da imagem: são atendidas pelo AtoM que, além da descrição física do objeto informacional, permite a inserção de imagem digital, realizando uma convergência de conteúdo imagético (ou audiovisual, áudio) e textual na representação dos objetos no ambiente digital.

Figura 4. Imagem digital com a descrição.



Area de identificação >>

Código de referência	ON00120 007-9
Título	26 Sudbury Public Library
Data(s)	• 1961 (Produção)
Nível de descrição	Item
Dimensão e suporte	1 photograph: col, mounted on slide

Zona do contexto >>

Nome do produtor	Steinberg, Israel "Irving" (1919 - 2011)
Entidade detentora	City of Greater Sudbury Archives

Fonte: AtoM demo⁴¹.

Também, é possível a ligação com objetos externos ao sistema por meio de *link*, além do *Upload* da imagem. No contexto museológico, torna viável o trabalho com patrimônio imaterial, como o registro de tradições e histórias pessoais. Consegue-se trabalhar, por exemplo, com uma mídia social como o *youtube* ou em caso de evento, a conexão da descrição do evento com a página do evento.

⁴¹ Disponível em: <<https://demo.accesstomemory.org/26-sudbury-public-library-photo-copyright-rideau-air-photos-ltd-seeleys-bay-ont-can>>. Acesso em: 20 set. 2017.

Outro recurso que o AtoM disponibiliza é a importação de múltiplas imagens. Neste campo é permitido conectar a imagem ao nível de descrição, bem como, importar áudio e vídeo para o sistema.

Figura 5. Importação de objetos digitais.

The screenshot shows a web interface for importing digital objects. The title is 'Importar múltiplos objetos digitais' and it's for 'Item 9 - 26 Sudbury Public Library'. The form has three sections: 'Título' with a text input field containing 'image %dd%', 'Nível de descrição' with an empty text input field, and 'Objeto digital' with a 'Select files' button. At the bottom, there are 'Cancelar' and 'Importar' buttons.

Fonte: AtoM do Museu da Unesp de Marília⁴².

Neste caso muda o título para vídeo. É importante lembrar que o sistema tem limitação no tamanho do arquivo a ser importado. Porém, essa ampliação do sistema com a aceitação de outros tipos de recursos potencializa a capacidade do AtoM na representação cultural material e imaterial.

A **categoria 06**, referente à informação da instituição: é contemplado pelo AtoM em todos os campos e o sistema dispõe de mais informações institucionais que a solicitada pela diretriz do CIDOC. A 'zona de Identificação' destaca-se ao mencionar o museu nas tipologias institucionais a ser selecionado, o que demonstra a intenção da utilização do AtoM em museus. A 'zona de contato' apresenta metadados que, se preenchidos, torna possível o contato com a pessoa responsável pelo museu.

⁴² Disponível em: <<http://atom.marilia.unesp.br/index.php/candeia-seissentista-seculo-xvii-em-cobre/multiFileUpload>>. Acesso em: 20 de set. 2017.

A 'zona de descrição' proporciona a descrição do contexto histórico e cultural da instituição, mas também, o conhecimento da estrutura institucional, as políticas de gestão e entrada de documentos, prédios, acervos arquivísticos (e outros), instrumentos de pesquisa, guias e publicações. O AtoM atende os campos descritivos solicitados e amplia-se na disponibilização de informações da instituição, fortalecendo-a como instituição de patrimônio cultural. O sistema apresenta as seguintes informações no ambiente digital:

A 'zona de acesso': horário de funcionamento, condições e requisitos, acessibilidade – elementos importantes para o pesquisador que necessita acessar a instituição física.

A 'área de serviços': serviço de pesquisa, serviços de reprodução, áreas públicas. Informações também importantes para o internauta, pois apresenta o que ele terá acesso e o que estará disponível.

A 'zona de controle': identificador da descrição e da instituição, regras ou convenções utilizadas, estatuto, nível de detalhe, datas de descrição, revisão ou eliminação, idioma, *script* (escrita), fontes e notas de manutenção.

Por último, nos 'pontos de acesso': área temática e sub-região geográfica podem ser inseridas termos representativos, estabelecidos pela instituição.

A **categoria 07**, referente à informação da localização: pode ser contemplada no AtoM a partir do modelo descritivo 'ligação com o depósito físico' composto por nome, localização e tipo, como se apresenta na Figura 6. Neste sentido, atende a 'localização normal', faltando campo para as demais informações da categoria: 'localização atual' e 'tipo de localização atual'.

Figura 6. Ligação ao depósito físico.

Pé de estribo com imagens das armas do Império

Ligação a Depósito físico

Unidades de instalação

Caixa: pé de estribo - 01

Adicionar ligações a unidades de instalação (ligações duplicadas serão ignoradas)

Unidades de instalação

[Ou, criar nova unidade de instalação](#)

Nome

Localização

Tipo

Caixa

Fonte: AtoM do Museu da Unesp de Marília⁴³.

Para contemplar estes campos, necessita a inserção de termos museológicos no campo ‘tipo’, como exposição, restauração, emprestada e outros lugares que possam estar um objeto de museu. A ‘data da localização atual’ pode ser trabalhada no campo de ‘data’ seguido da especificação ‘localização atual’ ou inserido no campo de ‘notas’ – voltado às informações que não são contempladas pelos demais metadados descritivos. Salienta-se que, a movimentação intensa do acervo entre instituições museológicas torna conveniente a criação de um campo para a ‘localização atual’ e ‘data da localização atual’ no modelo descritivo de ligação do objeto ao depósito físico para o controle administrativo e situacional dos objetos.

A **categoria 08** sobre inscrição e marca: não é atendida pelo AtoM, nem mesmo pelo campo ‘notas’. Faz-se necessária a abertura de campo descritivo para atendê-la, sendo uma informação relevante no contexto museológico. Nas descrições dos objetos do Museu da FFC as marcas e inscrições nos objetos estão sendo mencionados na área ‘âmbito e conteúdo’, juntamente com as características físicas dos objetos – área destinada à descrição dos objetos.

A **categoria 09**, informação de material e técnica é atendida da seguinte forma: o ‘material’ insere-se no campo descritivo de ‘dimensão e suporte’ ou/e ponto de acesso e a ‘técnica’ adiciona-se no ‘âmbito e conteúdo’.

⁴³ Disponível em: <<http://atom.marilia.unesp.br/index.php/colecao-de-9-estribos-mineiros-2/informationobject/editPhysicalObjects>>. Acesso em: 20 set. 2017.

A **categoria 10**, informação de medidas, é contemplada no metadado 'dimensão e suporte'.

A **categoria 11**, informação de objeto associado: é atendido pelo modelo descritivo da ISAD(G) e da ISAAR (CPF) no AtoM. O 'lugar associado' pode ser contemplado pelo AtoM a partir do 'ponto de acesso' que permite a inserção de nota para especificar o assunto. A data é possível inserir na 'zona de identificação' que aceita várias inserções de datas, o mesmo caso do 'nome da pessoa/organização' (relacionada à história do objeto), localizada na 'zona de contexto'. O 'tipo de associação' pode vir seguido do nome da pessoa/organização ou gerar um campo dentro da zona de contexto para inserir esta informação.

Os elementos da **categoria 12**, referente à coleta de objetos: podem ser atendidos pelo AtoM na mesma lógica da categoria 11, acima descrita. Esta categoria depende do perfil do Museu e da característica do acervo. Determinados perfis de Museus tornam importante à abertura de uma zona voltada a inserção de metadados desta categoria. Caso não tenha este perfil, o 'lugar da coleta' e o 'método' podem ser inseridos no 'âmbito e conteúdo' ou no 'ponto de acesso', a 'data da coleta' adicionada na 'zona de identificação' no campo de 'datas' (seguido da especificação data de coleta) e o coletor na 'zona de contexto' no campo de produtor (especificando que é o coletor do objeto).

A **categoria 13**, informação de entrada do objeto na instituição: é atendida pelo modelo de descrição do registro de ingresso. A 'razão' pode ser utilizada a zona de notas para esta informação. Contudo, necessita da criação de um campo no modelo descritivo de registro de ingresso do acervo, pois segundo o CIDOC (1995) é voltada a justificar a guarda do objeto ou coleção e o motivo da sua aceitação no museu – empréstimo, estudo, possível aquisição, inquérito.

A informação sobre o 'proprietário' e o 'depositante' podem ser inseridos na zona de doadores especificando-os na nota de processamento, visto que é um registro de entrada e que, no modelo descritivo da ISAD(G) poderá ser trabalhado melhor essas diferenciações. O número de entrada é inserido no modelo descritivo de registro a partir do 'número de incorporação' e posteriormente no modelo descritivo da ISAD(G) adicionado no 'identificador alternativo' da 'zona de identificação'.

Figura 7. Identificador alternativo na zona de identificação.

Zona de identificação

Código de referência
BRMHFFCM

Identificador *
BRMHFFCM

[Gerar identificação](#) [Adicionar identificador\(es\) alternativo\(s\)](#)

Identificador(es) alternativo(s)

Etiqueta	Identificador	
<input type="text" value="código do registro de entrada"/>	<input type="text" value="H. 1335"/>	×
<input type="text"/>	<input type="text"/>	×

[Add new](#)

Fonte: AtoM do Museu da Unesp de Marília⁴⁴.

O campo de 'identificador alternativo' é para situações em que os identificadores se diferenciam. O objeto pode ter um número no registro de entrada, um número no inventário, um número no catálogo, entre outros. A recomendação do sistema é que seja inserido na 'etiqueta' um nome para o 'campo identificador alternativo', que possa indicar sua finalidade ou utilização e no identificador inserir o código de referência relacionado ao objeto.

A **categoria 14**, referente à informação do nome do objeto: o AtoM não contempla, havendo apenas um campo para o título. Para que não ocorra perda de informação, a zona de notas seria uma possibilidade e para facilitar no momento de busca sua inserção nos pontos de acesso, principalmente se for o nome que o objeto é mais conhecido. No Museu da FFC houve certa dificuldade pelo desconhecimento do nome utilizado para o objeto no inventário, como por exemplo, Almofariz, pichel entre outros nomes. Então, buscou-se abordar essas variações nos pontos de acesso, que é uma solução a este problema e facilita até mesmo para os descritores na gestão do acervo. Outro caminho é a abertura do campo 'título' para a inserção de outros nomes. Quanto ao nome do responsável pela identificação do nome (autoridade do nome do objeto) pode ser relevante a abertura de um metadado para esta informação se for, por exemplo, um Museu de Paleontologia,

⁴⁴ Disponível em: <http://atom.marilia.unesp.br/index.php/bule-acucareiro-e-leiteira-de-louca-inglesa/edit?sf_culture=pt&template=isad>. Acesso em: 20 set. 2017.

Arqueologia, Botânica, ou de Fauna em que envolvem descobertas de novas espécies e objetos.

Na **categoria 15**, a identificação única é construída a partir da descrição multinível no AtoM, elaborada desde o código da instituição até a numeração do item ou parte.

A **categoria 16**, referente à informação da produção do objeto: o local pode ser inserido no ponto de acesso do modelo descritivo do AtoM e as regras de produção no campo de 'âmbito e conteúdo'.

A **categoria 17** que é sobre a informação do título do objeto: a tradução do título pode ser inserida na zona de notas. O AtoM oferece campo para indicação de língua em que o documento ou objeto informacional está escrito, o que permite saber em que língua está o título.

A **categoria 18**, sobre informação do componente e partes: o AtoM permite a partir da classificação, a descrição até das partes dos itens, sendo possível a visualização desta categorização.

O sistema atende a **categoria 19** com os campos 'nota do arquivista', 'datas de criação, revisão ou eliminação' e 'fontes'. A nota do arquivista pode contemplar dois campos: o nome do arquivista responsável pela descrição, pela revisão e a pessoa que forneceu a informação para o registro do objeto (autoridade). As regras da ISAD(G) são claras: "Registre as fontes consultadas na preparação da descrição e quem a preparou" (2000, p. 45).

A **categoria 20** é voltada à descrição do tipo de referência registrada, tais como, objeto, publicação, arquivo de aquisição, bibliografia. Entende-se que estes campos são utilizados de duas formas: para objetos relacionados e para publicação referente ao objeto informacional – portanto, o AtoM atende com a 'zona de documentação associada' da ISAD(G).

Figura 8. Zona de documentação associada.

Zona de documentação associada

Existência e localização de originais

Existência e localização de cópias

Unidades de descrição relacionadas

Descrições relacionadas

Notas de publicação

Fonte: AtoM demo.

Esta zona, além de atender as necessidades explicitadas pelo CIDOC, ainda permite o registro de réplicas dos objetos museológicos em outras instituições, bem como, a localização de objetos originais. O campo de notas de publicação é possível o registro de publicação que tenha relação com o objeto, exposições que o objeto fez parte entre outras atividades.

A **categoria 21**, referente à informação de direito de reprodução, são controlados pelo campo de 'condições de reprodução' da área 'condições de acesso e uso'. Segundo a ISAD(G) deve informar (2000, p. 37):

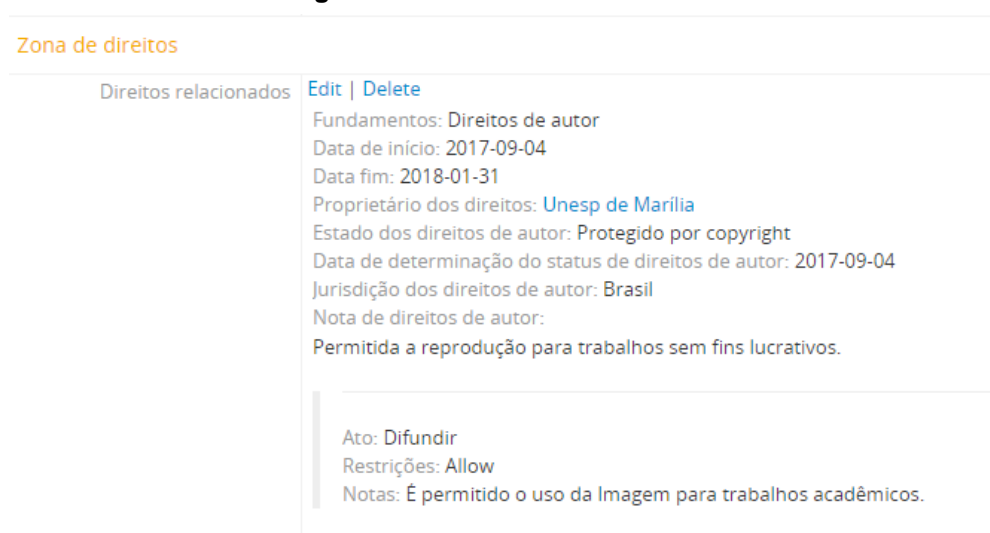
[...] sobre as condições, tais como copyright, que regulam a reprodução da unidade de descrição, uma vez que ela esteja acessível. Se a existência de tais condições é desconhecida, registre esse fato. Se não existem condições, não é necessário nenhum registro.

Neste sentido, podem ser inseridas as condições de reprodução, as condições de acesso e as limitações que interferem no acesso. Também o AtoM fornece um modelo descritivo voltado a gestão de direitos e criação de novas permissões. O modelo descritivo de base dos direitos possui os seguintes campos:

- Fundamentos (direitos do autor, licença, estatuto, política, doador),

- Estado dos direitos de autor (protegido por copyright, domínio público, desconhecido),
- Data de determinação do status de direitos de autor,
- Jurisdição dos direitos de autor (lugar),
- Nota de direitos de autor,
- Início e fim,
- Proprietário dos direitos,
- Nota(s) sobre os direitos,
- Identificador da documentação (tipo de identificador, valor do identificador, regra do identificador);
- Ato/privilégios concedidos, acesso concedido 1: ato (apagar, explorar, mostrar, difundir, migrar, modificar, replicar), restrições (permitir, condicional, desaprovar), início (data), fim (data), notas.

Figura 9. Zona de direitos autorais.



Zona de direitos

Direitos relacionados [Edit](#) | [Delete](#)

Fundamentos: Direitos de autor
 Data de início: 2017-09-04
 Data fim: 2018-01-31
 Proprietário dos direitos: [Unesp de Marília](#)
 Estado dos direitos de autor: Protegido por copyright
 Data de determinação do status de direitos de autor: 2017-09-04
 Jurisdição dos direitos de autor: Brasil
 Nota de direitos de autor:
 Permitida a reprodução para trabalhos sem fins lucrativos.

Ato: Difundir
 Restrições: Allow
 Notas: É permitido o uso da Imagem para trabalhos acadêmicos.

Fonte: AtoM do Museu da Unesp de Marília⁴⁵.

Esta zona se apresenta após a ‘zona de controle de descrição’, voltada a fornecer informações autorais para cada objeto museológico. Área de ato/privilégios pode ser adicionada mais de um privilégio.

A **categoria 22**, referente à informação resumida do assunto: é atendido pelo sistema em áreas diferentes. O primeiro, assunto representado, é contemplado por meio de ‘pontos de acesso’. O AtoM se destaca por permitir a criação de taxonomia com vocabulário controlado, requisito recomendado pelo CIDOC (1995, p. 87, tradução nossa): “Recomenda-se que os termos controlados sejam utilizados para esta categoria de informação. Consulte a seção ‘Conteúdo e controle de terminologia’ na introdução para obter mais orientações sobre fontes de terminologia

⁴⁵ Disponível em: <<http://atom.marilia.unesp.br/index.php/bule-acucareiro-e-leiteira-de-louca-inglesa>>. Acesso em: 20 set. 2017.

controlada”. Na construção da taxonomia, permite estabelecer relações entre termos e a criação de tesouro. O campo de ‘descrição do assunto representado’ pode ser utilizado a ‘nota de âmbito’ do modelo descritivo de termos para definição.

5.5 O modelo descritivo LIDO e o modelo descritivo do AtoM

Devido ao ano de publicação da Diretriz do CIDOC (1995), realizou-se uma segunda análise com o esquema LIDO (*Lightweight Information Describing Objects*), de 2010. Entende-se que, de 1995 para 2010 há mudanças significativas como a atenção dada ao patrimônio imaterial no âmbito museológico.

O LIDO é um esquema de coleta *XML*, a combinação dos esquemas *CDWA Lite* e *musenat* e utiliza o *SPECTRUM* para informação de conceitos. Este esquema é compatível com CRM do CIDOC, sendo retirado dele o *design* do LIDO, o conceito de eventos, tais como, criação, produção, coleção, uso de objetos que possui entidades associadas, como, datas, lugares e autores (LIDO, 2010).

Nesse sentido, tem por características: estruturar os registros de modo culturalmente significativa, a partir de seu conjunto de elementos; ser utilizado para submissão de informação de diferentes tipos de patrimônios culturais; auxilia na descoberta de recursos, devido seu *design* e seu propósito; permite a publicação de dados de múltiplas fontes da *Web*, a partir da coleta em banco de dados, independente do *software* de catalogação das instituições culturais, pois são padronizados em um formato LIDO; possibilita a interoperabilidade no nível de estrutura de dados de diferentes fontes, permite que sejam mapeadas as categorias e selecionadas os dados a ser publicado, o que significa que a finalidade da utilização do LIDO não é a publicação de todos os dados do *software* de catalogação, mas somente os que foram escolhidos e considerados relevantes para divulgação; não foi desenhado para atender toda gama informacional da documentação, portanto, o que não for mapeado não será publicado (LIDO, 2010).

O LIDO contém elementos obrigatórios, sendo objeto/tipo de trabalho, título/nome do objeto, ID do registro, tipo de registro e fonte de registro, os quais são os recomendados em caso de não saber quais categorias selecionar. Neste contexto, foi feita a comparação do LIDO com o modelo descritivo do AtoM, para verificar a resposta do sistema aos elementos deste esquema.

Quadro 7. Comparação do esquema LIDO e do modelo descritivo do AtOM.

LIDO					ATOM		
Modelo descritivo do esquema LIDO					Metadados ATOM	Modelo descritivo No ATOM	Observação
Categoria	ID conceito				Nível de descrição	ISAD(G)	Este campo teria que contemplar as categorias existentes na museologia
	Termo						
Metadado descritivo	Classificação do Objeto	Tipo de objeto/trabalho	ID conceito		Não possui campo descritivo	A ser inserido no AtOM	Voltado ao termo que identifique com precisão o objeto (normalmente seu nome)
			Termo				
	Identificação do Objeto	Título	Conjunto de título	Valor Denominado	Título	ISAD(G)	O título no modelo descritivo da ISAD(G) é restritivo, sendo necessária sua abertura para introdução de outros títulos ou utilizar a zona de notas.
				Fonte denominada			
		Inscrição	Descrição da inscrição	Nota ID da descrição	Não possui campo descritivo	Criar Campo	Necessita ser inserida uma zona específica para trabalhar as inscrições dos objetos
				Nota valor descritivo			
				Fonte da nota de descrição			
		Transcrição da descrição					
		Repositório	Elemento Conjunto de Repositório	Nome do repositório	Modelo descritivo da ISDIAH	ISDIAH	
	ID de Trabalho			Não possui campo descritivo	Criar Campo	Seria um número de custódia, por exemplo, número no inventário. Pode ser utilizado o código de referência seguido da especificação 'número no inventário'.	
		Localização de repositório	Zona de contato	ISDIAH			
Estágio de edição de exibição	Estado de exposição		Notas de Publicação	ISAD(G)	Utilizado mais para impressões, por exemplo, 2nd. Edição. Entende-se que o campo de notas pode ser utilizado neste caso.		
Descrição do objeto	Conjunto de descrição de objeto	Nota ID da descrição	URL	Ligação a objeto digital	Segundo o LIDO, é identificador externo que descreve a entidade.		
		Nota valor descritivo	Âmbito e conteúdo	ISAD(G)	Campo de conteúdo.		
	Fonte da nota de descrição					Campo de conteúdo ou campo de notas.	
Mensuração do objeto			Dimensão e suporte	ISAD(G)			

	Evento	Conjunto de eventos	Evento de exposição		Não possui área específica para este campo descritivo		Necessita de campos descritivos para esta categoria de eventos
			Evento	Evento ID			Um identificador único para o evento
Tipo de Evento	A natureza do evento associado com um objeto/trabalho						
Função do evento	A função desempenhada do evento dentro da entidade descrita						
Nome do Evento	Uma denominação para o evento ou título						
Autor evento	Pode ser utilizado o campo 'Nome do produtor com a especificação' Voltada para elementos de exposição ou índices para um autor com a informação da função (participação e apresentação no evento).						
				Cultura	Pode ser ponto de acesso	Necessita ser inserida uma zona específica para eventos	Nome de uma cultura, contexto cultural, pessoa, ou também uma nacionalidade). Neste sentido, podem ser utilizados os pontos de acesso para inserção desta informação.
				Data do Evento	Especificação da data do evento		
				Nome do período	Um período em que o evento aconteceu.		
				Lugar do evento	Especificação para um elemento de exibição		
				Método do Evento	O método com o qual o evento foi realizado		
				Materiais técnicos de eventos	Não possui campo descritivo Indicar as substâncias ou materiais usados dentro do evento (ex. A criação de um objeto/trabalho), bem como, qualquer implementação, produção ou técnica de manufatura, processos, ou métodos incorporados.		
				Coisa Apresentada	Referências de outros objetos que foram apresentados nesse mesmo evento		

				Conjunto de eventos relacionados			Referências de um evento que é conectado no mesmo caminho que esse evento, por exemplo, uma viaje de campo em que esse objeto foi coletado.	
				Conjunto de Descrição do Evento			Uma descrição do evento, incluindo identificador de descrição, nota descritiva do evento e suas referências.	
	Relação de objetos	Assunto (conteúdo ou visual)	Conjunto de Assunto	Exposição de objeto	Ponto de acesso	Presente no modelo descritivo ISAD(G) do AtoM	Uma descrição textual livre do assunto/tema que melhor representada o objeto/trabalho, correspondendo ao seguinte elemento temático.	
				Objeto	Ponto de acesso	Presente no modelo descritivo ISAD(G) do AtoM	Permite a inserção de termos e a construção de vocabulário controlado, taxonomia e tesouro, bem como, importar e exportação dessas construções terminológicas.	
		Trabalho relacionado	Conjunto de trabalho relacionado	Trabalho relacionado	Não possui campo descritivo	Inserção de campo ou utilização das notas	Para exposição e elementos de referência de um objeto/trabalho relacionado	
				Tipo de trabalho relacionado	Não possui campo descritivo	Inserção de um campo ou utilização das notas	Um termo descrevendo a natureza de relacionamento entre o objeto/trabalho a mão e a entidade relacionada. Ex: parte de, modelo de, estudo de, cópia de...	
	ID do objeto publicado				Não possui campo descritivo		Pode ser inserido no código de referência e especificado	
	Informação Administrativa	Direitos de trabalho	Conjunto de direito de trabalho	Tipo de direito	ID conceito	Área de condições de acesso e uso	AtoM/gestão de permissões	Além desta área, há um modelo descritivo de permissões e direitos.
					Termo			
				Datas do direito	Data mais antiga			
Última data								
Titular do direito				ID corpo jurídico				
				Nome do corpo jurídico				
				Link Web do corpo jurídico				
Linhas de crédito								

	Registro	ID do registro		Código de referência	ISAD(G)	Como o modelo descritivo da ISAD(G) possui o código de referência, seria interessante ter um campo que se seleciona a que tipo de identificador se refere, já que há vários identificadores no museu.	
		Tipo de registro	ID conceito		Nível de descrição	ISAD(G)	Necessita a inserção de termos museológicos.
			Termo				
		Fonte de registro	ID corpo jurídico		Fonte - zona de controle descritivo	ISAD(G)	A fonte de informação neste registro, geralmente o repositório ou outra instituição.
			Nome do corpo jurídico				
			Link Web do corpo jurídico				
		Direitos do registro	Tipo de direito	ID conceito	Área de condições de acesso e uso	ATOM/gestão de permissões	Além desta área, há um modelo descritivo de permissões e direitos.
				Termo			
			Data do direito	Data mais antiga			
				Última data			
	Detentor do direito		ID corpo jurídico				
			Nome do corpo jurídico				
		Link Web do corpo jurídico					
	Linha de crédito						
	Conjunto informacional de direito	ID do registro de informação		Não possui campo descritivo	Criar Campo	Pode ser inserido no código de referência com especificação	
		Link de registro de informação		Regras e convenções - Zona de controle de descrição	ISAD(G)	Na descrição das regras e convenções é possível inserir o link para as normas utilizadas.	
Data do registro dos metadados		Data de criação, revisão ou eliminação.	ISAD(G)				
Recurso	Conjunto de recurso	ID do Recurso		Não possui campo descritivo	Criar Campo	Pode ser inserido no código de referência com especificação.	
		Representação do recurso	Link do recurso	URL	Ligação a objeto digital	Também permite a importação de imagens, vídeos e áudios para o ambiente digital, desde que não sejam muito extensos.	
			Conjunto de mensuração do recurso	Metadados dos objetos digitais	Modelo descritivo de informações de recursos	Tipo de suporte, tamanho, nome e data de transferência.	
		Tipo de recurso	ID conceito	Tipo de mídia	Modelo descritivo de informações de recursos		
			Termo				
		Tipo de relacioname	ID conceito	Ponto de acesso	ISAD(G)	Imagem de conservação,	

			nto recurso				imagem documental, imagem contextual, imagem histórica, reconstrução e imagem de instalação.
				Termo			
			Perspectiva do recurso	ID conceito	Não possui campo descritivo	Criar campo/ ou ponto de acesso	Ponto de vista específico ou perspectiva. Pode ser utilizado o ponto de acesso
				Termo			
			Descrição do recurso		Não possui campo descritivo	Criar Campo	Necessita de um campo específico ou fazer por meio da área 'âmbito e conteúdo'.
			Fonte do recurso	ID corpo jurídico	Não possui campo descritivo	Criar campo	Identificação da agência ou repositório de que a imagem ou outro recurso foi obtido.
				Nome do corpo jurídico			
				Link Web do corpo jurídico			
			Direitos do recurso	Tipo de direito	Não possui campo descritivo	Criar Campo	No AtoM é possível controlar o <i>download</i> da imagem a partir das configurações.
				Data do direito			
				Detentor do direito			
				Linha de crédito			

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

O LIDO está estruturado em 07 áreas, sendo 04 áreas de metadados descritivos e 03 áreas de metadados administrativos. Os metadados descritivos são: classificação do objeto, identificação do objeto, evento e relação de objetos. Os metadados administrativos são: direitos de trabalho, registro e recurso. O AtoM não atende aos seguintes elementos:

- Tipo de objeto/ trabalho – classificação do objeto;
- Inscrição – metadados descritivos;
- Evento – metadados descritivos;
- Exposição temática – metadados descritivos;
- Tipo de trabalho relacionado – metadados descritivos;
- ID do objeto publicado (Identificador do objeto publicado);
- ID do registro de informação (Identificador do registro de informação) – metadados administrativo;
- ID do recurso (Identificadores do recurso) – metadados administrativos;
- Perspectiva do recurso – metadados administrativos;
- Descrição do recurso – metadados administrativos;
- Fonte do recurso – metadados administrativos;

- Direitos do recurso – metadados administrativos.

A classificação do objeto é diferente da classificação do registro, ‘tipo de objeto/trabalho’ refere-se ao objeto e não necessariamente com os agrupamentos do museu. A categoria de ‘inscrição’, assim como na diretriz, necessita a abertura de uma área para inserção de informações no modelo descritivo do AtoM. O evento também precisa de abertura de área voltada a atender seus elementos. Os identificadores podem ser inseridos nos identificadores alternativos, o que permite a especificação no campo ‘etiqueta’, o qual será apresentado na zona de notas. A ‘exposição temática’, o ‘tipo de trabalho relacionado’, ‘perspectiva do recurso’, ‘descrição de recurso’ e ‘direitos de recurso’ devem ser inseridos novos campos no modelo descritivo do AtoM.

Compreende-se que, se uma instituição optar pela estruturação dos dados em formato LIDO para a interoperabilidade e a publicação em sistemas como a Europeia, o AtoM tem potencial para fornecer uma grande gama de dados para esta coleta e estruturação de dados.

5.6 Síntese do capítulo

Neste capítulo, descreveu-se o sistema AtoM, apresentando suas características que se destaca pela sua flexibilidade em vários sentidos para garantir o acesso à informação de forma eficiente e eficaz.

Recuperou-se o processo de desenvolvimento do sistema e o investimento que garante sua característica: *open source*, livre e gratuito. Apresentou-se a interface do AtoM de forma sucinta, o procedimento descritivo no sistema e os vários caminhos para a realização de descrição. O sistema utilizou-se das normas arquivísticas internacionais do ICA, além de outros modelos que abrangem outras necessidades descritivas.

Realizou-se uma comparação com as Diretrizes do CIDOC (de 1995) e os modelos descritivos existentes no AtoM, sendo apresentadas as respostas do sistema aos metadados da diretriz. Posteriormente, comparou-se o AtoM ao esquema LIDO (de 2010) e destacou-se os elementos não contemplados pelo sistema, sendo o LIDO utilizado para coleta, exportação e publicação dos metadados. Observou-se que a maioria dos elementos descritivos foi atendida pelo

AtoM, o que significa que o sistema respondeu de forma satisfatória. As diretrizes e o esquema podem ser utilizados para auxiliar profissionais da informação, não formados em Museologia, quanto às informações importantes a ser coletadas sobre os objetos informacionais para sua representação.

6 A CUSTOMIZAÇÃO DO ATOM PARA MUSEUS

Busca-se neste capítulo, apresentar uma proposta de customização. Para isto, descreve-se a forma como o sistema está sendo utilizado para a descrição do acervo da Unesp, demonstrando-se a otimização dos campos descritivos.

Posteriormente, propostas de alternativas para a customização do AtoM. A segunda proposta que é a implementação de campos descritivos no modelo descritivo do AtoM, demonstra um protótipo de *redesign* do sistema com os campos não contemplados pelo sistema e apresenta os termos que necessitam de alteração para se adequar a realidade de ambas as instituições.

6.1 Proposta de Customização do AtoM para Museus

A carência de software para acervos museológicos, gratuitos, *open source* e *beta perpetuo*, sugeriu-nos a utilização do AtoM para a descrição de uma parte do acervo do Museu Histórico da FFC.

Outro *software* encontrado, o *Collective Access* é gratuito. Contudo, em uma exploração, percebe-se que o *Collective Access* não deixa clara a norma utilizada para o modelo descritivo de objetos, o que não proporciona uma segurança.

A *Collective Space*, nas mesmas condições de exploração que o anterior, observou que, apesar de utilizar o CRM, as ações do administrador se restringem a criação de perfis no sistema e não há informação de exportação de dados, induzindo-nos a pensar que é realizada mediante ao pagamento e a ser realizado por instituições desenvolvedoras de softwares credenciadas. Também é de código aberto, mas limitada a leitura. Ressalta-se que, este software a primeiro momento induz o profissional a acreditar na sua gratuidade, contudo, após 30 dias, deve-se pagar para continuar sua utilização na instituição – é disponibilizado para que seja testado antes da compra do produto.

Destaca-se que ambos não possuem a língua portuguesa como recurso de tradução da interface. No contexto museológico brasileiro com mais de 3.500 museus, essas limitações dificultam ao pessoal que trabalham no museu que, muitas vezes, não são formados em Museologia, sendo uma das barreiras para a utilização do sistema.

Ao voltar-se para a UNESP, que é uma instituição pública e com recursos limitados em todos os sentidos, o AtoM foi visto como uma possibilidade de integração do acervo museológico heterogêneo acumulado e disperso em diferentes localidades de seus campi. Foi criado um Comitê de Atividades Museológicas da Universidade Estadual Paulista (CAM) em 2012 com a finalidade da elaboração de um diagnóstico dos acervos e coleções tratadas ou passíveis de o serem. Também tinha por objetivo a proposta de uma política de museus para a UNESP, a fim de garantir a inserção de diretrizes para as coleções identificadas no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) da UNESP. Dentre as informações levantadas, destaca-se a identificação de sete tipos de museus pertencentes a Unesp: Arqueológicos/Antropológicos, Artes, Botânicos, Ciências-divulgação, Históricos, Paleontológicos/Geológicos, Zoológicos. A partir desta perspectiva, foi montado um projeto piloto para a verificação da resposta do sistema AtoM quanto à representação dos objetos no ambiente digital e a possibilidade de simulações do acervo no ambiente digital, convergidas em uma ou mais interfaces de interação, atualizáveis e agregadora do patrimônio cultural.

Este projeto teve início em 2013, coordenado pelo LADRI⁴⁶ que buscou inicialmente a exploração do sistema para compreender seu funcionamento, o qual foi realizado a descrição de parte da coleção do paleontólogo William Navas, composta por uma hemeroteca.

⁴⁶ Localizado no Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília, campus 2 da FFC.

Figura 10. Coleção de William Roberto Nava.

The screenshot displays the AtoM interface for the 'collection Col - Coleção de William Roberto Nava'. On the left, there is a sidebar with the logo of the 'Museu Municipal de Paleontologia de Marília' and a search bar. The main content area is divided into several sections:

- Elementos de identidade:**
 - Código de referência: BRMMPM Col
 - Nome e localização da entidade custodiadora: Museu Municipal de Paleontologia de Marília
 - Nível de descrição: collection
 - Título: Coleção de William Roberto Nava
 - Data(s): • Corrente (Acumulação)
 - Dimensão: 2 metros lineares de recortes de jornais contendo informações sobre paleontologia, museologia e atuação do Willian R. Nava.
 - Nome do produtor: Nava, William Roberto
 - História biográfica: Possui graduação em História (2002) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho- Faculdade de Ciências e Letras da UNESP- Campus de Assis-SP. Atualmente é coordenador do Museu de Paleontologia de Marília, ligado à Secretaria da Cultura, ...
- Elementos de conteúdo e estrutura:**
 - Âmbito e conteúdo: Reportagens, chamadas e quaisquer promoção, via jornal, da pessoa ou da atuação, do paleontólogo e museólogo (de carreira), William Roberto Nava. Os primeiros fósseis achados na região foram citados por Mezzalira (1966) e se referem a restos ósseos não ...
 - Sistema de organização: Ordem cronológica
- Condições de acesso e uso dos elementos:**

On the right side, there are several utility sections:

- Área de transferência:** Adicionar
- Explorar:** Relatórios, Inventario, Ver como lista, Navegar objetos digitais
- Importar:** XML, CSV
- Exportar:** Dublin Core 1.1 XML, EAD 2002 XML
- Instrumento de descrição documental:** Gerar, Transferir
- Pessoas e organizações relacionadas:** Nava, William Roberto

Fonte: AtoM da Unesp⁴⁷.

Observou-se na descrição desta hemeroteca quanto à descrição do conteúdo, a necessidade de síntese e a realização de resumos, extraindo somente o essencial – o que a reportagem apresenta de informação nova, pois o objetivo da descrição não é de substituir o documento. Também percebeu as possibilidades da realização das descrições sem estar classificadas, no contexto de coleções artificiais e museológicas. Ressalta-se que no contexto arquivístico, este processo não se aplica, pois a descrição depende da classificação para a compreensão do contexto de produção documental.

A descrição do acervo histórico da FFC baseou-se na finalidade dos metadados descritivos da ISAD(G), modelo descritivo padrão do AtoM⁴⁸. Isto se deve pela falta de profissional museológico, sendo uma formação nas áreas irmãs, Arquivologia e Biblioteconomia. Uma das dificuldades identificadas no processo descritivo foi à identificação dos elementos essenciais para a representação dos objetos, visto que a equipe não possuía experiência anterior com a tipologia do acervo, tridimensional.

⁴⁷ Disponível em: <<http://atom.marilia.unesp.br/index.php/pesquisador-acha-femur-de-titanossauro>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

⁴⁸ Ressalta que as Diretrizes do CIDOC e o SPECTRUM, responsáveis por dar base à descrição museológica, foi publicada em língua portuguesa em 2014 pelo SISEM de São Paulo.

Para orientar-se sobre o contexto documental museológico, levantou-se bibliografia de apoio neste processo, publicada por órgãos nacionais de museus, como por exemplo, o SISEMSP (Sistema Estadual de São Paulo). Contudo, não foram suficientes para a familiaridade com os modelos descritivos museológicos, principalmente no que diz respeito à descrição física do objeto, a terminologia apropriada para representar as formas, estruturas e técnicas presentes nos objetos. Neste sentido, observou-se, em uma pesquisa exploratória em *Websites* de museus internacionais que disponibilizam acervos na *web*⁴⁹ que este elemento (descrição física) é subjetivo e que exige uma competência de linguagem visual. Portanto, há coleções com descrição sucinta e outras bem detalhadas.

O tratamento do acervo então buscou trabalhar o processo descritivo em nível de catálogo, descrevendo os objetos de forma individual, sem uma classificação prévia. Por ser um processo lento e que demanda tempo e recursos humanos. Uma das limitações do projeto consiste no interesse dos estudantes e a saída de pessoal a cada quatro anos, duração do curso de graduação. Portanto, prevê sempre a necessidade de treinamento e acompanhamento de novos integrantes no projeto, o que se torna um desafio para a conclusão do projeto.

A classificação foi realizada com o tempo, a partir do momento em que os objetos eram identificados, pois havia objetos com nomenclatura desconhecida pela equipe. Para a classificação, utilizou o thesaurus para acervo museológico⁵⁰ com a inserção de subclasses para contemplar os objetos que não se adequava em nenhuma categoria. A maior dificuldade nesta etapa residia no fato em que havia objeto que poderia estar presente em mais de uma categoria, resultado da complexidade presente no contexto museológico, o qual foi solucionado a partir do ponto de acesso.

⁴⁹ Ver: Collection Trust. <Disponível em: <https://collectionstrust.org.uk/resources-start/>>. Acesso em: 20 mar. 2018. Ver também: Musée Héritage Museum. Disponível em: <<http://5070.sydneyplus.com/MuseeHeritageMuseum/portal.aspx?lang=en-CA>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

⁵⁰ Utilizada como referência para a classificação: FERREZ, H. D. Thesaurus para acervos museológicos. Rio de Janeiro: Fundação Nacional pró-memória. Coord. Geral de Acervos Museológicos, 1987.

Figura 11. Visualização da classificação do Museu da Unesp de Marília.

The screenshot displays the AtoM interface for the Museu da Unesp de Marília. On the left, a sidebar shows the institutional name and a navigation menu with categories like 'Coleção BRMHFFCM - Museu Histórico...', 'record group INT - Interiores (Preliminar)', and 'Séries ILUM - Objeto de Iluminação (Pr...'. The main content area is titled 'Item H/9 - Candeia seiscentista, século XVII, em cobre (Preliminar)'. It features a breadcrumb trail: 'Museu Histórico da Faculdade de Filos... > Interiores > Objeto de Iluminação > Candeia seiscentista, século XVII, em co...'. The central part of the page is divided into three zones: 'Zona de identificação', 'Zona do contexto', and 'Zona do conteúdo e estrutura'. The 'Zona de identificação' contains fields for 'Código de referência' (BRMHFFCM-INT-ILUM-H/9), 'Título' (Candeia seiscentista, século XVII, em cobre), 'Data(s)' (28/12/1959 (Acumulação)), 'Nível de descrição' (Item), and 'Dimensão e suporte' (Altura: 28,5 cm, Largura: 10,2 cm, Profundidade: 16,8 cm). The 'Zona do contexto' includes 'Nome do produtor' (Não identificado), 'Entidade detentora' (Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Campus de Marília), and 'Fonte imediata de aquisição ou transferência' (Doado por Paulo Barros Camargo). The 'Zona do conteúdo e estrutura' shows 'Âmbito e conteúdo' (Candeia seiscentista do século XVII feito de cobre; Bastante enferrujado; Bastante manchado), 'Avaliação, seleção e eliminação' (Permanente), and 'Ingressos adicionais' (Sem ingressos adicionais). On the right, there are sections for 'Área de transferência' (Adicionar), 'Explorar' (Relatórios, Ver como lista, Navegar objetos digitais), 'Importar' (XML, CSV), 'Exportar' (Dublin Core 1.1 XML, EAD 2002 XML), 'Instrumento de descrição documental' (Transferir), and 'Assuntos relacionados' (luminária, Candeia, Objeto de iluminação).

Fonte: AtoM do Museu de Marília⁵¹.

No lado esquerdo da figura é possível visualizar a classificação do acervo museológico no AtoM. Além de organizar a coleção, permite que se tenha uma visão geral dos agrupamentos. Destaca-se que esses instrumentos arquivísticos do sistema facilitam no momento da elaboração do inventário ou checagem deste instrumento realizada anualmente e de guias.

Referente a mais de um produtor, identificou no AtoM a possibilidade de inserção do nome da pessoa seguida da sua relação com o objeto.

⁵¹ Disponível em: <<http://atom.marilia.unesp.br/index.php/candeia-seiscentista-seculo-xvii-em-cobre>>. Acesso em: 20 set. 2017.

Figura 12. Zona de identificação e de contexto.

Zona de identificação	
Código de referência	BRMHFFCM-INT-UTECOZ-H/1
Título	Almofariz de bronze grande de haste americano
Data(s)	<ul style="list-style-type: none"> • 25/12/1850 - data de escavação (Produção) • 28/12/1959 (Acumulação)
Zona do contexto	
Nome do produtor	Não identificado
Nome do produtor	BATISTA, L. S. - Colecionadora
Nome do produtor	BATISTA, B. S. - Escavadora
Entidade detentora	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Campus de Marília
Fonte imediata de aquisição ou transferência	Doado por Paulo Barros Camargo

Fonte: AtoM do Museu da Unesp de Marília, 2018.

Nesta imagem é possível visualizar a inserção de data e pessoa com a associação, como por exemplo, “data de escavação” e “Batista, B. S.- Escavadora”. Na Arquivologia o documento possui data de produção e data de acumulação, nome de produtor, responsável pela acumulação e responsável pela conservação – permite inserção informacional sem limitação na utilização destes campos. Também podem ser trabalhadas no modelo descritivo da ISAAR – CPF presente no sistema, bem como, a descrição da função no modelo descritivo da ISDF e relacionando-a a pessoa, sendo solucionado no ponto de acesso.

Figura 13. Ponto de acesso do registro de autoridade.

Registo de autoridade » Paulo Barros Camargo

Outros idiomas disponíveis ▼

Zona de identificação

Forma autorizada do nome	Paulo Barros Camargo
--------------------------	----------------------

Área de pontos de acesso

Ocupações	<p>Colecionador Nota: Foi acumulador de objetos pessoais durante a vida.</p> <p>Doador Nota: Foi o doador da coleção ao museu.</p>
-----------	--

Fonte: Atom da Unesp⁵².

Observa-se que o AtoM responde de uma outra forma os campos que não estão presentes no modelo descritivo da ISAD(G), sem afetar a recuperação da informação, sendo que, este agregará todos os colecionadores, paleontólogos, doador, escavador por meio do ponto de acesso.

A zona de notas foi utilizada para a inserção de informações que não há metadado descritivo, tais como, a identificação de falta de objetos no momento da descrição – lembrando que o acervo iniciou pelo processo descritivo, uma vez que já constava com um inventário, mas com falta de documentação que fornecesse informação necessária para a representação do acervo, não havendo nenhum tratamento informacional.

⁵² Disponível em: <<http://atom.marilia.unesp.br/index.php/paulo-barros-camargo-8>>. Acesso em 20 mar. 2018.

Figura 14. Zona de notas.

Zona das notas		»
Nota	No inventario consta a existência de bule, açucareiro e leiteira. Porém não foi encontrada a leiteira no acervo.	
Identificador(es) alternativo(s)	Número de registro de entrada: H. 1335 Número do inventário: O/32	
Pontos de acesso		»

Fonte: AtoM do Museu da Unesp de Marília.

Este é um exemplo da realidade do acervo histórico da FFC. Destaca-se que neste período do projeto, o acervo foi separado do Museu da Prefeitura Municipal de Marília, devido o vencimento do contrato de parceria entre as instituições. Neste sentido, é importante esta informação para uma futura verificação no acervo municipal da existência do objeto, bem como, para a atualização do inventário. Outra informação que está sendo inserida neste campo é referente às inscrições ou marcas presentes no objeto.

Contudo, o inventário da Unesp já possui um identificador único e para não haver perda desta informação, foi inserido nos indentificadores alternativos que aparece na zona de notas, como mostra a Figura 15. Ao classificar e organizar o acervo no AtoM, cria-se um código de referência a partir do momento em que a descrição desce para os níveis inferiores ou mais específicos.

Figura 15. Código de referência e data na zona de identificação.

Zona de identificação	
Código de referência	BRMHFFCM-INT-UTEDOM-H/33
Título	Ferro de engomar
Data(s)	• 28/12/1959 (Acumulação)
Nível de descrição	Item

Fonte: AtoM do Museu da Unesp de Marília⁵³.

O código de identificação apresentado na Figura 15 é composto por: Brasil (BR), Museu Histórico da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília (MHFFCM), Interiores (INT), Utensílio doméstico (UTEDOM) e número do objeto (H/33). Outro desafio são as datas que são variáveis no contexto museológico, principalmente nos acervos arqueológicos, sendo possível a especificação na frente da data, já que o sistema se limita no tipo 'produção e acumulação'.

⁵³ Disponível em: <<http://atom.marilia.unesp.br/index.php/ferro-de-engomar-5>>. Acesso em: 21 set. 2017.

A ligação da descrição com a localização no depósito está proporcionando o controle do acervo e o fácil acesso ao objeto na reserva técnica.

Como a proposta referente ao acervo da Unesp refere-se a criação de um simulacro digital do acervo, o que pressupõem a não movimentação do acervo para empréstimo, o elemento 'localização atual' do acervo torna-se dispensável. No caso de título ou outros nomes, seria utilizado à área de zona de notas e os pontos de acesso. O evento necessita uma análise mais aprofundada de formas de como ser atendido pelo AtoM. O tipo de trabalho relacionado tem sido inserido na descrição da zona de notas e também na classificação que permite a descrição da parte.

Figura 16. Parte a do conjunto Bule, açucareiro e leiteira de louça inglesa.

The screenshot displays the AtoM interface for a specific record. On the left, a sidebar shows a hierarchical tree of collections, with 'Parte Part a - Açucareiro' selected. The main area is titled 'Parte Part a - Açucareiro (Preliminar)' and shows a breadcrumb trail: 'Museu Historico da Faculdade de Filos... > Interiores > Utensilio de Cozinha > Bule, açucareiro e leiteira de louça Ingl... > Açucareiro'. Below this, there are two expandable sections: 'Zona de identificação' and 'Zona do contexto'. The 'Zona de identificação' section contains the following metadata:

Código de referência	BRMHFFCM-INT-UTECOZ-H/132-Part a
Título	Açucareiro
Data(s)	• 31/12/1959 (Acumulação)
Nível de descrição	Parte
Dimensão e suporte	Tridimensional - porcelana
Peso:	Altura: 10,0 cm Largura: 16 cm Profundidade: 14 cm

The 'Zona do contexto' section shows 'Nome do produtor' as 'Não identificado'. At the bottom of the main area are buttons for 'Editar', 'Apagar', 'Adicionar novo', 'Duplicar', 'Mover', and 'Mais'. The right sidebar contains various actions: 'Área de transferência' with 'Adicionar', 'Explorar' with 'Relatorios', 'Ver como lista', and 'Navegar objetos', 'Importar' with 'XML' and 'CSV', 'Exportar' with 'Dublin Core 1.1 X' and 'EAD 2002 XML', and 'Instrumento de descrição documental' with 'Transferir'.

Fonte: AtoM do Museu da Unesp⁵⁴.

É possível que todo conjunto seja descrito detalhadamente, dando atenção especial a cada objeto do conjunto, sendo recuperável pelo ponto de acesso e por navegação nos níveis de descrição. Quanto às informações dos recursos digitais dependeria da customização, não havendo uma forma de trabalhar os elementos descritivos para recursos do LIDO. No Museu da FFC esse aspecto ainda não foi pensado, pois os objetos estão em fase de registro fotográfico.

A falta de documentação tem sido uma das limitações no processo descritivo, sendo utilizada a web para a contextualização histórica dos objetos, visto que, a relação entre o colecionador e o objeto colecionado não existe e que para a

⁵⁴ Disponível em: <<http://atom.marilia.unesp.br/index.php/bule-acucareiro-e-leiteira-de-louca-inglesa>>. Acesso em: 20 set. 2017.

recuperação parcial destas informações demanda tempo e dedicação de pesquisa, levando em consideração a possível morte dos colecionadores.

Entendemos que o acervo da FFC retrata um determinado contexto social. Trata-se de contexto social de pessoas comuns, de trabalhadores, de comércio, de imigrantes e entre outros. Deve ser considerada diante a nova perspectiva da Museologia que foca nos sujeitos sociais e buscam representar cultura de pequenos grupos, regionais e locais. Também a recuperação do contexto de produção permite a visualização do desenvolvimento tecnológico de objetos utilizados no cotidiano das pessoas.

No geral, o AtoM tem possibilitado o registro informacional dos objetos, de forma eficiente, ao considerar as limitações existentes na instituição, na situação do acervo e a falta de recursos. O sistema para acervos históricos tem representado o acervo de maneira satisfatória e apresenta muitas funcionalidades que torna flexível a adaptação de certos problemas emergentes.

6.2 Um Design para a Customização

Como solução efetiva para a representação informacional do patrimônio cultural museológico e arquivístico, propõem-se a customização do AtoM, a partir de três alternativas:

- A primeira proposta é a implantação de um *plugin* com um formulário de acordo com o modelo descritivo do esquema LIDO, semelhante ao *plugin* do *Dublin Core* existente no AtoM – o *plugin* LIDO seria composto com suas sete categorias e seus elementos que fornecem os metadados descritivos e administrativos ou um formulário com elementos selecionados do LIDO. Ressalta-se que os metadados do modelo descritivo das Diretrizes do CIDOC não seriam contemplados em sua totalidade, bem como, a LIDO não irá representar em *Dublin Core*, sua implantação e utilização no sistema seriam parecidas – para exportação em LIDO e descrição em LIDO;
- A segunda seria a abertura do modelo descritivo pré-definido ISAD(G) do AtoM e a inserção dos elementos tanto do LIDO quanto das Diretrizes que não foram contemplados pelo sistema. Também, é

possível manter o modelo descritivo ISAD(G) e implementar um segundo modelo com as modificações propostas.

- A terceira é a otimização de uso dos campos e pequenas modificações terminológicas no sistema, adaptando aos dois contextos. Esta proposta seria realizar o mesmo processo descritivo do museu histórico da FFC, o que garante que o sistema seja utilizado pela instituição e acompanhe as atualizações de versões, lembrando que ele é *beta perpetuo*.

Para a execução da segunda alternativa, traçou-se um *redesign*⁵⁵ de algumas áreas ou zonas do modelo descritivo do AtoM que, possivelmente acrescentariam elementos museológicos provenientes das diretrizes e do esquema. Na área de identificação, o campo 'título' seria aberto para a inserção de mais títulos alternativos ou um segundo campo chamado 'outros títulos/nomes' para casos de mais de um título ou nome. Também receberia um campo denominado 'tipo' para especificação do título ou nome.

⁵⁵ Ver os quadros no anexo 2 do modelo descritivo customizado.

Figura 17. Customização da Área de identificação.

Area de identificação

Código de referência *

Titulo *

Outros

Data(s) *

Tipo

Produção

Tipo de Objeto/Trabalho

Nível de descrição *

Adicionar novos níveis inferiores

Código de referência	Nível	Título	Datas do recurso relacionado
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Add new

Dimensão e suporte *

Gerar identificação Adicionar (identificador(es) alternativo(s))

Tipo: coleção, Artista, popular, Series, comércio.

Outros tipos de data: Condição física, transferência, registro, aquisição, localização atual, coleta, escavação, uso, criação, número do objeto, evento.

Inserção de categoria museológica

Termo (s) que identifica com precisão o objeto

Fonte: adaptada pela autora, 2018.

O campo 'data' já é aberto, mas com limitação tipológica em 'produção' e 'acumulação', devido o sistema ser voltado ao contexto arquivístico. Para atender ao contexto museológico, as opções de 'tipo' devem ser ampliadas, permitindo o registro de outras datas, como por exemplo, de coleta, escavação, criação, evento, entre outras. Também é possível que este campo se transforme num campo livre para que o profissional informe o tipo de data a que se está referindo, semelhante as 'etiquetas' dos códigos de referência alternativos. O nível de descrição contempla categorias arquivísticas, tais como, fundos, coleções, grupos, sub-grupos, séries e itens. Neste campo, seria conveniente a utilização de um vocabulário controlado ou termos de sistema de classificação que melhor categorize e represente o acervo museológico. O LIDO orienta:

Uma classificação com categorias pertencentes a esquema sistemático os quais grupos de objetos de similares características de acordo aos aspectos uniformes. Esses agrupamentos/classificação podem ser feitos de acordo o material, formato, forma, função, região e origem, contexto cultural ou histórico, ou período estilístico. (2010, p. 31, tradução nossa)

Percebe-se que não há uma regra, o que dependerá do critério de cada instituição. Neste contexto, no acervo histórico da FFC, utilizou-se um tesouro de acervo museológico, o qual suas categorias agrupam os objetos a partir da funcionalidade e uso dos objetos.

O AtoM permite que os termos de classificação, a partir da configuração do inventário, constam no nível de descrição. Neste caso, trata-se da inserção dos termos categóricos estabelecidos por cada instituição museológica. É importante destacar que a classificação apresentada na interface do AtoM facilita a identificação do critério utilizado para a classificação, bem como, a organização do fundo.

Outro campo a ser alterado é o 'nome do produtor' na zona de contexto. Os autores, no contexto museológico, variam de acordo com o objeto, como por exemplo, o produtor de um objeto pode não ser o seu proprietário ou, o escavador de um fóssil pode não ser o autor que o nomeou. Para tanto, a inserção do campo 'associação' propiciará a identificação da relação dos autores com o objeto, sendo necessário verificar se os tipos de eventos, definidos pelo LIDO, serão contemplados neste conjunto de termos associados.

Figura 18. Customização da zona de contexto.

Zona do contexto

Nome de produtor(s) *	Tipo: Produtor, coletor, escavador, colecionador, criador, usuário, depositante, proprietário, autor do nome do objeto, autor do evento.
Associação	

Entidade detentora

Historia do arquivo

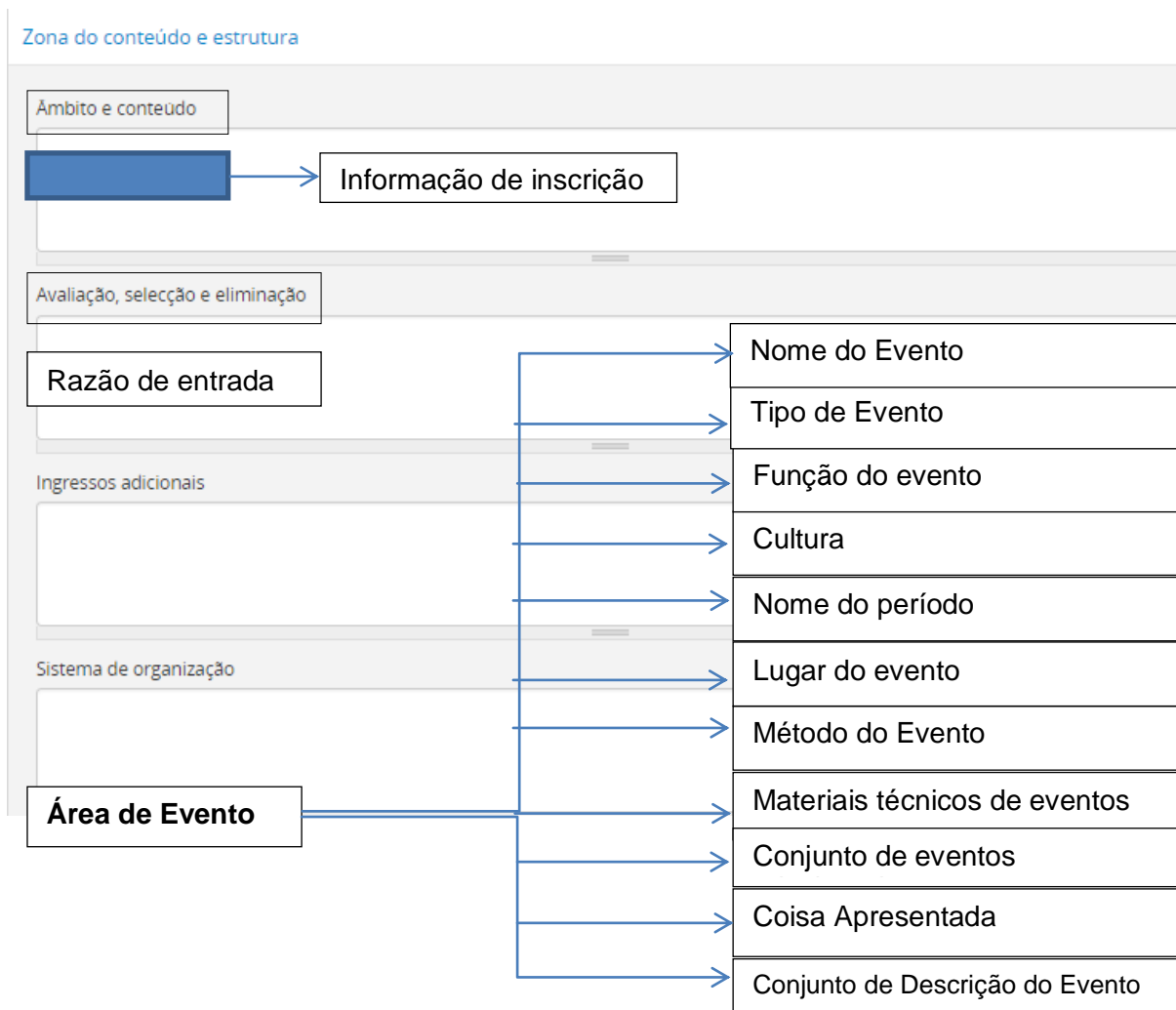
Fonte imediata de aquisição ou transferência

Fonte: adaptada pela autora, 2018.

Este elemento 'associação' se for um campo aberto, proporcionará o preenchimento da informação pelo profissional; se programado para uma configuração semelhante ao 'nível de descrição', torna possível a inserção de termos a serem selecionados. Salienta que, no contexto arquivístico, pode haver documentos produzidos por mais de uma pessoa e possibilitará o estabelecimento da relação do autor com o documento produzido.

Na 'zona de conteúdo e estrutura' seria adicionada a categoria 'informação de inscrição e marca' que não é contemplada pelo AtoM, mas encontra-se presente nas Diretrizes e no LIDO do CIDOC. Abaixo da 'avaliação, seleção e eliminação' pretende inserir a razão de entrada do acervo na instituição, pois é o que justifica a guarda, tais como, empréstimo, estudo, possível aquisição, inquérito (CIDOC, 1995).

Figura 19. Customização da zona de Conteúdo e estrutura.



Fonte: adaptada pela autora, 2018.

De acordo com o esquema LIDO (2010) a área de evento é voltada a registrar informações tais como, a criação, escavação, exposição, coleta, uso, entre outros, sendo introduzidos elementos relacionados ao objeto: “criador, contexto cultural, lugar de criação, material e técnicas utilizadas são registradas aqui, qualificada por tipo de evento” (LIDO, 2010, p. 46, tradução nossa). O metadado ‘regras de produção’ das diretrizes do CIDOC é contemplado nesta área do LIDO, a ser criada no AtoM. Dois elementos foram retirados desta área: ‘data’ e ‘autor do evento’ para evitar repetições e redundância no modelo descritivo do AtoM.

Acredita-se que a área de evento pode contribuir de alguma forma para o contexto arquivístico, por exemplo: a produção de diversos documentos e registros imagéticos de um evento científico de uma instituição acadêmica. Um dos registros são as atividades programadas durante o evento, tais como, visitas a museus ou

comunidades culturais, sendo possível a utilização deste campo para estabelecer a relação da atividade realizada com o evento.

Na zona de documentação associada seria criado um campo ‘tipo de trabalho relacionado’ que permite definir a natureza de relacionamento entre o objeto/trabalho e a entidade relacionada, por exemplo, parte de, modelo de, estudo de, cópia de, contexto maior para e outros relacionamentos que possam existir.

Figura 20. Customização da zona de documentação associada..

Zona de documentação associada

Existência e localização de originais

Existência e localização de cópias

Unidades de descrição relacionadas

Descrições relacionadas

Tipo de trabalho relacionado

Notas de publicação

Add new

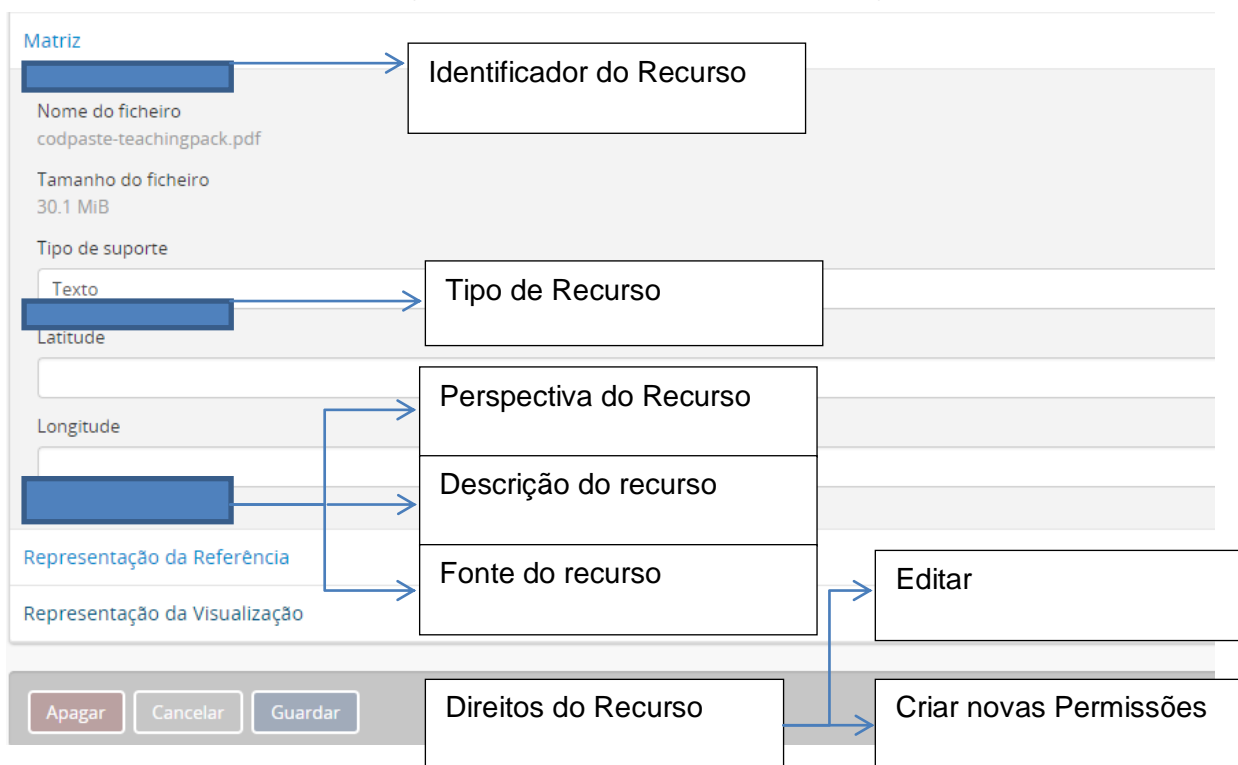
Tipo: parte de, modelo de, estudo de, cópia de, etc.

Fonte: adaptada pela autora, 2018.

Neste sentido, a partir deste campo, um aparelho de chá composto por bule e xícaras, estabeleceria e apresentaria de forma explícita a relação existente neste conjunto. O LIDO (2010) ressalta a atenção a ser dada ao relacionamento que é conceitualmente recíproco e pode apresentar diferenças em ambos os lados, mas que cabe a instituição decidir a constituição destes relacionamentos.

A categoria ‘conjunto de informações sobre o recurso digital’ do LIDO não foi totalmente contemplada pelo modelo descritivo do AtoM, sendo necessária a inserção de metadados no modelo descritivo de recurso digital, que ao serem salvos se apresentariam no modelo descritivo juntamente com os metadados do objeto descrito.

Figura 21. Customização do modelo descritivo da Informação do Recurso.



Fonte: Adaptada pela autora, 2018.

O Identificador do recurso (ID) é o que torna a imagem única dentro do sistema, podendo ser inserido também no ‘código de referência alternativo’ na zona de identificação. O ‘tipo de relacionamento’ voltado à especificação da imagem que representa a entidade, tais como, imagem de conservação, imagem documental, imagem contextual, imagem histórica, reconstrução e imagem de instalação. A ‘perspectiva do recurso’ é semelhante ao ponto de acesso, o que favorece para fazer busca por imagem com termos atribuídos.

A descrição do recurso, segundo o LIDO (2010, p. 94, tradução nossa) trata-se da “descrição de aspectos espaciais, cronológicos ou contextuais do objeto/trabalho como capturado nesse recurso particular”. A ‘fonte do recurso’ diz respeito à identificação da agência ou repositório de que a imagem ou outro recurso foi obtido.

Geralmente as instituições trabalham o AtoM em convergência com o Archivematica – um repositório que além de preservar o recurso digital e suas informações, prepara um formato com resolução compatível com o AtoM.

Para tornar mais explícita a informação sobre os ‘direitos dos recursos digitais’ no sistema, seria inserido um ícone no final do modelo descritivo para editar e criar

permissões. A configuração do sistema necessita interligar este ícone ao modelo descritivo de 'gestão de permissões' para que possam ser introduzidas as informações de direitos da imagem, vídeo ou outro recurso digital utilizado para a representação no sistema. Destaca-se que o AtoM permite o controle de *download*, sendo um elemento importante dependendo dos direitos a que é submetido o recurso.

O sistema possibilita o registro da localização do objeto no depósito físico. Contudo, no contexto museológico, os objetos são movidos da reserva técnica para exposição, empréstimos externos e estúdio de conservação/restauração, o que demonstra a necessidade de um controle desta movimentação. Neste sentido, seriam criados campos para informações e controle da localização atual.

Figura 22. Customização do modelo descritivo de ligação a objeto físico.

Faculty of Law fonds
Ligação a Objeto físico

Adicionar ligações a unidades de instalação (ligações duplicadas serão ignoradas)

Unidades de instalação

Ou, criar nova unidade de instalação

Nome

Localização

Tipo
Caixa

Identificação da Localização Atual

Tipo de localização atual

Data da localização atual

Exposição;
Armazenamento;
Estúdio de conservação;
Outros lugares.

Cancelar Guardar

Fonte: adaptada pela autora, 2018.

A 'Identificação da localização atual' apresenta o código que identifica o local físico do objeto no presente momento. O 'tipo de localização' permite atribuir a natureza do local referente ao objeto e por fim, a data de quando foi realizado o registro (com a possibilidade de ser inserida também na zona de identificação).

Essas seriam as alterações a serem realizadas, visto que o AtoM respondeu a muitos metadados das diretrizes e do esquema. Além desta customização, o sistema

necessita de uma mudança em sua terminologia de interface para representar de forma eficiente e eficaz a o patrimônio cultural.

Quadro 8. Mudança dos nomes utilizados na interface do AtoM.

Termos utilizados pelo AtoM	Renomeação dos termos
Descrição arquivística – menu principal	Descrição de objetos informacionais
Instituição arquivística – menu principal	Repositório
Permissões da instituição arquivística – menu principal	Permissões do repositório
Permissões de descrições arquivísticas – menu principal	Permissões de descrições de objetos informacionais
Descrição arquivística – navegador	Descrição de objetos informacionais

Fonte: CIDOC, 1995 (adaptado pela autora).

Estas alterações terminológicas são coerentes, uma vez que, tanto o acervo arquivístico quanto o museológico são compostos por informações e propiciam o acesso ao conhecimento e produção cultural. Se o sistema pode abrigar diferentes patrimônios culturais, não deve restringir seus termos ao âmbito arquivístico.

Destaca-se que, a customização fará que o AtoM deixe de estar em *beta perpetuo* e de acompanhar as modificações e melhorias realizadas no sistema pela *Artefactual System*, com o risco a obsolescência. Neste sentido, a instituição deverá estabelecer qual melhor caminho quanto ao sistema, se a customização do AtoM ou o uso otimizado dos modelos descritivos já existentes.

Por essa razão, optamos para o acervo da Unesp a otimização na utilização dos campos para que o AtoM mantenha sua característica *beta perpétuo*, o que vai garantir a preservação e acesso das informações do Museu, ao mesmo tempo que possibilita o acompanhamento das atualizações do sistema. Para isso, a comparação realizada do AtoM com as diretrizes e o esquema LIDO auxiliarão na utilização dos campos e nas inserção das informações museológicas.

6.3 Síntese do Capítulo

Nesse capítulo, apresentou-se o trabalho realizado no Museu da FFC da Unesp, desde o surgimento do projeto, as experiências neste processo descritivo do acervo e as possíveis soluções a falta de metadados informacionais. O projeto está em fase final, o que permite um posicionamento com relação da utilização do sistema: para acervos históricos é eficiente na representação. Contudo, referentes aos demais tipos de acervos necessitaria o acesso aos modelos descritivos desenvolvidos por cada instituição – se utilizou alguma diretriz, norma ou modelo

descritivo para a coleta das informações. São questões a serem respondidas a partir de uma pesquisa a campo, pois a realidade de cada museu e sua situação quanto ao tratamento informacional se diferenciam, havendo instituições mais avançadas e outras mais atrasadas neste processo.

Propuseram-se alternativas de customização do AtoM, sendo apresentado um *redesign* do modelo descritivo do sistema com os elementos que não foram contemplados ou que não respondiam satisfatoriamente.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ciência da Informação propõe um espaço de diálogo entre a Arquivologia, Biblioteconomia e a Museologia, respeitando suas especificidades. Percebe-se por meio da literatura que as três áreas dialogam na prática, principalmente na representação da informação em ambientes digitais. Há na prática um movimento mundial na convergência entre as três áreas para a facilitação do acesso à informação, ao conhecimento e sua democratização por meio do ambiente digital. No contexto institucional acadêmico brasileiro há algumas que, tanto na teoria quanto na prática, abrigam as três áreas dentro da CI. Contudo, ainda há instituições em que os autores insistem em ver a Museologia como uma ciência independente.

Nessa dissertação de mestrado, entendemos a Museologia como uma área interdisciplinar, que além de dividir seu objeto de estudo ou objetos de estudo, é dependente das demais para desenvolver-se em teoria e prática. Neste sentido, compreendemos que dentro da CI seus avanços serão significativos, até mesmo no desenvolvimento de suas definições conceituais. Ao considerar que o patrimônio cultural é portador de memória, de informação e de conhecimento, as disciplinas pertencentes a CI podem contribuir na representação da informação, no desenvolvimento de sistemas informacionais, na recuperação da informação e do conhecimento entre outras potencialmente de serem interdisciplinares a Museologia. Entendemos também que a área museológica ao abrigar-se dentro da CI não perderá suas especificidades, pois o objetivo da CI desde seu surgimento não foi de substituição ou homogeneização das áreas, mas da criação de um espaço dialógico horizontalizado.

Dentre as disciplinas pertencentes ao espaço da CI está a Representação da Informação, importante para a Museologia quando se trata da documentação e das descrições a ser produzida no acervo museológico. Esta disciplina é também abordada na Arquivologia e Biblioteconomia. Entre os problemas em comum entre elas está o acesso à informação.

Ao apresentar os arquivos, seu desenvolvimento institucional, a formação de seu acervo e o tratamento informacional e posteriormente, o conceito de museu, seu surgimento, a Museologia, a elaboração da documentação na instituição

museológica, a composição do seu acervo e tratamento, permitiu-nos sustentar nosso entendimento de que, ainda que as duas áreas abriguem-se dentro da CI, abordam a informação de forma diferenciada.

Essas diferenças de abordagem possibilitam que se utilize dos mesmos instrumentos descritivos para a representação da informação, mas com métodos de tratamento distintos. A Arquivologia possui um processo sequencial para a organização e descrição dos fundos, sendo que a coerência do documento depende do conjunto documental. A Museologia não se limita a exigência sequencial de organização e descrição do objeto, pois os objetos são tratados de forma unitária, havendo para cada objeto um modelo descritivo. Contudo, a documentação produzida pelos museus configura-se como um acervo arquivístico, considerados pelo estatuto de museus brasileiro como um patrimônio arquivístico nacional e que devem ser preservados como tal.

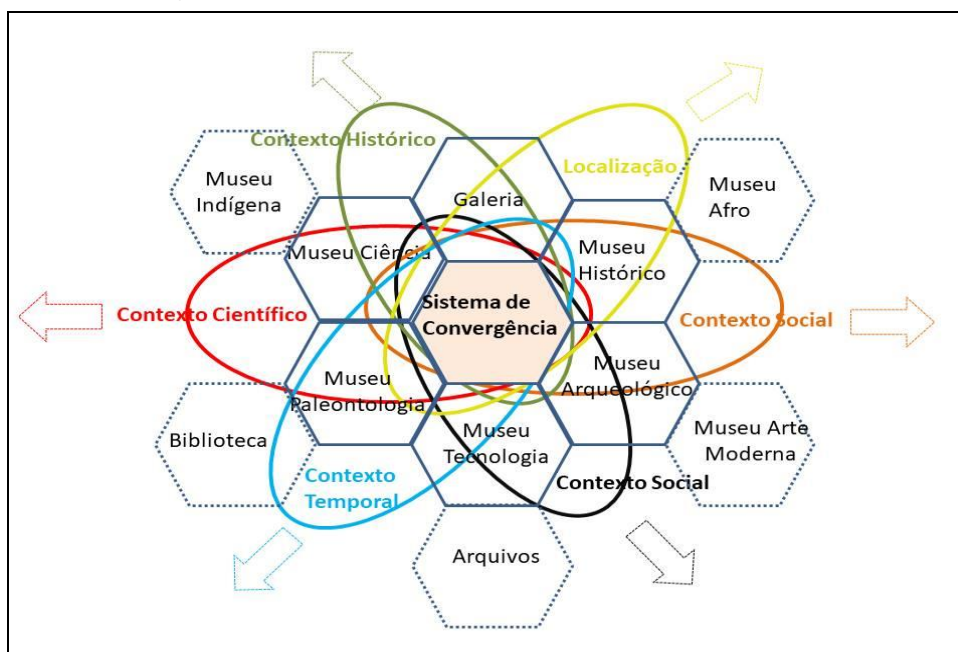
Ambos produzem os mesmo instrumentos de pesquisa, contudo, com modelos descritivos normalizados e padronizados, abordando suas especificidades e necessidades informacionais, o que é significativo para o intercâmbio de dados e para a representação em ambientes digitais. Reconhecemos que a diferença não deve ser vista como um problema, pois o que importa é alcançar o objetivo principal: representar a informação e proporcionar seu acesso efetivo, de forma eficiente, eficaz.

O desenvolvimento das TIC favorece para uma mudança na perspectiva da descrição, em que estas áreas voltam-se aos processos descritivos e não mais aos resultados deste processo – os instrumentos de pesquisa –, sendo responsáveis pela representação da informação. Nesse contexto, os modelos conceituais desenvolvidos por estas áreas buscam representar a informação e abordar as complexidades existentes na sociedade, pois tanto o arquivo quanto o museu trabalham com patrimônio cultural que reflete este contexto social.

No contexto arquivístico está em desenvolvimento o modelo RIC-CM que busca evidenciar as potencialidades complexas presentes nos registros documentais, sendo uma representação informacional em forma de gráfico ou rede. Este modelo também irá convergir às normas arquivísticas que são ainda fragmentadas, tornando-se um único modelo descritivo.

Neste cenário, acredita-se que o AtoM terá, futuramente, que ser repensado e redesenhado, pois é reflexo das normas internacionais, que possuem modelos descritivos segmentados. No contexto museológico, já desde o início dos estudos para padronização, focava-se na possibilidade de integração das instituições museológicas heterogêneas, visto que, estes realizam empréstimos de acervo entre si.

Figura 23. Integração dos Museus e a abordagem dos Contextos Sociais Complexos.



Fonte: Elaborada pela autora, 2018.

O modelo CRM do CIDOC volta-se a representação do patrimônio em suas diferentes perspectivas que contemplem a complexidade social, bem como, para a heterogeneidade cultural, como mostra a Figura 23. Este modelo tem sido uma das bases para o desenvolvimento do modelo descritivo arquivístico. Destacamos a abordagem da *web* semântica em ambos os modelos, responsável pela atribuição de sentido às representações informacionais. No ambiente digital, a busca é para uma convergência de informações representacionais de patrimônio cultural heterogêneo, como por exemplo, a Europeia.

A comparação dos modelos descritivos das diretrizes e do esquema LIDO com o modelo descritivo do AtoM permitiu observar uma semelhança nos metadados solicitados para a descrição. Pressupõem que esta semelhança se deve ao fato de que as normas e padrões são desenvolvidos com elementos mais gerais para que possam ser utilizadas pelas diferentes instituições arquivísticas e museológicas.

São poucos os elementos que não foram atendidos pelo modelo descritivo do AtoM. O sistema atende quase todos os elementos obrigatórios do esquema LIDO que são: título; Tipo de objeto; Identificador do Objeto; Tipo de registro; Fonte do registro. O tipo de objeto não possui um campo específico. Segundo o LIDO (2010) refere-se ao objeto (normalmente seu nome) diferente do 'tipo de registro' que apresenta a classificação da coleção.

Uma das alternativas de customizações no AtoM é a inserção do LIDO que além de proporcionar a descrição com seus elementos, poderá ser programado para exportar dados em seu formato. O LIDO destaca que não são necessários todos os seus elementos, pois sua finalidade é coletar dados e divulgá-lo na *web*, o que necessita é as instituições mapearem os elementos a ser publicado. Neste sentido, no AtoM, deverá ser estudado com profundidade se é possível a compatibilidade da estrutura de modelo descritivo LIDO com o sistema. Acreditamos ser possível o *plugin* no AtoM, com uma estrutura semelhante aos modelos já presentes no sistema, uma vez que este esquema é baseado no CRM, o que vai modificar é somente a ordem em que os elementos descritivos irão aparecer.

Outra é a adaptação de um formulário descritivo ISAD(G) com os campos que não foram contemplados. Este também seria mais um *plugin* a ser inserido no AtoM, voltado a preservar todas as informações apresentadas no modelo das diretrizes e do LIDO. O *redesign* manteria a estrutura da ISAD(G), sendo uma opção de utilização no contexto museológico. Neste sentido, seria exportado em EAD, que manteria os níveis de descrição desenvolvida nas coleções de museus. Destacamos que, se a instituição optar pela customização, indicamos a implementação das duas primeiras alternativas, o que possibilitaria a descrição neste modelo e a exportação em LIDO.

No contexto do Museu da Unesp, optamos pela terceira alternativa, já que ela otimiza a utilização dos elementos descritivos já existentes no sistema, ainda que há metadados que não são atendidos pelo AtoM. Esta escolha se deve ao fato de que a customização levará o sistema a deixar de ser *beta perpetuo* (atualizável), passando a ser estagnado e tendenciado à obsolescência.

Ressaltamos a necessidade de uma pesquisa exploratória relacionada aos modelos descritivos utilizados pelas demais instituições, pois pode haver metadados

que não estão presentes no AtoM, nas Diretrizes do CIDOC e no LIDO, mas que foi criado para atender uma demanda informacional específica do museu local.

No geral, o AtoM tem possibilitado o registro informacional dos objetos, de forma eficiente e eficaz, ao considerar as limitações existentes na instituição, na situação do acervo e a falta de recursos. O sistema para acervos históricos tem representado o acervo de maneira satisfatória e apresenta muitas funcionalidades que torna flexível a adaptação de certos problemas emergentes.

Considera-se que esta pesquisa abre várias vertentes de novas pesquisas. A identificação de um *software* gratuito de museu, *Collective Access* que não deve ser ignorado, mas explorado cientificamente para verificar suas potencialidades, vantagens e possíveis utilizações no contexto dos museus brasileiros, até mesmo comparada com o AtoM quanto aos seus recursos tecnológicos, de interoperabilidade, importação e exportação de dados.

Outra a ser explorada é a plataforma Tainacan, por ser brasileira e gratuita e que, aparentemente, permite a descrição em modelo LIDO: no entanto, devido aos limites da presente dissertação, a Tainacan, pode ser objeto de um próximo estudo.

Outra possibilidade é o estudo do CRM do CIDOC e o RIC-CM para a verificação das interdisciplinariedades entre o fazer arquivístico e o museológico na representação da informação, sendo importantes para o intercâmbio de dados.

Também, devido a extensão da pesquisa e a limitação de tempo, não foram possíveis a coleta dos modelos descritivos utilizados nos variados campi da Unesp, levando em consideração que há museus que estão na mesma situação que o da FFC – somente com o inventário da coleção ou nem isto.

Sugere-se um estudo de campo sistemático, voltado a um diagnóstico mais aprofundado e preciso da situação de cada museu da instituição. Posteriormente, ao identificar as instituições que possuem modelos descritivos, uma pesquisa de comparação desses modelos para a verificação dos elementos descritivos semelhantes e os metadados específicos, propondo um modelo descritivo comum a ser utilizado pela Unesp. Em seguida, seria possível a partir deste modelo comum, um novo estudo de comparação do modelo elencado com o modelo descritivo do AtoM. Entendemos, por fim, que há uma sequência a partir da proposta de pesquisa realizada na FFC e que se encerra com a defesa da atual dissertação.

A proposta de customização proporciona estudos exploratórios para a implementação na prática do esquema LIDO e do formulário redesenhado dos modelos descritivos no AtoM. Compreenda-se que isso não é tão simples como aparenta ser e exige uma pesquisa aprofundada, na área computacional, especificamente de programação, para que haja efetivamente a inserção destes *plugins*. Devem ser consideradas as características do sistema e sua filosofia de utilização de sistemas livres e abertos.

Enfim, a pesquisa cujos resultados ora encaminhamos ao mesmo tempo em que atinge seus objetivos faz emergir questões e indagações a serem respondidas, que nos leva a pressupor que a pesquisa em si reflete a complexidade sistêmica existente no paradigma pós-custodial, na representação da informação e nos sistemas digitais.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, C. A. Á. Ciência da Informação como campo integrador para as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. **Informação & Informação** (UEL. Online), v. 15, p. 173-189, 2010.

_____. Documento como ponto de diálogo entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação. **Tempo Brasileiro**, v. 1, p. 7-27, 2015.

_____. Museologia e Ciência da informação: diálogos possíveis. *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 2, p. 10-27, 2013.

ARAUJO, C. A. A. O pensamento crítico na arquivologia, na biblioteconomia e na museologia. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 5, p. 27-46, 2014.

_____. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia integradas na Ciência da Informação: As Experiências da UFMG, da UNB e da UFRGS. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 85-108, abr. 2011a. Disponível em: <file:///C:/Users/lucin/Downloads/4707-13215-2-PB.pdf>. Acesso em: 27 set. 2017.

_____. Condições teóricas para a integração epistemológica da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia na Ciência da Informação. **Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n.2, p. 19-41, jul./dez. 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42349/46020>>. Acesso em: 27 set. 2017.

BAYÓN JUAN, I. **Museología e Museografía**. Miraflores Lima/Peru: Asociación Peruana de Turismo de Aventura y Ecoturismo, 2013. Curso. Disponível em: <http://www.aptae.pe/archivos_up/0104-museologia-y-museologia-isaac-bayon.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

BELL, D. **O advento da sociedade pós-industrial**: uma tentativa de previsão social. Tradução: Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1977. 540 p.

BELLOTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, v.19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968. Disponível em: <[http://skat.ihmc.us/rid=1KR7TR64B-NMxB04-5SVP/BORKO\(1968\)-533107-Borko-H-v-19-n-1-p-35-1968.pdf](http://skat.ihmc.us/rid=1KR7TR64B-NMxB04-5SVP/BORKO(1968)-533107-Borko-H-v-19-n-1-p-35-1968.pdf)>. Acesso em: 27 set. 2017.

BOTTALLO, M. Diretrizes em documentação museológica. In: ACAM PORTINARI. **Documentação e conservação de acervos museológicos**: diretrizes. Brodowski, SP: Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari, 2010.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Estatuto de museus. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 15 jan. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em: 20 mar. 2018.

_____. **Política nacional de museus**. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

BRULON, B. C. A experiência museológica: Conceitos para uma fenomenologia do Museu. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/216/200>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

BRUNO, C. Museologia: algumas idéias para a sua organização disciplinar. **CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA**, v. 9, n. 9, 1996. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/26>> . Acesso em: 27 ago. 2017.

BUSH, V. Como podemos pensar. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, São Paulo, v. 14, n. 1, mar. 2011 . [1945]. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142011000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 set. 2017.

CÂNDIDO, M. M. D. A antologia da nova museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 20 n. 20, 2003. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/37>>. Acesso em: 27 set. 2017.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., Belo Horizonte, 2003. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: <www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 5 jul. 2017.

CARVALHO, L. M. de. Waldisa Rússio e Tereza Scheiner - dois caminhos, um único objetivo: discutir museu e Museologia. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/download/185/171>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

CEBALLOS, I. L. El Museo. **Revista ph/Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico**, n. 81, p. 102-108, fev. 2012. Disponível em: <<http://www.iaph.es/revistaph/index.php/revistaph/article/view/3290#.WtVzSojwbcc>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

CIDOC CRM. **The CIDOC conceptual reference model**. Berlin: CIDOC/ICOM, 2011. Disponível em: <http://new.cidoc-crm.org/sites/default/files/cidoc_crm_version_5.0.4.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

CIDOC. **International guidelines for museum object information: the CIDOC information categories**. Berlin: ICOM, 1995. Disponível em: <http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/cidoc/DocStandards/guidelines1995.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

CIDOC. **Registration step by step: when an object enters the museum**. Berlin: CIDOC/ICOM, 1993. Disponível em:

<http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/cidoc/DocStandards/CIDOC_Fact_Sheet_No_1.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

CRUZ MUNDET, J. R. **Manual de archivística**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2001. 413 p.

CURY, M. X. Museologia: marcos referenciais. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 18, n. 21, 2005. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2271>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

description focus briefing paper, n. 1, jan. 2002. Disponível em: <<http://www.ukoln.ac.uk/cd-focus/briefings/bp1/bp1.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. (ed.). **Conceitos-chave de museologia**. Florianópolis: FCC, 2014. 98 p.

DÍAZ BALERDI, I. **La memoria fragmentada: el museo y sus paradojas**. Espanha: Ediciones Trea, 2008.

DICIONÁRIO brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 230 p. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2011.

DONDIS, D. A. **Sintaxe da linguagem visual**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FERREZ, H. D. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: FÓRUM NORDESTINO DE MUSEU, 4., Recife. **Trabalhos apresentados**. Recife: IBPC/Fundação Joaquim Nabuco, 1991. Disponível em: <<https://meumuseu.files.wordpress.com/2011/01/documentac3a7c3a3o-museolc3b3gica-helena-dodd-ferrez.doc>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

FUMERO, A. M. Contexto sociotécnico. In: FUMERO, A. M.; ROCA, G.; SÁEZ VACAS, F. (Col.). **Web 2.0**. Madrid: Fundacion Orange, 2007. p. 96-123. Disponível em: <http://fundacionorange.es/areas/25_publicaciones/WEB_DEF_COMPLETO.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2012.

GILLEAN, D. [ica-atom-users] Questions for potential new user. **Atom User Forum**, Google, 04 ago. 2015. Disponível em: <[https://groups.google.com/forum/#!searchin/ica-atom-users/ICAATOM\\$20for\\$20ATOM%7Csort:date/ica-atom-users/sMycLWxcUkY/WXjYrenQBAAJ](https://groups.google.com/forum/#!searchin/ica-atom-users/ICAATOM$20for$20ATOM%7Csort:date/ica-atom-users/sMycLWxcUkY/WXjYrenQBAAJ)>. Acesso em: 06 mar. 2018.

GOUVEIA JUNIOR, M.; SANTOS, R. N. M. Mudança de paradigma e sua ruptura: um estudo de caso na Museologia e a pluralidade paradigmática da Ciência da Informação. **Transinformação**, v. 24, p. 117-126, 2012.

GUARNIERI, Waldisa Rússio. Museu, Museologia, museólogos e formação. **Revista de Museologia**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 7-11, 1989.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. Evolución del concepto de museo. **Revista General de Información y Documentación**, Madrid, v. 2, n. 1, p. 85-97, 1992. Edir Complutense. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/RGID/article/view/12749>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

HERRERA HERRERA, A. **Archivística general: teoría y practica**. 5. ed. Sevilla: Gráficas del Sur. Becas, 1991. 512p. Atual. e aum.

HOMULOS, P. Museums to libraries: a family of collecting institutions. **Art Libraries Journal**, v. 15, n. 1, p. 11-13, 1990.

ICOM. Development of the Museum Definition according to ICOM Statutes: 2007-1946. [website], 2012. Disponível em: <http://archives.icom.museum/hist_def_eng.html>. Acesso em: 20 mar. 2018.

ISAAR(CPF). **Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias**. Trad. Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

ISAD(G). **Norma geral internacional de descrição arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/isad_g_2001.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

ISDF. **Norma internacional para descrição de funções**. Tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

ISDIAH. **Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico**. Tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. Disponível: <http://www.academia.org.br/sites/default/files/conteudo/norma_internacional_para_descricao_de_instituicoes_com_acervo_arquivistico.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

JOHNSTON, P.; ROBINSON, B. Collections and collection description. **Collection description focus briefing paper**, n. 1, jan. 2002. Disponível em: <[://www.ukoln.ac.uk/cd-focus/briefings/bp1/bp1.pdf](http://www.ukoln.ac.uk/cd-focus/briefings/bp1/bp1.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2017.

JORENTE, M. J. V. et al. A perspectiva da Complexidade e do Design da Informação na cultura das instituições. In: JORENTE, M. J. V.; LLANES PADRÓN, D. (org.). **Uma mirada a la ciência de la información desde los nuevos contextos paradigmáticos de la posmodernidad**. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2017. 290 p.

JORENTE, M. J. V.; SANTOS, P. L. V. A. da C. Hábitos, rupturas e novas possibilidades de compartilhamento de informação e de conhecimento. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 20, n. 3, p. 13-26, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/7197/5609>>. Acesso em: 8 out. 2011.

LLANES PADRÓN, D. **La representación normalizada de los documentos: estudio comparado de normas de descripción archivística**. 2011. Tesis (Doctorado

en Biblioteconomía y Documentación) – Universidad de Salamanca, Salamanca, 2011.

LIDO. **Lightweight information describing objects**. Berlim: CIDOC/ICOM, 2010. Disponível em: <<http://www.lido-schema.org/schema/v1.0/lido-v1.0-specification.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

LIMA, D. F. C. Ciência da Informação e Museologia em tempo de conhecimento fronteiriço: aplicação ou interdisciplinaridade? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: SENAC, 2008. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/view/2982/2108>>. Acesso em: 27 set. 2017.

LIMA, D. F. C. **Ciência da Informação, museologia e fertilização interdisciplinar: informação em arte, um novo campo do saber**. 2003. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto brasileiro de informação em Ciência e Tecnologia- IBICT, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

LOPEZ, A. P. A. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. vol. 6. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. Coleção

MARÍN TORRES, M. T. **Historia de la documentación museológica**: la gestión de la memoria artística. Gijón/Asturias: Trea, 2002.

MARTINS, C. et al. O uso da informação nos museus. **Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 30, n. 2, 2016. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/5606>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

MENESES, U. T. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, B. G.; VIDAL, D. G. (org.). **Museus**: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Fino Paços, 2013. 252 p.

MIRANDA, M. E. Historiadores, arquivistas e arquivos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-14. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307020581_ARQUIVO_MarciaEckertMirandaAnpuh2011.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2012.

MORAES, J. N. L. de. Ciência da Informação e Museologia: diálogos e interfaces possíveis. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: SENAC, 2008. Disponível em: <<http://200.20.0.78/repositorios/handle/123456789/1004?show=full>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução: Elaine Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2005. 120 p.

MURGUÍA, E. I.; REGISTRO, T. C. O arranjo arquivístico como escrita: uma reflexão sobre a narrativa em imagens a partir do fundo pedro miranda no arquivo público e histórico de ribeirão preto. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA

DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 6., 2005, Florianópolis, SC. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: ANCIB, 2005. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/vienancib/paper/viewFile/1742/876>. Acesso em: 20 mar. 2018.

NOBRADE. **Norma brasileira de descrição arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf. Acesso em: 27 set. 2017.

NOGUEIRA, R. D.; ARAUJO, C. A. A. Conexões entre arquivo, biblioteca e museu: similaridade das atividades profissionais. **Informação & Sociedade** (UFPB. Online), v. 26, p. 201-224, 2016

O'RELLY, T. **O que é web 2.0**: padrões de design e modelos de negócios para a nova geração de software. Tradução de Miriam Medeiros. [S. l.]: [S. n.], 2006. 30 p. Disponível em: <http://pressdelete.files.wordpress.com/2006/12/o-que-e-web-20.pdf>. Acesso em: 127 set. 2017.

OLDMAN, D. et al. **The CIDOC conceptual reference model (CIDOC-CRM)**: primer. Berlin: CIDOC/ICOM, 2014. Disponível em: http://www.cidoc-crm.org/sites/default/files2/CRMPimer_v1.1_1.pdf. Acesso em: 20 mar. 2018.

OLIVEIRA, J. C. O museu digital: uma metáfora do concreto ao digital. **Comunicação e Sociedade**, Braga, v. 12, p. 147-161, 2007. Disponível em: <http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/1101>. Acesso em: 20 mar. 2018.

PADILHA, R. C. **Documentação museológica e gestão de acervo**. Florianópolis: FCC, 2014.

PAES, M. L. **Arquivo**: teoria e prática. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1997. 228p.

PEARCE, S. M. **Interpreting objects and collections**. New York: Routledge, 1994.

PINHEIRO, L. V. R. Confluências Interdisciplinares entre Ciência da Informação e Museologia. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 1, n. 1, jan./jul. 2012. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/6840>. Acesso em: 27 set. 2017.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. **Campo interdisciplinar da Ciência da Informação**: fronteiras remotas e recentes. (Org.). Ciência da Informação, ciências sociais e interdisciplinaridade. Brasília; Rio de Janeiro: IBICT/DDI/DEP. 1999. p. 155-182.

PINTO, L. de A. Museu e arquivo como lugares de memória. **MUSEOLOGIA & INTERDISCIPLINARIDADE**, v. 1, n. 3, mai./jun. 2013. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/8986>. Acesso em: 27 ago. 2017.

POSSAS, H. C. G. Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural. In: FIGUEIREDO, B. G.; VIDAL, D. G. (org.). **Museus**: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Fino Paços, 2013. 252 p.

REIS, L. O arquivo e arquivística evolução histórica. **Rev. Biblios**, Logroño, v. 7, n. 24, abr./jun. 2006. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2152131>>. Acesso em: 11 jul. 2012.

RIBEIRO, C. F. A. Da arquivística técnica a arquivística científica: a mudança de paradigma. **Rev. Ciências e técnicas do Patrimônio**, Porto, série 1, v. 1, p. 97-110, 2002. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10216/8459>>. Acesso em: 11 jul. 2012.

RIBEIRO, F. A Arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011.

RIBEIRO, F. An Integrated Perspective for Professional Education in Libraries, Archives and Museums: A New Paradigm, a New Training Model. **Journal of Education for Library and Information Science**, vol. 48, n. 2, p. 116-124, 2007. Disponível em: Acesso em 27 set. 2017.

RIBEIRO, F. Os arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar. **Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão**: boletim cultural, v. 3, n. 1, p. 129-133, 2005. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo10091.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2011.

RIVIÈRE, G. H. Definición evolutiva del ecomuseo. **Museum/Unesco**, Paris, v. 27, n. 148, 1985. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001273/127347eo.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

ROQUE, M. I. A reinvenção do museu e as metamorfoses do objeto. **in a.muse.arte**, [online], 10 out. 2017. Disponível em: <<https://amusearte.hypotheses.org/1964>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

SAMPAIO, D. A.; OLIVEIRA, B. M. J. F. de. Memory, museums and information science: An interdisciplinary perspective. **Biblios** (Lima), v. 00, p. 35-42, 2013.

SANTO, B. de S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 2, n. 2, mai./ago. 1988. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v2n2/v2n2a07.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2017.

SANTOS, F. H. dos. **Metodologia aplicada em museus**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2000.

SARACEVIC, T. A natureza interdisciplinar da ciência da informação. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, p. 1-9, 1995. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/5946>>. Acesso em: 27 Set. 2017

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

Disponível em:

<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/235/22>>. Acesso em: 27 set. 2017.

SCHEINER, T. Museologia e patrimônio intangível: a experiência virtual. In: SIMPÓSIO MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO INTANGÍVEL. ICOFOM LAM, 2001, Montevideu. **Anais**. Montevideu: Subcomitê Regional para a América Latina e Caribe/ICOFOM LAM, 2001. p. 214-224.

SCHEINER, T. Museu, museologia e a 'relação específica': considerações sobre os fundamentos teóricos do campo museal. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 42 n. 3, p. 358-378, set./dez. 2013. Publicado em 08 out. 2015. Disponível em:

<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2015/12/pdf_95c0f114aa_0000017224.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2017.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Trad. Nilza Teixeira Soares. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 388 p.

SILVA, A. M da. A transação e o posicionamento da museologia face à ciência da informação transdisciplinar. In: DUARTE, Z. (org.). **Arquivos, bibliotecas e museus**: realidades de Portugal e Brasil. Salvador: EUFBA, 2013.

SILVA, A. M. da. **A Informação**: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SILVA, A. M. Que ciência da informação precisamos para enfrentar a complexidade? **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 85-114, abr. 2017. Disponível em: <www.pontodeacesso.ici.ufba.br>. Acesso em: 20 set. 2017.

SMIT, J. W. A informação na ciência da informação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 84-101, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/48655/52726>>. Acesso em: 27 set. 2017.

SMIT, J. W. Archivología, Biblioteconomía y Museología: semejanzas y diferencias. **Ciencias de la información**, n. 3, p. 3-10, 1999. Disponível em: <<http://cinfo.idict.cu/index.php/cinfo/article/download/276/275>>. Acesso em: 27 set. 2017.

SMITH, J. W. O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3 Marias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 26, n. 1/2, p. 81-85, 1993.

SOARES, B. C. B. A experiência museológica: Conceitos para uma fenomenologia do Museu. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio Unirio**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/216/200>> Acesso em: 20 mar. 2018.

SOUZA, W. E. R. de; CRIPPA, G. O campo da ciência da informação e o patrimônio cultural: reflexões iniciais para novas discussões sobre os limites da área. **Enc. Bibli.** R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, v. 15, n. 29, p.1-23, 2010.

Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/1518-2924.2010v15n29p1>> Acesso em: 27 ago. 2017.

TANUS, G. F. de S.C. A trajetória do ensino da museologia no brasil. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 1, n. 3, mai./jun. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/download/7300/6756>>. Acesso em: 27 set. 2017.

TANUS, G.F. de S.C.; ARAÚJO, C. A. Á. Proximidades conceituais entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação. **Biblionline** (João Pessoa), v. 8, p. 27-36, 2012.

TANUS, G. F. de S.C.; ARAÚJO, C. A. Á.; JULIÃO, Letícia . Formação em Museologia no Brasil: análise da influência acadêmico-institucional. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 3, p. 193-206, 2014.

UNESCO. Proposal for a non-binding standard-setting instrument on the protection and promotion of various aspects of the role of museums and collections. In: GENERAL CONFERENCE, 38., 2015, paris. **Electronic proceedings...** Paris: UNESCO, 2015. Resolução 25. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002338/233892e.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

VAN GARDEREN, Peter. The ICA-AtoM project and technology. In: MEETING ON ARCHIVAL INFORMATION DATABASES, 3., 2009, Rio de Janeiro,. **Electronic proceedings...** Rio de Janeiro: Association of Brazilian Archives, 2009. Disponível em: <https://www.ica-atom.org/download/VanGarderen_TheICA-AtoMProjectAndTechnology_AAB_RioDeJaniero_16-17March2009.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

YASSUDA, S. N. **Documentação museológica**: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista. Marília. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual paulista, Marília, 2009.

ZUBIAUR CARREÑO, F. **Curso de Museologia**. Espanha: Ediciones Trea, 2004.

Anexo 1

Quadro 9. Categorias da diretriz CIDOC

Categorias	Campo Descritivo	Informação a ser preenchida
1 - Acquisition Information (Informação de Aquisição)	Acquisition method (Meio de aquisição)	Tipo de aquisição do objeto: a forma pelo qual entrou o objeto na coleção. (compra, Troca, legado, desconhecido, coleção de campo)
	Acquisition date (Data da Aquisição)	Data de entrada do objeto na coleção
	Acquisition source (Fonte de Aquisição)	Nome da pessoa ou organização de quem o objeto foi adquirido
2 - Condition Information (Informação sobre a condição)	Condition (Condição)	Breve descrição geral das condições físicas da Objetos (boa, razoável, ruim)
	Condition summary (Resumo da condição)	Uma breve descrição da condição geral do objeto, incluindo observações sobre a estabilidade, manchas, reparos e completude.
	Condition date (Data da condição)	A data em que a condição do objeto foi verificada.
3 - Deaccession and Disposal Information (Informação de transferência e eliminação)	Deaccession date (Data da transferência)	A data em que o objeto foi formalmente atingido pelo registro de transferência
	Disposal date Data da eliminação	A data em que um objeto transferido foi realmente descartado. Esta data pode ser posterior à data da transferência.
	Disposal method Método de eliminação	O método pelo qual um objeto transferido foi descartado.
	Disposal recipiente (Destinatário de eliminação)	A pessoa, grupo ou organização a quem um objeto eliminado foi transferido.
4 - Description Information (Informação de descrição)	Physical description (Descrição Física)	Uma descrição da aparência visual geral do objeto.
	Specimen status (Status da amostra)	O tipo de status de um espécime de ciência natural (parátipo, holótipo)
5 - Image Information Informação da Imagem	Image type (Tipo de imagem)	O formato de uma imagem ou relacionado ao objeto
	Image reference number (numero de referência da imagem)	Uma referência que liga o registro a uma imagem do objeto armazenada fora do sistema de documentação ou digitalmente dentro do sistema.
6 - Institution Information	Institution name	A identificação do nome da instituição

(Informação da Instituição)	(Nome da instituição)	legalmente responsável pelo objeto e sua documentação.
	Institution sub body name (nome da subdivisão da instituição)	O nome de identificação do subdivisão de uma instituição legalmente responsável pelo objeto e sua documentação.
	Institution address (Endereço da Instituição)	Endereço da instituição legalmente responsável pelo objeto e sua documentação.
	Institution country (País da Instituição)	O país da instituição legalmente responsável pelo objeto e sua documentação
7 - Location Information (Informação da localização)	Current location (Localização Atual)	Um termo ou código que identifica o local onde um objeto é conhecido por estar fisicamente no tempo presente.
	Current location type (Tipo de localização atual)	A natureza da localização atual atribuída a um objeto (exibição, armazenamento, estúdio de conservação)
	Current location date (Data da localização atual)	A data em que um objeto foi movido para a localização atual
	Normal location (Localização normal)	Um termo ou código que identifica o local onde um objeto está normalmente localizado e onde o objeto será retornado da localização atual, onde isso é diferente. (informação precisa: Quarto 15 / Armário 3 / Prateleira 2 / Caixa 14)
8 - Mark and Inscription Information (Informação de inscrição e marca)	Mark/inscription text (Texto da inscrição/marca)	O texto inscrito em um objeto, gravado no idioma original. (Made in Hong Kong)
	Mark/inscription type (Tipo de inscrição/marca)	A forma ou função da inscrição. (característica, carimbo, assinatura)
	Mark/inscription description (descrição de inscrição/marca)	Uma descrição de quaisquer marcas não-textuais inscritas em um objeto. (Ex: Capital A em um círculo com uma linha embaixo)
	Mark/inscription technique (técnica de inscrição de inscrição/marca)	O método utilizado para inscrever uma marca ou texto em um objeto. (Ex: gravado, pintado)
	Mark/inscription position (posição de inscrição/marca)	Um termo que descreve a posição de uma inscrição em um objeto. (dentro da borda)
	Mark/inscription language	A língua original usada em uma inscrição textual em um objeto.

	(linguagem da inscrição/marca)	
	Mark/inscription translation (tradução da inscrição/marca)	Uma tradução para o primeiro idioma da instituição de uma inscrição textual em um objeto.
9 - Material and Technique Information (Informação de Material e técnica)	Material (Material)	Os Materiais utilizados na criação, decoração e quaisquer adaptações subseqüentes do objeto. (Ex: ouro, giz, óleo, Tempera)
	Technique (Técnica)	Todo o processo, método e técnicas usadas na criação do objeto (esculpido, jogado, impresso)
	Part or component description (Descrição da parte ou componente)	A Parte ou componente do objeto para o qual o Material ou Técnica está sendo descrito. (todo, pescoço, base, braço, Apoio, suporte, médio)
10 - Measurement Information (Informação de medidas)	Dimension (Dimensão)	O aspecto de um objeto a ser medido (altura, largura, profundidade, peso, volume, circunferência)
	Measurement (Medida)	O valor numérico da medida de uma dimensão
	Measurement unit (Medida Unitária)	A unidade de medida usada quando medida a dimensão (cm, metros, gramas, polegadas)
	Measured part (Parte medida)	A parte do objeto sendo medido.
11 - Object Association Information (Informação de objeto associado)	Associated place (Lugar associado)	Nome do lugar associado com a história do objeto ou espécime.
	Associated date (Data associada)	A data ou intervalo de datas associado ao histórico do objeto ou espécime.
	Associated group/person name (Nome da pessoa/grupo associado)	A pessoa, grupo ou organização associada com a história do objeto ou espécime
	Association type (Tipo de associação)	A forma como a pessoa / grupo, data ou local está associada ao histórico do objeto ou espécime (escavação, coleção, criação, uso)
	Original function (Função original)	A forma como o objeto era conhecido por ter sido usado.(Ex: Bolinho cerimonial, usado durante as celebrações do casamento.)
12 - Object Collection Information (Informação da coleta do objetos)	Collection place (Lugar da coleta)	O nome de um lugar associado à escavação ou coleta do objeto ou espécime
	Collection date (Data da coleta)	O intervalo de data ou data associado à escavação ou coleta do espécime objetor
	Collector	A pessoa, grupo ou organização

	(Coletor)	associada à escavação ou coleta de um objeto ou espécime
	Collection method (método de coleta)	O meio pelo qual um objeto ou espécime foi coletado. (escavado, encontrado, preso)
13 - Object Entry Information (Informação da entrada do objeto)	Current owner (Proprietário atual)	A pessoa, organização ou grupo de pessoas a quem pertence o objeto ou espécime depositados no museu.
	Depositor (Depositante)	O nome da pessoa, organização ou pessoas responsáveis pelo depósito de um objeto com o museu.
	Entry date (Data de entrada)	A data em que o museu aceitou a custódia de um objeto ou espécime.
	Entry number (Número de entrada)	O número atribuído a um objeto ou coleção de objetos ou espécimes no momento do depósito no museu.
	Entry reason (Razão de entrada)	A razão pela qual a guarda de um objeto ou coleção de objetos ou espécimes foi aceita pelo museu. (empréstimo, estudo, possível aquisição, inquérito)
14 - Object Name Information (Informação do nome do objeto)	Object name Nome do objeto	Um termo usado para identificar a forma ou função ou tipo de objeto ou espécime.
	Object name type (Tipo de nome do objeto)	A natureza do nome do objeto gravado. (taxonômico, nome comum, classificação)
	Object name authority (Autoridade do nome do objeto)	O nome da pessoa responsável pela identificação do nome do objeto.
15 - Object Number Information (Informação do número do objeto)	Object number (Número do objeto)	Um número único, atribuído pela instituição, que conecta um objeto à sua documentação e fornece uma identificação única.
	Object number type (Tipo de número do objeto)	O tipo ou função do número do objeto gravado. (Número de acesso, Número de inventário, Número de catálogo, Número de registro)
	Object number date (Data do número do objeto)	A data em que o número do objeto foi atribuído ao objeto
16 - Object Production Information (Informação da Produção do objeto)	Production place (Lugar de Produção)	O nome de um local associado à produção do objeto.
	Production date (Data de Produção)	O intervalo de data ou data associado à produção do objeto.
	Production	A pessoa, grupo ou organização

	group/person name (Nome da pessoa/grupo de produção)	associada à produção do objeto
	Production role (Regras de produção)	A forma como a pessoa / grupo, data ou local está associada às origens do objeto, incluindo criação, fabricação, uso, escavação ou coleta de um objeto ou espécime. (Artista, Designer, criador, Fabricante)
17 - Object Title Information (Informação do Título do Objeto)	Title (Título)	O nome atribuído a um objeto ou grupo de objetos pelo artista/criador ou colecionador no momento da origem ou títulos subseqüentes especificamente atribuídos ou geralmente entendidos para se referir ao objeto.
	Title type (Tipo de título)	A natureza do título registrado. (coleção, Artista, popular, Series, comércio)
	Title translation (Tradução do título)	Uma tradução do título registrado.
18 - Part and Component Information (Informação do componente e parte)	Number de parts or componentes (Número de partes ou coponentes)	O número de partes separadas fisicamente ou separáveis de um objeto ou um conjunto de objetos descritos por registros separados no próximo nível de registro.
	Description of parts and componentes (Descrição de partes e componentes)	Uma breve descrição das partes separadas fisicamente ou separáveis de um objeto ou conjunto de objetos. (Para um serviço de chá: 1 bule de chá (com tampa), 1 açucareira, 1 jarra de leite, 6 xícaras e 6 pires)
19 - Recorder Information (Informação de Registro)	Recorder (Arquivista)	O nome da pessoa que registrou um grupo ou categoria de informações.
	Record date (Data do Registro)	A data de criação / modificação de um Grupo de Informações ou Categoria.
	Authority (Autoridade)	Um número ou código para vincular a documentação do objeto a qualquer documentação adicional sobre o objeto ou outro objeto na coleção
20 - Reference Information (Informação de Referência)	Reference (Referência)	Uma descrição do tipo de Referência registrada.
	Reference type (Tipo de referência)	Uma descrição do tipo de Referência Registrada (Objeto, publicação, arquivo de aquisição, Bibliográfica, etc)
21 - Reproducton Rights Information (Informação de Direitos de reprodução)	Reproduction rights note (Nota de direito de Reprodução)	Uma descrição da natureza dos direitos de reprodução que são de propriedade e as restrições de uso do objeto que se aplicam. (Ex: Reprodução sem fins ucrativos permitida, mas somente após

		confirmação com o proprietário.)
	Reproduction rights owner (Proprietário do direito da reprodução)	A pessoa, organização ou grupo de pessoas que possuem a reprodução ou outros direitos de uso para o objeto
22 - Subject Depicted Information (Informação resumida do assunto)- uso controlado de termos	Subject depicted (Assunto representado)	Um termo que descreve a composição abstrata ou figurativa de um objeto ou da decoração em um objeto, ou a interpretação da composição. (flores, Rainha Elizabeth I, guerra)
	Subject depicted description (Descrição do assunto representado)	Uma descrição textual da composição abstrata ou figurativa de um objeto ou da decoração de um objeto e a interpretação da composição. (Ex: Uma mulher escolhendo batatas em um grande campo com um fundo de uma pequena aldeia)

Fonte: (CIDOC, 1995, adaptada pela autora, 2017)

Quadro 10. Hierarquia do Menu do AtoM segundo as funcionalidades.

Categoria	Sub-categoria	Sub-sub-categoria	Sub-sub-sub-categoria
Links rápidos	Home		
	Sobre		
	Ajuda		
	Meu perfil		
	Entrar		
	Sair		
Menu Principal	Estilo da Objetos	Registro de Autoridade	
		Registro de incorporação	
		Repositório	
		Descrições de objetos informacionais	
		Termo	
		Função	
	Gestão	Tarefas	
		Incorporação	
		Doadores	
		Proprietário dos direitos	
		Depósito físico	
		Taxonomias	
		Importar	XML
		CSV	
		SKOS	
	Administrar		Utilizadores
			Permissões de descrições de objetos informacionais

			Permissões do registro de autoridade
			Permissões do repositório
			Permissões da taxonomia
		Grupos	Perfil
			Permissões da descrição de objetos informacionais
			Permissões do registro de autoridade
			Permissões do repositório
			Permissões da taxonomia
		Páginas estáticas	
		Menus	
		Componentes	
		Temas	
		Configurações	
		Atualizações da descrição	
		Pesquisa/substituição global	
		Elementos visíveis	
Navegar	Objetos Informacionais		
	Repositório		
	Registros de autoridade		
	Funções		
	Assuntos		
	Locais		
	Objeto digital		
Páginas estáticas			
Área de transferência	Limpar todas as seleções da área de transferência		
	Ir para área de transferência		
Navegar em nossa coleção	Descrições de objetos informacionais		
	Objetos digitais		

Fonte: elaborado pela autora.

ANEXO 2

Quadro 11: Redesign do modelo descritivo do AtoM

REDESIGN DOS ELEMENTOS DESCRITIVOS DO ATOM		
Zonas	Ementos	Sub-elementos
zona de identificação	Identificador	
	Título	Tipo: coleção, artista, popular, séries, comércio.
	Outros	
	datas (tipo)	Tipo: inserir mais tipos de datas: Condição física, transferência, registro, aquisição, localização atual, coleta, escavação, uso, criação, número do objeto, evento,
	Tipo de Objeto/Trabalho (termo que identifica com precisão o objeto)	
	nível de descrição (Inserção de categorias museológica)	
	adicionar níveis inferiores	(identificador Nível Título datas do recurso relacionado
zona de contexto	nome de produtor (s)	
	Associação (Tipo: Produtor, coletor, escavador, colecionador, criador, usuário, depositante, proprietário, autor do nome do objeto, autor do evento.)	
	entidade detentora	
	história do arquivo	
	fonte imediata de aquisição ou transferência	
zona do conteúdo e estrutura	âmbito e conteúdo	
	Informação de inscrição	
	Avaliação, seleção e eliminação	
	Razão de entrada	
	seleção e eliminação	
	ingressos adicionais	
Área de Evento	sistema de organização	
	Nome do Evento	
	Tipo de evento	
	Função do evento	
	Cultura	
	Nome do período	
	Lugar do evento	
	Método do evento	
	Materiais técnicos de eventos	
	Conjunto de eventos	
	Coisa apresentada	
Conjunto de descrição do evento		
zona de condições de acesso e utilização	condições de acesso	
	condições de reprodução	
	idioma do material	
	script do material	

	notas ao idioma e <i>script</i>	
	características físicas e requisitos técnicos e instrumento de descrição	
zona de documentação associada'	existência e localização de originais	
	existência e localização de cópias	
	unidades de descrição relacionadas	
	Descrições relacionadas	
	Tipo de trabalho relacionado (Tipo: parte de, modelo de, estudo de, cópia de, etc.)	
	notas de publicação	
zona das notas'	Notas	
pontos de acesso'	Assuntos	
	Locais	
	gênero e assuntos [autores]	
zona de controle da descrição	identificador da descrição	
	identificador da instituição	
	regras e convenções	
	Estatuto	
	nível de detalhe	
	data de criação	
	revisão e eliminação	
	línguas e escritas	
	<i>script(s)</i>	
	fontes e notas do arquivista	
zona de administração	língua original	
	esquema padrão de exibição	

Fonte: elaborada pela autora, 2018.

Quadro 12: Redesign do modelo descritivo de recursos digitais.

Modelo descritivo da Informação do Recurso	
Categorias	Sub-categorias
Matriz	Nome do ficheiro
	Tamanho do Ficheiro
	Tipo de suporte
	Tipo de recurso
	Latitude
	Longitude
	Perspectiva do recurso
	Descrição do recurso
	Fonte do recurso
Representação da Referência	
Representação visual	

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Quadro 13: Redesign do modelo descritivo de ligação da descrição ao objeto físico.

Customização do modelo descritivo de ligação a objeto físico	
Categoria	Sub-categoria
Adicionar ligações a unidades de instalação	Unidades de instalação
Criar nova unidade de instalação	Nome
	Localização
	Tipo
Identificação da Localização Atual	Tipo de localização atual (Exposição; Armazenamento; Estúdio de conservação; Outros lugares.)
	Data da localização atual

Fonte: elaborado pela autora, 2018.